Carlos Eduardo Bezerra Marques

30 ANOS DE CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS

"Um processo de negociação coletiva setorial sem paralelo na história do Brasil"

2023 – 1ª Edição

30 ANOS DE CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS

"Um processo de negociação coletiva setorial sem paralelo na história do Brasil"

30 ANOS DE CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS

"Um processo de negociação coletiva setorial sem paralelo na história do Brasil"

Autor	Carlos Eduardo Bezerra Marques
Revisão	Sandra Jacinto – CE01683JP
Projeto Gráfico, Diagramação e Capa	Normando Ribeiro – CE00043DG
Foto Capa	Drawlio Joca
Impressão	Gráfica e Editora Ellen
Tiragem	500 unidades
Ano de Publicação	2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marques, Carlos Eduardo Bezerra

30 Anos de Convenções Coletivas de Trabalho : Um processo de negociação coletiva setorial sem paralelo na história do Brasil / Carlos Eduardo Bezerra Marques – 1ª ed. – Fortaleza, CE : Ed. do Autor, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-69907-4

1. Bancários – Brasil 2. Convenções coletivas de trabalho – Brasil 3. Direito do trabalho 4. Sindicalismo I. Título.

23-157062 CDU-34:331.88(81)

Índices para Catálogo Sistemático:
1. Brasil : Sindicatos : Direito sindical : Direito do trabalho 34:331.88(81)

Aline Graziele Benitez – CRB-1/3129

Carlos Eduardo Bezerra Marques é graduado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Ceará. É funcionário do Banco do Brasil desde 2001 e desde 2004 atua no movimento sindical bancário. Em 2009 foi eleito presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, entidade que comanda até os dias atuais. Representa também os trabalhadores bancários do Ceará no Comando Nacional dos Bancários e desde 2011 é ainda presidente da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (Fetrafi/NE). Esteve à frente de várias conquistas dos bancários como a lei municipal de segurança bancária em 2012, a lei estadual em 2017, ampliação das licenças maternidade e paternidade, aumento real com greves históricas etc. Em 2018 foi candidato a deputado federal e em 2020 disputou uma vaga na Câmara Municipal de Fortaleza.

AGRADECIMENTOS

À minha família, especialmente, meus pais, esposa e filhas, que sempre me apoiaram, e me apoiam, em todos os projetos de minha vida, sejam eles particulares ou profissionais.

Aos dirigentes e funcionários do Sindicato dos Bancários do Ceará, por toda a colaboração e ajuda não somente com relação a essa pesquisa, mas por nossas lutas diárias em defesa da nossa categoria e dos direitos da classe trabalhadora.

À Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro do Nordeste (Fetrafi/NE) por seu empenho e apoio à luta dos trabalhadores na nossa região.

À Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), por seu apoio e luta em defesa dos empregados da Caixa Econômica Federal.

À Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), por sua atuação exemplar e sua seriedade à frente da defesa dos direitos dos trabalhadores em nível nacional.

Aos professores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), pelos conselhos, por seu tempo dedicado à pesquisa que originou esta publicação e, principalmente, por suas colaborações para meu crescimento acadêmico e como ser humano.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

PARTE 1

• CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO UMA CONQUISTA HISTÓRICA 11

ESSA LUTA TEM HISTÓRIA!

A origem do movimento operário 17

O "Novo Sindicalismo" 26

O Movimento Sindical Bancário e o Sindicato do Ceará 36

O Sindicato do Ceará 42

As greves e a construção da unidade nacional da categoria bancária 53

Campanha Salarial de 1992: Desafios de uma mudança histórica 62

PARTE 2

• UNIDADE E LUTA 65

As mudanças no modo de produção do trabalho bancário 69

O bancário como vendedor: a mercantilização do trabalho 75

Agências Bancárias versus Agências de Negócios 81

A derrocada do neoliberalismo, o governo Lula e o sindicalismo brasileiro 83

Bancários são a única categoria com os mesmos direitos em todo o país 89

Bancários na linha de frente das lutas da sociedade 91

Conquistas importantes da categoria desde a assinatura da primeira CCT 94

A construção da organização nacional dos bancários –
100 anos de lutas e conquistas 100

PARTE 3
POR DENTRO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS
Entendendo a "artesania" das negociações coletivas da categoria 109
Do DNB à Contraf-CUT 113
Campanha de mídia: o diálogo entre a categoria e a sociedade 123
A greve de 2004 131
O que surgiu após a greve de 2004 136
De 2005 a 2015 – período de lutas e conquistas 138
A política de aumento real 144
Os acordos de dois anos 146
2018 – A luta pela manutenção dos direitos 151
Campanha 2020 – luta contra o retrocesso e contra a pandemia 159
Campanha 2022 – o jogo foi duro, mas a recompensa veio! 165

CONSIDERAÇÕES FINAIS
O QUE QUEREMOS CONSTRUIR 175

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS 183

BIBLIOGRAFIA 186

APRESENTAÇÃO

Quando assinamos a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários no ano passado, 2022, concretizamos um feito histórico. Nesse ano completou-se 30 anos que os bancários assinaram pela primeira vez, em 1992, a Convenção Coletiva de Trabalho, que garantiu à categoria os mesmos salários e os mesmos direitos em todo o território nacional. Primeiro, nos bancos privados. E, a partir de 2004, também nos bancos públicos federais.

Essa é uma conquista histórica, única e sem precedentes no Brasil, fruto da organização, da mobilização e da coragem dos bancários para a luta, auxiliada pela busca permanente da unidade nacional – e que atualmente é objeto de desejo das demais categorias de trabalhadores.

Foi a partir dessa soma de fatores e dessa luta histórica que os bancários alcançaram todas as suas conquistas, que passam pelos aumentos reais de salários, pela valorização dos pisos, pela melhoria contínua na distribuição da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), pelos avanços no combate ao assédio moral, na segurança bancária, na igualdade de oportunidades e na condição de trabalho em geral.

Especificamente, os empregados da Caixa Econômica Federal também fizeram parte dessa jornada. Até 30 de outubro de 1985, eles eram chamados de "economiários", tinham jornada de trabalho de 8 horas e não podiam se sindicalizar. A partir desse dia, com uma greve histórica, que atingiu

100% de paralisação, os empregados da Caixa passaram a ser considerados bancários de fato e de direito. Com a pressão dos trabalhadores da Caixa, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei 4.111-4, que estabelecia a jornada de seis horas diárias para os empregados da Caixa. A lei foi sancionada pelo então presidente José Sarney, em 17 de dezembro daquele ano. No dia seguinte, o Diário Oficial da União trouxe ainda a garantia do direito à sindicalização, viabilizada com a alteração do parágrafo único do artigo 556 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

É importante que conheçamos essa história e nos conscientizemos que nenhum dos nossos direitos são benesses dos banqueiros, mas sim uma longa trajetória de luta, muitas vezes em condições totalmente adversas, para garantirmos nossas conquistas, muitas vezes sendo necessárias greves, atuação forte dos sindicatos, federações e confederação, além de muita mobilização da categoria para arrancarmos dos banqueiros melhores condições de trabalho.

Muitas vezes, o bancário mais jovem realmente não tem a noção da história de luta da categoria bancária, de tudo que o movimento sindical enfrentou: a luta pela formalização das entidades nos anos 50, as intervenções no período da ditadura militar, perseguições, prisões nos anos 60 e 70, enfrentamento com governos que não reconheciam os direitos dos trabalhadores nos anos 80 e 90, com a perda do nosso poder aquisitivo, a luta contra as privatizações, em defesa do emprego bancário, um histórico de greves anuais para garantir aumento real e novas conquistas, além de impedir retrocessos, nos anos mais recentes.

É importante que se compreenda que os direitos garantidos nas Convenções assinadas a cada campanha nacional da categoria não são arroubos de bondade dos banqueiros, mas são negociadas, cláusula a cláusula, pelo Comando Nacional dos Bancários, debatidas até a exaustão para que não haja retirada de direitos ou perdas para os trabalhadores bancários. Há toda uma estrutura prévia, com a realização de consultas a categoria, encontros estaduais, regionais e nacional, para que possamos traçar nossa estratégia de luta e confrontar os banqueiros, que sempre vêm para a mesa

de negociação com a intenção de retirar direitos e impor retrocessos, impedidos pela força da nossa mobilização, unidade e organização.

Esse trabalho traz um apanhado de toda essa história. O bancário Carlos Eduardo Bezerra Marques, funcionário do Banco do Brasil, presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará e da Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro no Nordeste (Fetrafi-NE), iniciou essa pesquisa quando da sua graduação em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Ceará, quando analisou a importância do movimento grevista na conquista de direitos. Com o aniversário de 30 anos da nossa convenção coletiva, veio a ideia de aprimorar esse estudo para esse viés, valorizando nossas conquistas, nosso processo negocial único e nossa mobilização.

É importante que se destaque também a importância da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) nesse processo. Com mais de cinco décadas de atuação, a entidade é representativa, com foco na defesa da Caixa 100% Pública e do bem-estar de todos os empregados. As ações coletivas de resistência em defesa dos direitos dos empregados possibilitam que a Fenae forme uma identidade cultural, esportiva, social e de lazer próprias, com ingredientes vindos das Associações do Pessoal da Caixa (Apcefs) de todas as regiões do Brasil. A Fenae coleciona histórias de lutas e conquistas e se destaca pela contribuição política, cultural e pela diversidade reunida em um só movimento.

Por isso, nesse livro vamos acompanhar o início da luta da classe trabalhadora no Brasil, como surgiu o movimento sindical bancário, assim como a origem das nossas lutas, desde a década de 20 até os dias atuais. Poderemos acompanhar também um breve panorama de como se construiu a nossa unidade, hoje referência para as demais categorias de trabalhadores, como é o nosso processo negocial e nossa dinâmica de luta para fechar em todas as campanhas acordos e uma convenção que garanta nossos direitos e traga novas conquistas.

É importante reconhecer esse passado de lutas para pensar e termos disposição para enfrentar os desafios do futuro. E é somente com a unidade nacional e com a nossa mobilização que avançaremos para defender o em-

prego e combater a rotatividade, o assédio moral e as metas abusivas, a insegurança, as discriminações e a busca permanente por uma remuneração decente, que valorize os pisos salariais, culminando numa aposentadoria digna.

Também é nosso desafio dialogar com a sociedade brasileira sobre a necessidade de buscarmos outro sistema financeiro, para que não somente gere lucros astronômicos para os banqueiros, mas que, a partir também do fortalecimento dos bancos públicos, esse sistema forneça mais crédito e a um custo mais baixo para alavancar o desenvolvimento econômico e social do país.

Sérgio Takemoto
presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)

PARTE 1

• CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO UMA CONQUISTA HISTÓRICA

O ano de 1992 foi realmente intenso. Em todo o mundo e também no Brasil muitos acontecimentos marcaram esse ano.

Tivemos a criação da União Europeia[1], um novo governo na Rússia, após o esfacelamento da União Soviética e o fim da Guerra Fria, a globalização. No Brasil tivemos o primeiro evento mundial sobre o meio ambiente, a Eco-92, o fim do governo Collor, reestruturação no sistema financeiro.

Para nós, bancários, esse foi um ano especial, um marco: foi em 1992 que criamos a Confederação Nacional dos Bancários (CNB), a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Nordeste (FETEC/NE), fortalecendo a

1. Durante o período pós-guerra fria, a União Europeia mostrou-se como uma alternativa à hegemonia americana, cuja economia foi a principal beneficiada com a queda da União Soviética. A construção da integração dos países europeus iniciou ainda após o fim da Segunda Guerra Mundial, como tática de uma tentativa de reconstrução econômica. Com o avançar das décadas, a economia americana e o dólar americano foram se mostrando mais e mais fortes e o que levou os países europeus a discutirem alternativas para essa hegemonia e construção de uma integração regional. Assim, a união econômica e monetária dos países europeus começou a ser articulada. Obviamente, a construção dessa integração não foi um processo consensual, mas de muitas discussões e barganhas políticas. O processo foi iniciado em 1º de julho de 1990, na euforia neoliberal, buscando a liberalização em todos os Estados-Membros. Entretanto, a compatibilidade econômica viria apenas em 1º de janeiro de 1999, expressa no Tratado da União Europeia, quando também foi instituída a moeda única – o Euro. A eliminação progressiva das moedas dos Estados Membros foi concluída em 2002.

Tribuna Bancária

CUT

Jornal do Sindicato dos Bancários no Estado do Ceará Fone 252 42 66

26/10/92
Nº 253

Dir. Resp. Plínio Bortolo
Jorn. Resp. Franzé Riba

Assinada Convenção Coletiv

Na semana passada fatos importantes ocorreram para os bancários. A Convenção Nacional de Trabalho foi assinada no dia 23, em São Paulo. Ela vale para todos os bancários do país, menos os funcionários de bancos federais. Também foram nomeados os presidentes da CEF, BB e BNB. Os três são funcionários de carreira e têm o dever moral de resgatar a credibilidade das instituições.

CONVENÇÃO

O instrumento da Convenção Nacional de Trabalho é uma reivindicação antiga do Movimento Sindical. Ela data de 1951 e foi retomada em 1980 pelos bancários. Na última semana ela foi assinada, após longas negociações com os banqueiros. O presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Nelson Martins, esteve em São Paulo durante a assinatura do acordo, representando a nossa base. A Conveção significa um avanço nas relações de trabalho. Ela é um passo a frente e antecede ao Contrato Coletivo de Trabalho que hoje está em discussão no país para que as relações trabalhistas se modernizem. Antes da convenção eram necessários acordos por estado. Agora uma única convenção é assinada valendo para todo território nacional. Em cada região poderá ainda ser assinada uma conveção aditiva para as questões específicas.

CEF/BB/BNB

Infelizmente a Convenção Coletiva ainda não é uma conquista para os bancos federais. Os novos presidentes da CEF, Danilo Castro, do BB, Alcir Calliari, e do BNB, João Melo, assumiram suas funções. É uma boa oportunidade para que as negociações sejam retomadas, inclusive visando a modernização das relações.

Embora as informações sobre o Presidente da CEF sejam negativas no que diz respeito ao Movimento Sindical, isso precisa mudar. Todos os presidentes nomeados têm o dever de resgatar a credibilidade das instituições. Principalmente a imagem da CEF e do BB que foi muito desgastadas no governo Collor.

Os novos presidentes da CEF, BB e BNB têm obrigação de melhorar o tratamento com as entidades sindicais. O respeito ao funcionalismo é indispensável para que as instituições cumpram suas funções na sociedade. Cabe a eles enterrar as imagens de autoritarismo e prepotência características das administrações passadas, ligadas a Collor de Mello.

Barelli reconhece as Executivas

O Ministro do Trabalho, Walter Barelli, disse na semana passada que reconhece as executivas dos bancos federais. E que as negociações das empresas estatais devem se dar com as entidades representativas do movimento. Ele se mostrou a favor da reabertura das negociações tanto no Banco do Brasil como na CEF. Barelli disse que o acordo feito entre a Contec e a CEF pode ser revisto tendo em vista que foi feito no final da gestão Álvaro Mendonça, sem que a maioria das assembléias do país concordassem.

Assembléia na CEF

No dia 29/10 (quinta), às 19h, na sede da APCEF (Associação do Pessoal da CEF) acontece assembléia dos empregados da Caixa. A Assembléia, convocada pela associação, discutirá dois assuntos: o relatório da auditoria realizado na entidade e o processo de eleição complementar.

As eleições complementares são para o preenchimento de cargos vagos. A auditoria aconteceu para que os novos diretores assumam responsabilizando-se pela entidade apenas a partir da eleição complementar.

Recorte da Tribuna Bancária n. 253 de 26/10/1992

nossa organização, e foi o ano em que assinamos a primeira Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, garantindo que bancários de todos os recantos do Brasil tivessem exatamente os mesmos direitos. Foi uma conquista histórica para a nossa categoria, após quase um século de lutas e que estabeleceu um novo paradigma para toda a classe trabalhadora brasileira.

Mas vamos contar essa história um pouco mais devagar...

O início da década de 90 foi marcado pela queda da União Soviética (a sua dissolução foi em dezembro de 1991) e o fim do sistema econômico bipolar presente no período da Guerra Fria (União Soviética x Estados Unidos da América). Com a dissolução do "império soviético", quem mais se favoreceu foi, claro, os Estados Unidos, que agora estavam sozinhos para disputar a hegemonia econômica no cenário mundial. Para isso, estruturaram um plano que incentivava a proliferação do sistema neoliberal[2] em diversos países, principalmente na América Latina, onde muitos estavam se livrando gradativamente de sistemas autoritários, como no caso do Chile, Argentina e Brasil. A ordem era implantar o neoliberalismo nesses locais como solução para a recuperação das suas respectivas economias, trazendo de quebra o apoio americano nessa empreitada. A receita: abertura de mercados e a redução do papel do Estado. A promessa: conter a inflação e estabilizar a economia.

Dessa forma, o neoliberalismo foi se instaurando na América Latina, favorecendo uma maior integração aos mercados internacionais, mas também uma maior dependência no contexto global. A política neoliberal visava basicamente fortalecer o Estado, romper o poder dos sindicatos, controlar o dinheiro, minando o tal estado de bem estar social e a estabilidade monetária deveria ser a meta principal de qualquer governo.

A política neoliberal foi inaugurada no Chile, ainda no período Pinochet, mas ganhou força mesmo no Reino Unido, tendo à frente a então primeira ministra Margareth Tatcher, cujo programa econômico tinha a seguinte receita: contrair a emissão monetária, elevar as taxas de juros, diminuir os impostos sobre rendimentos altos, abolir os controles sobre fluxos financeiros, criar desemprego massivo, reduzir as greves, elaborar legislação antissocial, cortar gastos públicos e praticar um amplo programa de privatização.

O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a adotar o neoliberalismo, mesmo observando que no Chile e na Argentina, por exemplo, os

2. Segundo o Dicionário Oxford Languages, neoliberalismo é uma doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em um grau mínimo.

resultados a médio e longo prazo não haviam sido positivos. Entretanto, a inflação resultante do milagre econômico[3] da ditadura deu pouca margem de manobra para que o regime permanecesse e, com a abertura política, o primeiro presidente civil a assumir depois de quase 20 anos, José Sarney[4], se viu obrigado a tomar medidas para, não só tocar a reconstrução democrática, mas também abrandar a crise econômica. Porém, Sarney não conseguiu conter a inflação, gerando descontentamento geral, tanto no empresariado quanto na classe trabalhadora, o que só fortaleceu a adoção de um projeto neoliberal.

Ao assumir o governo brasileiro em 1990, o recém eleito presidente Fernando Collor de Melo tentou implementar os princípios neoliberais no Brasil. No entanto, o projeto foi conduzido de maneira inábil e não se concluiu. A eleição de Collor levou ao poder aquele que melhor representava a elite dominante que tinha apoiado o golpe de 64 e que priorizava a ascensão capitalista e a subordinação aos pólos hegemônicos mundiais.

O plano Collor, além de sequestrar as finanças do povo, também encaminhou a extinção de empresas públicas, liberação das taxas de câmbio e fim dos incentivos fiscais. Entretanto, a inflação e as denúncias de corrupção levaram o presidente ao impeachment em outubro de 1992, frustrando os planos da elite econômica. Seu vice, Itamar Franco, dificultou as privatizações, mas criou o Plano Real, sob a batuta do então ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu sob a herança do então bem sucedido plano econômico e deu início, realmente, à tentativa de implementação do neoliberalismo no país.

---

3. O milagre econômico brasileiro foi um período de desenvolvimento para o país, mas no qual a desigualdade social e a concentração de renda aumentaram, embora a ideia defendida pelo governo militar fosse que todos seriam beneficiados quando o país estivesse rico. Durante esses anos, o poder de compra do trabalhador foi reduzido com o arrocho salarial. O fracasso do milagre econômico se deve, principalmente, à crise do petróleo de 1974, que elevou o preço do barril e fez a inflação crescer no mundo todo, colocando todos os países em situação difícil. Além disso, para manter o crescimento, o Brasil quintuplicou a dívida externa, que passou de US$ 2,5 bilhões, em 1965, para US$ 12,5 bilhões, em 1973. Esse crescimento ficou na mão das multinacionais e da classe alta brasileira, aumentando ainda mais a concentração de renda e a desigualdade social. Delfim Netto, então ministro da Fazenda, dizia que era preciso "fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo", mas na prática a redistribuição nunca ocorreu, já que os trabalhadores não tinham os salários reajustados conforme a inflação real.

4. O Governo Sarney ficou marcado por ter sido o primeiro governo civil a assumir o Brasil após 21 anos de Ditadura Militar. Sarney assumiu a presidência após a morte de Tancredo Neves, o presidente eleito indiretamente em 1985. Um dos grandes marcos desse governo foi a formação de uma Assembleia Constituinte que redigiu e promulgou a Constituição de 1988. O governo de José Sarney também ficou conhecido por fracassar no combate à crise econômica que assolava o país. O político maranhense governou entre 1985 e 1990.

Internet

Ao assumir o governo brasileiro em 1990, o recém eleito presidente Fernando Collor de Melo tentou implementar os princípios neoliberais no Brasil. No entanto, o projeto foi conduzido de maneira inábil e não se concluiu.

Internet

O processo de implementação do neoliberalismo foi realmente efetivado durante o governo FHC, com os processos de liberalização e privatização realmente intensificados.

O processo de implementação do neoliberalismo foi realmente efetivado durante o governo FHC, com os processos de liberalização e privatização realmente intensificados. A política econômica externa e toda a política governamental era refém dos ingressos do capital financeiro internacional, agravando a vulnerabilidade externa do país. A herança para o Brasil desse modelo econômico foi a subordinação ao capital estrangeiro, o envio de muito dinheiro para fora, a esfacelação de parte do patrimônio nacional, endividamento externo, concentração de renda na mão de poucos, desemprego alto e um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) lamentável.

Durante um período, o modelo funcionou na medida em que estabilizou a economia e controlou a inflação, tanto que FHC foi reeleito. No entanto, o governo (e o modelo neoliberal) foi incapaz de ofertar o desenvolvimento prometido, além de expor a economia brasileira às oscilações externas, demonstrando claros sinais de esgotamento. Diante da volta da crise, em 2002, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito com uma proposta bem distante do neoliberalismo.

Tribuna Bancária

CUT

24/09/91
Nº 191

Jornal do Sindicato dos Bancários no Estado do Ceará - Fone: 252.42.66

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

Saida às 16 horas da Praça do BNB

PASSEATA DE HOJE DEFENDE ESTATAIS

Hoje temos a passeata do vermelho contra a privatização das estatais. Todos os bancários devem participar e levar as suas famílias. A saída será às 16 horas da Praça do BNB, mas a concentração começa desde às 15 horas. Vamos percorrer várias ruas do centro da cidade até a praça José de Alencar, onde haverá um ato-show.

Estamos no décimo quarto dia de greve, o governo e os bancos continuam intransigentes. Essa passeata é mais uma investida na área adversária. Estaremos vestidos de vermelho para mostrar à população que nossa greve é justa, e que não queremos ver as estatais privatizadas. Queremos os bancos estatais e todas as empresas servindo aos trabalhadores. Hoje elas estão financiam e subsidiam as grandes empresas, que são favorecidas pelo governo.

As estatais lucrativas são privatizadas. Como é o caso da Usiminas, que vai para leilão com um preço que não chega perto nem do valor do seu patrimônio.

Hoje estaremos com toda força nas ruas, mostrando aos bancos e ao governo que nosso time está forte e jogando no ataque.

Jair Tadeu

Sindicato sempre esteve nas ruas em defesa das empresas públicas e contra os desmontes das Estatais.

ESSA LUTA TEM HISTÓRIA!

A origem do movimento operário

O processo industrial no Brasil surgiu cerca de um século depois da industrialização na Europa. Afinal, por muito tempo, o país foi um mero fornecedor de matéria prima para os portugueses: cana de açúcar, madeira, ouro, couro, café etc. Com uma estrutura essencialmente agrícola e com a utilização de mão-de-obra escrava, não havia espaço para fábricas. Para financiar suas navegações, Portugal contraiu muitas dívidas e precisava de dinheiro rápido. Nesse período, colonial, o governo português estava em busca de mercadorias que dessem retorno aos seus investimentos, assim enviou ao Brasil algumas expedições exploratórias (tentando encontrar ouro) ou punitivas (para impedir que outras nações ocupassem o território).

Após o fim da escravidão, em 1888, o Brasil se viu obrigado a substituir a mão-de-obra escrava por trabalhadores assalariados. No início dos anos 1900 chegaram ao Brasil cerca de um milhão de imigrantes, vindos basicamente da Itália, Espanha, Portugal e Alemanha, onde a industrialização já era uma realidade: conheciam o funcionamento das fábricas, mas também tinham noção de luta operária. Assim, em pouco tempo, mais de 90% dos trabalhadores urbanos eram imigrantes europeus e, com a chegada deles, iniciou-se no Brasil uma nova fase para a classe operária, com o

processo de politização do operariado brasileiro e a difusão de ideias socialistas por parte dos intelectuais. Nessa mesma época, surgiram também os primeiros jornais operários, importantes instrumentos de mobilização e politização do operariado.

Nesse período, também por influência dos imigrantes (em sua maioria italianos, alemães, japoneses, poloneses, entre outros), as ideias difundidas entre a classe operária eram baseadas no Anarquismo, ideologia política que se opõe a todo tipo de hierarquia e dominação. O movimento anarquista lutava basicamente por questões econômicas e sociais (melhores salários e condições de trabalho). Isso se devia, principalmente, ao desenvolvimento da nascente (e tardia) indústria brasileira. Os anarquistas, a

Internet

Greve dos operários do estado de São Paulo, 1917

maioria imigrantes acostumados a um outro nível de industrialização, reivindicavam para o operário brasileiro aquilo que já eram acostumados a ter em seus países de origem.

As péssimas condições de trabalho, ambientes insalubres, jornadas de 14 ou 16 horas eram comuns, assim como a exploração do trabalho de mulheres e até crianças. Além disso, os salários eram baixos e sem qualquer direito protetivo. As limitações do ideário dos anarquistas propiciaram seu isolamento e, consequentemente, tornou o movimento presa fácil para as forças repressoras do Estado. Com a Revolução Soviética (1917)[5] surgiram as bases para a formação de um novo partido e do papel do Estado.

A partir dos anos 20, com a influência das ideias comunistas, disseminadas após a Revolução Russa, e a criação do Partido Comunista Brasileiro – PCB, em 1922, a corrente ideológica do movimento operário foi se transformando: de anarquistas passaram a caminhar pela tendência comunista, adotando o chamado leninismo[6] (que pregava a "ditadura do proletariado" – o trabalhador no poder).

Os operários começaram a se organizar em torno de associações de socorro mútuos, associa-

Os operários começaram a se organizar em torno de associações de socorro mútuos, associações criadas pelos próprios operários para ajudar os companheiros em casos de doenças, acidentes, mortes e outros incidentes.

5. A Revolução Russa de 1917 foi um período de conflitos que derrubou a monarquia russa e levou ao poder o Partido Bolchevique, de Vladimir Lênin. Recém-industrializada e sofrendo com a Primeira Guerra Mundial, a Rússia tinha uma grande massa de operários e camponeses trabalhando muito e ganhando pouco. Além disso, o governo absolutista do czar Nicolau II desagradava o povo que queria uma liderança menos opressiva e mais democrática. A soma dos fatores levou a manifestações populares que fizeram o monarca renunciar e, no fim do processo, deram origem à União Soviética, o primeiro país socialista do mundo, que durou até 1991.

6. Corrente política surgida pelo rompimento político com o economicismo da social democracia europeia no começo do século XX.

ções criadas pelos próprios operários para ajudar os companheiros em casos de doenças, acidentes, mortes e outros incidentes. Depois surgiram as Ligas da Resistência, que se propunham a organizar os trabalhadores nas lutas contra os patrões, que naturalmente foram evoluindo para a formação dos sindicatos. Inclusive, a primeira central sindical, a Confederação Operária Brasileira, a COB, foi criada com a ajuda dessas ligas, em 1906. Nesse período foram registradas cerca de 400 greves.

Nessa época, os patrões não reconheciam os direitos trabalhistas e quando queriam ser ouvidos, os operários faziam greve para forçar um canal de negociação.

Ainda em 1917 ocorreu a maior greve geral do período, paralisando os principais núcleos operários do estado de São Paulo, com repercussão no Rio de Janeiro. O episódio foi importante porque, pela primeira vez, a classe operária e a classe dominante entraram em confronto. Até mesmo o governo foi obrigado a negociar com os trabalhadores grevistas. O movimento teve início nas tecelagens de São Paulo e os operários reivindicavam melhores salários, melhores condições de trabalho, diminuição da jornada, respeito ao direito de organização, entre outras pautas. A repressão ao movimento acabou matando o sapateiro anarquista Francisco José Martinez[7], o que acabou fortalecendo ainda mais o movimento. Os constantes conflitos entre os operários e as forças policiais ajudaram a criar os Comitês de Defesa

7. Francisco José Martinez (1896-1917) foi um jovem sapateiro anarquista, sindicalista, vinculado à Federação Operária de São Paulo (FOSP) e à Confederação Operária Brasileira (COB). Ele foi assassinado aos 21 anos pela Polícia de São Paulo quando participava de uma greve no Brás. Seu funeral causou grande comoção e os operários da indústria têxtil, indignados, entraram em greve e logo foram seguidos por outros. A morte de Martinez serviu de estopim para a Greve Geral de 1917 que paralisou o comércio e a indústria nas principais cidades do país.

Proletária, formados por socialistas e anarco-sindicalistas. O movimento foi ganhando a adesão de diversos operários de vários lugares do estado e, em pouco tempo, o movimento contava com cerca de 70 mil trabalhadores. A cidade de São Paulo parou completamente e os patrões foram obrigados a conceder o reajuste salarial e prometeram não dispensar os grevistas. Essa foi a primeira negociação coletiva de que se tem notícia no Brasil.

Internet

Getúlio Vargas, presidente do Brasil no período de 1930 - 1945

Nessa época, os patrões não reconheciam os direitos trabalhistas e quando queriam ser ouvidos, os operários faziam greve para forçar um canal de negociação. A greve, nesse período, era o único meio de o trabalhador ser ouvido pelo patronato. A abertura de canais de negociação foi a principal vitória da greve de 1917, em São Paulo. Foi quando o trabalhador passou a ser visto como uma classe social importante.

A década de 20 foi bastante conturbada e recheada de dificuldades, sobretudo financeira, devido à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A classe operária era a mais atingida por essa crise econômica mundial e as perseguições, prisões e fechamento/intervenções de sindicatos eram constantes. A situação ficou ainda mais difícil na Era Vargas (1930-1945), quando o governo federal passou a exercer controle total sobre os sindicatos. Nesse período, a repressão foi muito forte e o movimento grevista acabou recrudescendo por uma série de motivos.

Fazendo um breve retrospecto, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, após liderar a Revolução de 1930, o Brasil passou a ser um país industrial e a classe operária ganhou mais importância. Entretanto, Vargas atrelou a estrutura sindical ao Estado, prejudicando as bases sociais e políticas do movimento sindical. Por um lado, o governo Vargas criou uma estrutura sindical corporativista, atrelada ao Estado, transformando os sindicatos em órgãos burocratizados e desvinculados de suas bases. Por outro, criou também instrumentos e proteções trabalhistas que, até bem pouco tempo atrás, ainda vigoravam e existiam tais como: o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)[8]. O governo Vargas procurou utilizar-se dessa vasta regulamentação das leis trabalhistas como forma de criar uma base de sustentação junto à classe trabalhadora. Vargas buscava dessa forma conter a pressão operária e criar

8. A Reforma Trabalhista no Brasil de 2017 foi uma mudança significativa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) instrumentalizada pela lei № 13.467, de 2017. Segundo o governo, o objetivo da reforma foi combater o desemprego e a crise econômica no país. O projeto de lei foi proposto pelo ex-presidente Michel Temer e foi aprovado na Câmara dos Deputados em 26 de abril de 2017 e no Senado Federal em 11 de julho. A lei passou a valer no país a partir de 11 de novembro do mesmo ano. A reforma foi criticada pela Central Única dos Trabalhadores e outros sindicatos, pelo Ministério Público do Trabalho, pela Organização Internacional do Trabalho, entre outros. Todos alegavam que a reforma violaria a constituição brasileira e convenções internacionais assinados pelo Brasil e que seria um "grave retrocesso social". Algumas mudanças promovidas pela nova lei alteram a contribuição sindical, banco de horas, demissão, descanso, férias, gravidez, home office, jornada de trabalho, multa, negociação, plano de cargos e salários, remuneração, representação por local de trabalho, homologação da rescisão, tempo de empresa, terceirização, trabalho intermitente, tempo de deslocamento, custas e honorários de processos trabalhistas etc. Um ano após a aprovação da reforma, verificou-se que a queda do desemprego foi mínima, ao mesmo tempo em que houve aumento do trabalho autônomo, intermitente, temporário e terceirizado. Houve também redução no número de ações trabalhistas na Justiça.

condições para difundir a ideologia do trabalhismo, marcada por um forte conteúdo manipulador, que vinha se somar à desmobilização imposta aos trabalhadores, através do controle de suas entidades de classe. Embora usada como moeda de troca, a legislação trabalhista não foi, de todo, doada por Vargas, mas fruto também da mobilização de uma ala da classe trabalhadora desvinculada dos sindicatos oficiais do governo e por aqueles que já lutavam em favor da classe operária antes desse período da história.

Voltando à trajetória de Vargas, em 1931, ele iniciou as intervenções trabalhistas e decretou a Lei 19.770 que criou normas para o reconhecimento sindical e transformou os sindicatos em instituições de direito público. Com a criação dos sindicatos oficiais, a palavra pelego passou a ser utilizada para denominar dirigentes sindicais nomeados pelo governo e defensores da ideologia governista. Entretanto, trabalhadores e sindicatos combativos ainda resistiam e conquistaram direitos importantes como férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher etc.

A luta operária só voltou realmente a se intensificar com o fim da Segunda Guerra Mundial (1339-1945) e a queda do Estado Novo de Vargas. Com o processo de abertura política iniciado nesse período começaram a ressurgir as lideranças operárias e os partidos.

Aliás, os dois primeiros meses do governo Dutra (1946-1951) são marcados por mais de 60

O início do governo Dutra (1946), foi marcado por mais de 60 greves em decorrência de uma série de medidas impopulares: proibição dos jogos e fechamento de cassinos; colocação do PCB na ilegalidade; congelamento do salário mínimo, fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), intervenção em 140 sindicatos e promulgação do decreto 9070, que tornou a greve ilegal no Brasil.

greves em decorrência de uma série de medidas impopulares: proibição dos jogos e fechamento de cassinos; colocação do PCB na ilegalidade; congelamento do salário mínimo, fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), intervenção em 140 sindicatos e promulgação do decreto 9070, que tornou a greve ilegal no Brasil. Tudo isso fez os trabalhadores se mobilizarem e, mesmo com a perseguição aberta aos sindicatos, organizaram-se em Comissões de Fábricas (de maneira clandestina) realizando greves importantes reunindo mais de 250 mil trabalhadores.

No período que compreende os anos de 1964 a 1974, ocorreu a desmobilização dos sindicatos e a implantação de novos interventores nessas instituições. A maioria dos líderes foi presa e o movimento voltou a se organizar apenas a partir de 1974

Em 1950, Getúlio volta ao poder, dessa vez através do voto popular, assumindo em janeiro de 1951. Ele se elegeu com uma bandeira anti-imperialista e de defesa do nacionalismo econômico. Sendo assim, em 1952, Vargas criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES) para incentivar o crescimento do país. Em dezembro de 1951 enviou ao Congresso um projeto de lei para criação de empresa petrolífera nacional, iniciando a campanha "O Petróleo é Nosso", resultando na criação da Petrobrás, em 1953. A essa altura, o governo já havia enviado também projetos propondo a criação da Eletrobrás e de uma siderúrgica. Entretanto, com a inflação disparando e corroendo os salários, Vargas começou a perder o apoio no seio operário. A crise no governo se aprofundou até culminar no suicídio do presidente, em 24 de agosto de 1954. O governo, obviamente, mudou de comando, mas a organização operária continuou.

No governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), a organização e mobilização dos operários seguiu crescente e esses tentaram unificar o movimento criando organizações estaduais e nacionais. Nesse período, início da década de 60, apesar do crescimento constante de classe operária, o índice de sindicalização era muito baixo (menos de 25% dos trabalhadores).

Quando ocorreu o golpe militar e o estabelecimento da ditadura, em 1964, o movimento operário passou a ser atacado duramente pela repressão e se enfraqueceu. Entre 1964 e 1965 um total de 452 sindicatos sofreram intervenções; de 1965 a 1970 foram mais de 100. Os militares mostravam bem o que queriam: desmantelar o movimento. A repressão veio acompanhada de uma política de arrocho de salários, da lei anti-greve e do regime de estabilidade no emprego.

No período que compreende os anos de 1964 a 1974, ocorreu a desmobilização dos sindicatos e a implantação de novos interventores nessas instituições. A maioria dos líderes foi presa e o movimento voltou a se organizar apenas a partir de 1974 (com ponto alto em 1978), quando as greves voltaram a acontecer, principalmente na região do ABC Paulista. Além das pautas dos trabalhadores, uma das principais bandeiras políticas era, obviamente, o fim da ditadura.

Movimento em Fortaleza-CE, contra a ditadura.

Foto: Memorial da Resistência do Ceará

O "Novo Sindicalismo"

Internet

A figura mais expressiva desse período foi o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que se mostrou uma importante liderança, desde seu primeiro mandato do Sindicato dos Metalúrgicos, em 1969, como suplente .

Foi exatamente no final dos anos 70 que surgiu uma nova forma de liderança sindical, com uma nova perspectiva para a organização sindical dos trabalhadores. Quem iniciou, primeiramente, esse período de luta foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, em 1978: a reposição salarial pretendida pelos trabalhadores ganhou dimensão e passou a ser apoiada por outras categorias e, por fim, meio milhão de trabalhadores aderiram àquela que foi a maior greve desde 1964. A figura mais expressiva desse período foi o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, que se mostrou

uma importante liderança, desde seu primeiro mandato no Sindicato dos Metalúrgicos, em 1969, como suplente[9].

O movimento grevista dos metalúrgicos do ABC Paulista foi tão significativo que virou tema de diversos documentários e filmes da época. O documentário ABC da Greve, do cineasta Leon Hirzman (1990) surgiu quando ele iniciava suas pesquisas para o filme Eles Não Usam Black-Tie (1981)[10], mas o documentário só foi finalizado posteriormente.

Segundo o documentário de Hirzman (1990), a greve dos metalúrgicos do ABC teve início na véspera da posse do último presidente da ditadura militar, João Batista Figueiredo (1979-1985), no dia 14 de março de 1979. Cerca de 150 mil trabalhadores da região aderiram ao movimento que lutava por reajuste salarial, melhores condições de trabalho e a legalização dos delegados sindicais nas empresas. O movimento tomou uma grande dimensão e chegou a parar todo o estado de São Paulo, o que chamou a atenção dos empresários, representados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e do governo militar recém empossado. O resultado foi repressão policial e intervenção no Sindicato, com a cassação do mandato dos líderes do movimento, inclusive Lula. O estádio em São Bernardo onde os trabalhadores se reuniam em assembleias foi fechado pelas forças policiais. Muitos operários foram agredidos e presos.

Entretanto, os trabalhadores resistiram e passaram a se reunir em praça pública para organizar o movimento. Diante da continuidade da greve, mesmo com a repressão, os empresários foram obrigados a reabrir o canal de negociação. Outro cineasta que abordou a greve dos metalúrgicos do ABC foi João Batista de Andrade, em 1979, no documentário Greve!. Segundo ele, as condições de trabalho precárias, os baixos salários, o alto

9. Após os mandatos no Sindicato, Lula seguiu caminho na política: sempre filiado ao Partido dos Trabalhadores, foi deputado federal e sucessivas vezes concorreu à Presidência (desde 1989). Em 2002, ele foi eleito e governou o Brasil por dois mandatos. Ele passou a exercer novo mandato em 2023.

10. Eles Não Usam Black-Tie fala sobre um militante sindical que organiza um movimento grevista contra as práticas exploradoras de uma metalúrgica onde seu filho trabalha. O filme ganhou prêmio no Festival de Veneza.

custo de vida que corroía os salários (e seus reajustes) rapidamente, as condições indignas de moradia e de vida dos trabalhadores das metalúrgicas foram as principais motivações da greve daquele ano e também o motivo para que os operários seguissem resistindo, mesmo com a forte repressão.

Ao final de 60 dias a greve foi suspensa. De acordo com o documentário de Hirzman (1990), os trabalhadores conquistaram o compromisso de garantia de emprego (grevistas não seriam demitidos), não desconto dos dias parados e a abertura de um canal de negociações para se avançar num índice de reajuste salarial. Já o documentarista João Batista de Andrade encerra seu documentário com uma frase do líder sindical Lula, que retrata o espírito dos metalúrgicos durante o movimento grevista: "a greve serviu de exemplo para que nunca mais os patrões duvidem da capacidade de luta dos trabalhadores".

Internet

Já na década de 80 iniciou-se um período de fortalecimento das entidades sindicais que lutavam contra a política econômica, o arrocho salarial e o próprio regime de governo. Os operários começaram a se organizar em federações por categoria, fortalecendo ainda mais os sindicatos. Em 1980 é criado o Partido dos Trabalhadores (PT), por sindicalistas, intelectuais e representantes do movimento popular, com a proposta de conceber um governo que atenda às necessidades da classe trabalhadora.

Em 1983, durante o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

(I CONCLAT – 26 a 28 de agosto), foi fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o objetivo de unificar o movimento sindical. Em 1986 é fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT)[11].

Nesse período, a greve se tornou um dos principais instrumentos de defesa e de representação dos interesses coletivos dos trabalhadores. O número de greves foi crescente até 1989, devido a insatisfação com a realidade socioeconômica e com o caráter autoritário ainda existente nas relações de trabalho. Nessa época, o Brasil chegou a ser o segundo país em número de greves no mundo de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo a série história contabilizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o maior número de greves da década de 1980 (a série se inicia em 1983), foi no ano de 1989, com 1.962 paralisações. No ano anterior, 1988, foram 877. De 1983 a 1989, de acordo com essa série histórica do Dieese, foram contabilizadas 6.057 greves.

Entretanto, nos anos 90, o fortalecimento sindical sofreu uma estagnada. Entre 1990 e 1992, o número de greves, por exemplo, reduziu em 80%. O sindicalismo brasileiro enfrentou nesse período uma série de dificuldades devido às transformações do processo produtivo, questões macroeconômicas de inflação e vários planos de estabilização da economia (pagamento da dívida externa, elevadas taxas de juros, má distribuição de renda etc.) e questões políticas ainda oriundas da repressão, corrupção etc. Além disso, nesse período houve uma verdadeira fragmentação de sindicatos, que atrelado aos baixos índices de sindicalização na época, enfraqueceu o movimento. A lógica era: quanto mais sindicatos, menos associados e menor poder de barganha. Tudo isso dificultado ainda pela situação econômica do país e do mercado de trabalho brasileiro. Diante dessa realidade, o movimento sindical, mais uma vez, teve de se reinventar.

---

11. Atualmente existem nove centrais sindicais no país: a CUT, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Força Sindical, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Intersindical (Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora), a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP Conlutas), a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Com a eleição de Fernando Collor, em 1989, o Brasil começou a aderir a um processo de ajustes econômicos, priorizados pela abertura comercial e diversas privatizações. As denúncias de corrupção no governo Collor adiaram esse projeto liberal até o impeachment, em 1992. A estabilidade econômica trazida pelo Plano Real favoreceu a eleição de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998/1998-2002), supostamente[12] tido como seu criador.

Já no início do governo FHC, diversos setores de trabalhadores, unificados pela CUT, engataram uma sequência de greves e mobilizações contra a política do governo, com seus planos de privatização e de quebra do monopólio do setor estatal. Se por um lado, o governo estabilizou a moeda e conteve a inflação, por outro lado, elevou muito os índices do desemprego. Isso mobilizou os trabalhadores a se levantarem contra o novo governo que contra-atacou cortando o ponto dos empregados grevistas, além disso, baixou decretos endurecendo medidas contra paralisações no serviço público. Segundo o governo, era necessário dobrar a espinha dorsal de seu principal opositor, o sindicalismo, principalmente aquele ligado à CUT. Aqui, teríamos o ponto de inflexão para o movimento sindical nacional, que se agravaria com o avançar das transformações econômicas. Essas ações reduziram bastante o poder de mobilização dos servidores públicos e as privatizações serviram ainda para diminuição dos quadros dessas empresas.

Por sua vez, o desemprego e a precariedade das relações de trabalho fizeram com que os sindicatos passassem a traçar novas estratégias de luta e mudassem as pautas de reivindicações: a palavra de ordem deixou de

12. A moeda vigente no final de 1993 era o Cruzeiro Real, que entrou em circulação em agosto do mesmo ano, como uma medida de urgência. No entanto, a equipe econômica do presidente Itamar Franco, que tinha assumido após o impeachment de Fernando Collor, já tinha começado a elaborar um novo plano econômico. O Plano Real, costumeiramente, é atribuído unicamente ao então ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, mas na verdade foi elaborado por um grupo de economistas, entre eles o então presidente do Banco Central, Pedro Malan, além de economistas como Edmar Bacha, André Lara Resende, Gustavo Franco e Pérsio Arida, com a ideia de implementar uma nova moeda que acabasse, de vez, com a inflação. A situação era ainda mais complexa, pois o ano de 1994 era eleitoral. Os dois principais candidatos eram FHC, do PSDB, e Lula, do PT. O Plano Real, portanto, podia ser um grande trunfo para os tucanos – como de fato o foi – e uma dor de cabeça para os petistas.

ser o reajuste salarial e passou a ser a garantia de emprego e o combate ao desemprego.

Assim, a década de 90, principalmente em sua segunda metade, representou para os trabalhadores brasileiros um duro revés, colocando na agenda novas questões e problemas, além de intensificar outros pré-existentes. Porém, seria equivocado indicar que diante disso, o sindicalismo nacional não tenha buscado outras alternativas, ampliando pautas e inserindo-se em novos espaços, que lhe permitissem continuar existindo e se movimentar em um contexto tão difícil.

O desemprego e a precariedade das relações de trabalho fizeram com que os sindicatos passassem a traçar novas estratégias de luta e mudassem as pautas de reivindicações: a palavra de ordem deixou de ser o reajuste salarial e passou a ser a garantia de emprego e o combate ao desemprego.

Em 1995, uma greve tão importante quanto a dos metalúrgicos em 1978, deu mote para a recuperação do movimento sindical: a greve dos petroleiros fez o governo federal se mover para impor uma derrota ao sindicalismo combativo. O movimento foi julgado abusivo pelo TST no dia 9 de maio. No dia 24, seguindo ordens do governo, o exército ocupou quatro refinarias: Paulínia, Capuava e Henrique Lage, em São Paulo, e Presidente Getúlio Vargas, no Paraná. Além disso, as empresas suspenderam o pagamento aos grevistas. No dia 26, o TST, em julgamento de recurso, decretou o pagamento de multa no valor de R$ 100 mil diários [para os sindicatos], caso os trabalhadores não voltassem ao trabalho. No dia 2 de junho acabou a greve.

Essa foi outra importante característica do movimento sindical dos anos 90: o envolvimento do poder judiciário nas relações de trabalho. Entretanto, os trabalhadores aprenderam a usar

O movimento sindical bancário também foi gravemente afetado pelo cenário político e econômico imposto pelo governo FHC. Durante esse período, a categoria amargou quase uma década de reajuste zero, imposição de uma política de abono para compensar as perdas salariais e perseguição aos dirigentes sindicais e militantes.

esse mecanismo em seu favor. Na década de 1990, a quantidade de processos trabalhistas (tanto individuais quanto coletivos) ajuizados na Justiça do trabalho cresceu rapidamente. Isso deveu-se especialmente aos maiores índices de desemprego e à expressão do poder dos empregadores. No Brasil, a Justiça do Trabalho atua como mediadora dos conflitos de trabalho, individuais e coletivos, e esta é formada por instâncias tripartites no plano local, estadual e federal, responsáveis pelo julgamento dos processos trabalhistas. As causas para esse fenômeno são o desemprego e a expressão do poder relativo dos empregadores. Por conta disso, passou a haver o cortejo de trabalhadores demitidos à Justiça do Trabalho em busca de algum direito não atendido durante o ato de rompimento do contrato de trabalho.

O movimento sindical bancário também foi gravemente afetado pelo cenário político e econômico imposto pelo governo FHC. Durante esse período, a categoria amargou quase uma década de reajuste zero, imposição de uma política de abono para compensar as perdas salariais e perseguição aos dirigentes sindicais e militantes. Pesava ainda sobre tudo isso, a severa política de desestatização do governo que resultava na constante ameaça de privatização dos bancos públicos. Em decorrência disso, houve um período difícil para os bancários de bancos públicos, com o sucateamento e esvaziamento das instituições (possivelmente, para prepará-las para a venda), implantação de planos de demissão voluntária, que não eram

tão voluntários assim, já que alguns gestores obrigavam os bancários a aderir, e constantes casos de transferências e até demissões arbitrárias. Tudo isso também afetou a organização da categoria, bem como prejudicou severamente o poder de compra dos bancários.

Segundo dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), entre 1995 e 2002, a categoria bancária teve seus salários reduzidos em 8,6% em relação a inflação, principalmente nos bancos públicos. A perda real nesse período para esses trabalhadores ficou em 36,3% no Banco do Brasil e em torno de 40% na Caixa Econômica Federal[13].

Como forma de compensar essas perdas, fortaleceu-se na categoria o conceito de remuneração variável. Entretanto, compensações desse tipo aliadas a tal política de abono anual era, na verdade, um bom negócio para os banqueiros, pois os trabalhadores seguiam arcando com as perdas na medida em que esse tipo de remuneração não repercutia em direitos como horas extras, férias, décimo terceiro etc. Além disso, incentivar remunerações atreladas à produtividade e busca de mais e mais resultados, trazia inúmeros benefícios, e lucros, para os banqueiros.

Como forma de compensar essas perdas, fortaleceu-se na categoria o conceito de remuneração variável. Entretanto, compensações desse tipo aliadas a tal política de abono anual era, na verdade, um bom negócio para os banqueiros, pois os trabalhadores seguiam arcando com as perdas na medida em que esse tipo de remuneração não repercutia em direitos como horas extras, férias, décimo terceiro etc.

Há também parcelas de remuneração as-

13. Fonte: Revista dos Bancários 2016 (https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2016-0406/).

sociadas a formas de estímulo e reconhecimento pelo desempenho do empregado chamadas de remuneração variável. Elaboram-se programas de remuneração variável objetivando abranger a maioria dos empregados promovendo uma maior produtividade e intensidade do trabalho.

A partir desse cenário, o movimento sindical iniciou, nos anos 2000, a busca por novas alternativas, diante de um quadro de exclusão, recessão e desemprego. Esses caminhos apontam para várias direções, como a tentativa de articulação com movimentos sociais (terra, moradia, cidadania etc.), bem como a abertura para o debate de novos temas (ambiente, gênero, cidadania, formação etc.). Essa realidade trouxe uma nova cara ao movimento sindical, sobretudo após o advento dos governos do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003 (e até 2016), que valorizou as relações e os direitos trabalhistas. As pautas dos sindicatos, apesar de ainda focarem na remuneração dos trabalhadores, passaram a absorver conquistas de direitos sociais e condições de trabalho, pois na medida em que a prática e valorização do diálogo entre governo e sindicatos, com a criação e fortalecimento da mesa única de negociação com a participação de bancos públicos e privados, favorecia as conquistas monetárias, as entidades sindicais viram uma janela importante para inserir nesse contexto também novas conquistas sociais.

Resultado das negociações salariais por governo federal a partir de 1995 (Bancos Privados)

GOVERNO	ANO	INPC	REAJUSTE SALARIAL	GANHO/PERDA REAL	DIAS DE GREVE	ABONO
FHC	1995	25,80%	30,00%	3,34%	sem greve	sem abono
FHC	1996	14,28%	10,80%	-3,05%	9	54% do salário
FHC	1997	4,30%	5,00%	0,67%	Cidade de Deus	R$ 700,00
FHC	1998	3,59%	1,20%	-2,31%	Centro de SP	R$ 1.000,00 a R$ 2.000,00
FHC	1999	5,25%	5,50%	0,24%	Centro de RJ	sem abono
FHC	2000	6,96%	7,20%	0,22%	paralizações de 15 min	sem abono
FHC	2001	27,31%	5,50%	-1,69%	sem greve	R$ 1.100,00
FHC	2002	9,16%	7,00%	-1,98%	sem greve	R$ 1.200,00
LULA	2003	17,52%	12,60%	-4,19%	sem greve	R$ 1.500,00
LULA	2004	6,64%	8,5% a 12,77%	5,75%	30	sem abono
LULA	2005	5,01%	6,00%	0,94%	6	R$ 1.700,00
LULA	2006	2,85%	3,50%	0,63%	6	sem abono
LULA	2007	4,82%	6,00%	1,13%	2	sem abono
LULA	2008	7,15%	10,0% ou 8,15%	2,66%	17	sem abono
LULA	2009	4,44%	6,00%	1,50%	15	sem abono
LULA	2010	4,29%	7,5% a 16,33%	3,08%	15	sem abono
DILMA	2011	7,39%	9,0% a 12,0%	1,50%	21	sem abono
DILMA	2012	5,39%	8,50%	2,00%	9	sem abono
DILMA	2013	6,67%	8,00%	1,82%	23	sem abono
DILMA	2014	6,35%	8,5% a 9,0%	2,02%	8	sem abono
DILMA	2015	9,88%	10,00%	0,11%	21	sem abono
TEMER	2016	9,62%	8,00%	-1,48%	31	R$ 3.500,00
TEMER	2017	acordo de 2 anos		1,00%	-	sem abono
TEMER	2018	3,78	5,0%	1,31%	sem greve	
BOLSONARO	2019	3,28	4,31%	1,0%	sem greve	
BOLSONARO	2020	2,74	1,5%		sem greve	R$ 2.000,00
BOLSONARO	2021	10,42	10,97	0,5%	sem greve	sem abono
BOLSONARO	2022	8,83	8%		sem greve	R$ 1.000,00 (vale-aliment)

O Movimento Sindical Bancário[14] e o Sindicato do Ceará

A primeira greve de bancários do país, iniciada em Santos(SP), aconteceu em abril de 1932, com o início da luta pela jornada de seis horas junto ao Ministério do Trabalho – a conquista só seria alcançada em 1933, mas não foi ofertada da mesma forma que os bancários propunham: a categoria queria 32 horas semanais contra as 36 propostas, e a obrigatoriedade do pagamento de horas extras sequer foi citado pelo decreto do Governo.

No entanto, a primeira greve nacional da categoria aconteceu em 1934 reivindicando temas como aposentadoria e pensões, e estabilidade de emprego. A greve durou três dias e os bancários só retornaram ao trabalho após compromisso firmado com o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. Dois meses depois foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB) que abrigava as reivindicações da categoria e representava uma importante conquista do movimento.

Em 1937, Vargas foi eleito presidente da República. Cinco dias de-

14. As informações históricas sobre as lutas da categoria bancária foram retiradas de uma publicação do Sindicato dos Bancários de São Paulo: KAREPOVS, Dainis (Coord.) A História dos Bancários – lutas e conquistas 1923 – 1993.

pois, ele promulgou o Decreto-Lei 24.694 que exigia mudanças nos estatutos sindicais para que fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Em 1939, a Lei 1.402 eliminou o pluralismo sindical e cancelou o registro de todos os sindicatos oficializados. Para conseguir um novo registro era preciso acatar as normas do Governo, entre elas, o processo eleitoral dirigido por um presidente escolhido pelo Ministério do Trabalho, estipulação da base sindical e suspensão da fundação de sindicatos no interior.

A conjuntura política nacional era desfavorável aos trabalhadores, com suas organizações sendo duramente golpeadas pelo governo, que vinha tentando, desde o início da ditadura (Vargas), transformar os sindicatos – tanto os patronais como de empregados – em órgãos de colaboração de classe e base de sustentação de seu poder.

Tentando evitar o declínio do Estado Novo, Vargas tomou medidas para a abertura do regime, entre elas anistia geral e legalização do PCB, ambas com o intuito de se aproximar novamente das classes trabalhadoras.

Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra para a presidência da República, em 1946, as greves começaram a estourar. Na categoria bancária, a maior delas foi pela unificação do salário mínimo dos bancários: cerca de 40 mil funcionários aderiram à greve que ganhou o apoio de diversas outras categorias e ampla cobertura da imprensa. Ao final, os bancários conseguiram

A primeira greve nacional da categoria aconteceu em 1934 reivindicando temas como aposentadoria e pensões, e estabilidade de emprego.

abonos anuais incorporados aos salários, reajuste retroativo a janeiro de 1946 e a promessa de que o projeto do salário mínimo profissional seria examinado. Essa greve durou 19 dias.

Devido a repercussão dessas paralisações foi decretada a chamada Lei da Greve (Decreto-Lei 9.070) que restringia o direito de greve a setores não considerados "essenciais". Assim, trabalhadores como os da categoria bancária, ficavam impedidos, à época, de pararem suas atividades. Em 1948, um projeto de lei cassou o mandato de parlamentares eleitos pelo PCB e, como forma de resistência, as lideranças afastadas dos sindicatos fundaram as Comissões Pró-Salário Digno que lutavam por melhores salários e condições de trabalho. Mais tarde, elas se transformaram nas Comissões de Defesa dos Bancários passando a ser consideradas as representantes reais da categoria, já que agora as entidades estavam nas mãos de dirigentes sindicais indicados pelo Governo.

Em 1951, uma greve que durou 69 dias, entre outras conquistas, instituiu a data de 28 de agosto como o Dia do Bancário.

Pouco antes das eleições presidenciais de 1950, o governo convocou eleições sindicais, o que possibilitou às entidades desvincularem-se das intervenções governistas. Em 1951, uma greve que durou 69 dias, entre outras conquistas, instituiu a data de 28 de agosto como o Dia do Bancário.

Já durante o governo de Juscelino Kubitschek, algumas conquistas da categoria bancária foram finalmente efetivadas: jornada de 6h para todos os funcionários e aposentadoria por

Internet

Passeata contra a ditadura, quando o movimento sindical e social foram duramente reprimidos

tempo de serviço, além do nascimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) que passou a negociar com os banqueiros.

No início da década de 60 aconteceram várias greves. As principais reivindicações desse período eram reajuste salarial, fim da carestia, 13º salário, salário família, entre outras coisas. Em 1962, a categoria conquistou o fim do trabalho aos sábados, aprovado em lei no Congresso Nacional. Entretanto, com o golpe militar e o movimento sindical sendo duramente reprimido, principalmente depois de 1968, com o decreto do AI-5[15], quando

15. O Ato Institucional nº 5 foi assinado dia 13 de dezembro de 1968 e ficou conhecido como "o golpe dentro do golpe". Com ele, ficou instituída a repressão política no período militar. Ele permitia, entre outras medidas, fechar o Congresso, cassar mandatos parlamentares, intervir em estados e municípios, suspender direitos políticos e até a garantia do habeas corpus. Representou o nível mais extremo do autoritarismo no Brasil.

praticamente todos os direitos dos cidadãos foram cassados, o movimento recrudesceu, só passando a se articular novamente a partir de meados da década de 70, principalmente em 1978, com as greves e manifestações do ABC Paulista e Região.

Neste ano (1978) ocorreram 24 greves por todo o país, com a participação de mais de meio milhão de trabalhadores. No ano seguinte, as greves saltam para 113, envolvendo 3,2 milhões de trabalhadores.

A partir de 1983 iniciou-se o processo de unificação nacional da categoria, com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a realização do Congresso Nacional dos Bancários e a formação de uma Comissão de Negociação Nacional para se contrapor aos banqueiros na mesa de negociação entre funcionários e patrões. No entanto, esse processo só se efetivaria realmente em 1985.

A partir de 1983 iniciou-se o processo de unificação nacional da categoria, com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a realização do Congresso Nacional dos Bancários e a formação de uma Comissão de Negociação Nacional para se contrapor aos banqueiros na mesa de negociação entre funcionários e patrões.

A partir daí, várias categorias entraram em greve contra as medidas governamentais. O Ministério do Trabalho não se deixou vencer e interveio nos sindicatos. Em 1985, o movimento foi mais forte e procurou buscar o apoio da opinião pública: procurou-se expor à sociedade a real situação salarial da categoria, colocando no banqueiro a imagem do "inimigo público nº 1" – visto como intransigente quanto às negociações salariais; além de deixar o cidadão em filas gigantescas e especular com o dinheiro do povo.

Em 1989 começaram a ocorrer algumas mudanças na estruturação do movimento sindical bancário. Nesse ano foi fundada a primeira Fede-

ração dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (FETEC), em São Paulo (importante destacar que a FETEC/NE foi criada em 1992). Filiada à CUT, a nova entidade tinha o objetivo de fortalecer as estruturas regionais, incentivar a participação e organização nos locais de trabalho e nos sindicatos, além de exercitar o respeito à representatividade. Desta forma, foi priorizada a organização do movimento seguindo uma hegemonização de entidades: confederação, federação, sindicatos, organização por local de trabalho.

Outras manifestações foram organizadas frente aos prejuízos com os planos econômicos do governo: Cruzado, Cruzado II, Verão, Collor. As reivindicações eram basicamente por reajuste, melhores condições de trabalho e contra a onda de demissões causada pelos planos. Mas, o movimento bancário também se engajou em lutas sociais: as Diretas Já (1984)[16], o Fora Collor (1990)[17], na campanha Lula presidente (2002), contra o golpe institucional de 2016 e contra as "reformas" promovidas por Michel Temer após a deposição da presidente legitimamente eleita, Dilma Rousseff.

16. Campanha que exigia eleições diretas e democráticas para o cargo de Presidente da República e que teve massiva aceitação popular. A medida não passou no Congresso Nacional, mas o movimento teve seus frutos: em 1985, Tancredo Neves foi eleito o primeiro presidente civil desde 1964, mas morreu antes de assumir, passando o cargo para o vice, José Sarney.

17. Movimento popular que pedia o impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, acusado de corrupção.

O Sindicato do Ceará[18]

O Sindicato dos Bancários do Ceará nasceu em pleno Estado Novo de Vargas, no dia 21 de fevereiro de 1933

A história da entidade Sindicato dos Bancários do Ceará se confunde, por vezes, com a história do movimento sindical bancário, bem como com suas conquistas, dado o caráter nacional de organização da categoria bancária.

O Sindicato dos Bancários do Ceará nasceu em pleno Estado Novo de Vargas, no dia 21 de fevereiro de 1933 e já em 1934, se engajou numa luta nacional pela jornada de 6 horas, até hoje considerada uma das maiores conquistas da categoria.

Entretanto, com o início do endurecimento do governo Vargas, em 1937, a entidade não escapou às intervenções decretadas pelo Governo e

18. As informações históricas sobre o Sindicato dos Bancários do Ceará foram retiradas de uma publicação da própria entidade: "BERNAL, Cleide. Sindicato dos Bancários: Fazendo História". Cleide Bernal possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará, mestrado em Ciências Sociais Rurais pela Universidade de São Paulo e doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal do Ceará.

permaneceu sobre o controle do Estado até 1957. Foi a primeira das três intervenções pela qual passou a entidade.

Com o golpe militar em 1964, o Sindicato sofreu a segunda intervenção: toda a diretoria foi destituída e a entidade ocupada. Mas a intervenção não desmobilizou os dirigentes que continuaram fazendo oposição ao regime e defendendo os interesses da categoria. Em 1967, a campanha salarial foi conduzida sobre o tema de resistência à ditadura. Nesse mesmo ano, a junta governista se retirou da entidade.

Internet

José de Moura Beleza foi presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará quando aconteceu o golpe militar, no período de 1960/1964. Foi preso e perdeu seus direitos sindicais e políticos

Uma das figuras que mais lutaram durante esse período da ditadura foi o bancário José de Moura Beleza, mas ele já era atuante no movimento sindical desde a década de 50. Ele foi o primeiro candidato a prefeito pelas forças populares no Ceará, em 1962. Concorreu, na época, contra o general Murilo Borges e perdeu, em uma eleição possivelmente fraudada. Foi cassado quando era presidente do Sindicato dos Bancários e passou muito tempo preso em Fernando de Noronha, o que acarretou graves consequências em sua vida. A partir de então, Moura Beleza nunca mais conseguiu reconstruir sua vida política. Moura Beleza nasceu em Limeira (PI) e assumiu o

cargo de escriturário do Banco do Brasil através de concurso público, em 1942. Foi presidente do Sindicato por sete anos e nunca faltou um dia sequer ao banco, pois na época, as faltas em atuação sindical eram descontadas como férias ou licença prêmio. Era o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará no período de 1960/1964, quando a entidade sofreu intervenção durante a ditadura. Foi preso durante o golpe militar, em 1964, e foi levado para Fernando de Noronha, tendo seu mandato sindical e direitos políticos cassados por 10 anos. Após atuar como importante liderança sindical no Ceará, Moura Beleza foi demitido do banco pelo governo federal, através de um decreto presidencial. Aglutinador de massas, exímio orador e sindicalista íntegro fazem parte da representação desse líder sindical, que permaneceu envolto sob o manto de respeitabilidade. Hoje, ele batiza a atual sede do Sindicato dos Bancários do Ceará. Em 2013, José de Moura Beleza foi anistiado pela Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou e sua família recebeu uma indenização por toda a perseguição política que ele foi vítima durante a ditadura.

Em 1983, o Sindicato dos Bancários do Ceará participou do I CONCLAT que fundou a CUT.

Retomando a história da luta desse período. uma nova greve por melhores salários foi deflagrada durante a campanha salarial de 1968. Nesse mesmo ano, a chapa de oposição à ditadura venceu a eleição para a diretoria do Sindicato. A chapa vencedora tomou posse em março, mas, em novembro, às vésperas do AI-5, foi destituída pelos militares que colocaram a entidade sobre nova

intervenção (a terceira e última). O Sindicato ficou no comando do interventor José Leite Jucá até 1979, período em que o movimento sindical, de forma geral, voltou a se organizar. Nesse mesmo ano, novas eleições foram feitas na entidade e a chapa de oposição a Jucá foi eleita, assumindo a presidência a funcionária do Banco do Brasil, Maria da Natividade Belém Pinho.

Em 1983, o Sindicato dos Bancários do Ceará participou do I CONCLAT que fundou a CUT. Em 1985, 700 mil bancários deflagraram a primeira greve geral da categoria depois de 1968, apesar do Decreto-Lei 1.932 (1978), que proibia greves da categoria por considerar o serviço bancário essencial. A greve durou dois dias e foi a maior greve nacional de uma categoria até aquela data. Os bancários conquistaram 12,63% de reajuste, elevação do piso salarial, unificação da data-base e a incorporação dos 25% de antecipação salarial em março. Esse período, de 1979 a 1985, também trouxe aos bancários várias conquistas sociais como o auxílio-creche (1981), o avanço da estabilidade provisória e a liberação de dirigentes sindicais.

Em 1979, o Sindicato dos Bancários decidiu investir mais no setor de comunicação e fundou o jornal Tribuna Bancária

Também no ano de 1979, o Sindicato dos Bancários decidiu investir mais no setor de comunicação e fundou o jornal Tribuna Bancária, que nasceu 46 anos após a fundação do Sindicato. O jornal, inicialmente, não tinha nenhuma padronização, seja editorial ou gráfica, nem havia uma periodicidade rígida. Também não havia jornalista; entre 1979 e 1988, o jornal foi escrito basica-

mente pelos próprios diretores. A Tribuna Bancária só passou a registrar oficialmente no jornal a presença de um jornalista responsável a partir da edição 230 (16/06/1992). O expediente registrava como diretor de imprensa o jornalista e empregado da Caixa Econômica, Plínio Bortolotti e, como jornalista, Franzé Ribeiro.

Em 1986, o governo da Nova República lançou o Plano Cruzado que se destacou pelo congelamento dos preços e dos salários e a queda de taxa de juros a níveis próximos a zero como armas para combater a inflação. A última medida atingiu em peso a categoria que ficou reduzida a 110 mil bancários em todo o país. Mas em 1987, o movimento voltou a se fortalecer e nesse ano aconteceu a greve mais longa da categoria nos últimos 25 anos até aquela data. Foram nove dias de paralisação demonstrando o crescimento do nível de organização da categoria. No Ceará, a greve atingiu os bancos federais e o Banco do Estado do Ceará (BEC). Mas, apesar da boa mobilização, a greve não conseguiu ganhos reais conquistando-se apenas o que garantia a lei salarial.

Em janeiro de 1989, o governo federal decretou o Plano Verão, que pôs fim ao gatilho salarial e aprofundou o arrocho. Em 20 de abril, os bancários de todo o país aderiram a mais uma greve, por sete dias, e conquistaram uma reposição média de 40% nos bancos privados. Nos bancos federais, a greve foi duramente reprimida pelo governo. O ano marcou ainda a filiação do Sindicato à CUT. Em 1990 veio a conquista do vale refeição.

Em 1992, estourou o escândalo de corrupção no governo Collor e o Sindicato se engajou na campanha Fora Collor com passeatas que pediam, além da saída do presidente, a recuperação do Plano de Cargos e Salários (PCS) e a reposição das perdas salariais. A campanha só foi encerrada após a queda de Collor, conseguindo-se as reivindicações. No mesmo ano aconteceu uma das mais importantes conquistas da categoria bancária até os dias atuais: a assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários, válida para todo o país, unificando conquistas e direitos para toda a categoria.

Em 1994 iniciou-se a campanha contra a privatização do BEC mobili-

Arquivo/SEEBCE

A Campanha em Defesa do BEC durou 11 anos

zando não só os bancários, mas a sociedade em geral. Nacionalmente, outra conquista foi agregada aos direitos da categoria: o vale-alimentação. Em 1995 a categoria bancária foi a primeira a conquistar a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) na Convenção Coletiva de Trabalho.

Em 1996, a campanha salarial dos bancos privados conquistou um reajuste salarial de 30%, abono de R$ 200,00 mais 72% de produtividade e aumento do tíquete-refeição para R$ 7,00. De 1997 até 1999 a categoria amargou, sobretudo, nos bancos públicos, uma política de reajuste zero, aliada à concessão de abonos anuais para compensar as perdas salariais acumuladas.

A década de 2000 também agregou diversos benefícios à categoria bancária. Através de mesas permanentes de negociação e de sucessivas greves, os bancários conquistaram, entre outros direitos, a inclusão na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) de cláusula sobre igualdade de oportunidades

Arquivo/SEEBCE

Nelson Martins foi presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, de 1988 a 1994

(2000); 13ª cesta-alimentação (2007); ampliação da licença-maternidade para seis meses (2009); extensão de direitos previstos na CCT aos casais homoafetivos (2009); conquista de instrumento de combate ao assédio moral (2010); PLR sem desconto de imposto de renda (2012); abono assiduidade – direito de folgar um dia durante o ano (2013); proibição de envio de mensagens aos celulares dos funcionários para a cobrança de metas, importante passo para se combater o assédio moral (2013); licença paternidade de 20 dias (2016). Importante ressaltar que, durante todo esse período, as campanhas salariais da categoria, de nível nacional, conquistaram aumento real de salário (ou seja, com reajustes acima da inflação).

Voltando ao cenário do Ceará, o grupo político ligado à CUT e ao Partido dos Trabalhadores, que assumiu a direção da entidade pela primeira vez em 1988, continua dirigindo o Sindicato dos Bancários do Ceará atualmente. O primeiro presidente dessa nova fase foi o ex-bancário do Banco do Brasil e ex-deputado estadual[19], Nelson Martins (1988/1991), que foi

19. Nelson Martins foi um dos bancários que transitou pelo meio político, sendo eleito vereador de Fortaleza em 1996 e 2000, como deputado estadual em 2002, 2006 e 2010, tendo participado ainda dos governos de Cid Gomes (2006-2010/2010-2014) e Camilo Santana (2014-2018/2018-2022). Além de Nelson Martins, o bancário aposentado do BB e ex-diretor do Sindicato, José Pimentel foi eleito deputado federal (1995-2011), senador em 2010 e foi ministro da Previdência do Governo Lula (2008-2010). Em tempo, o ex-estagiário do Departamento Jurídico do Sindicato, Elmano de Freitas, foi eleito governador do Ceará em 2022.

Presidentes do Sindicato dos Bancários do Ceará desde o início da redemocratização

Maria da Natividade – Foi a presidente do Sindicato quando a entidade foi retomada das mãos do interventor José Leite Jucá, em 1979. Funcionária do BB, esteve na diretoria do Sindicato até 1988.

Antonio Augusto – Presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará de 1985-1988.

Nelson Martins – Foi presidente do Sindicato de 1988-1994. Foi ainda vereador de Fortaleza e deputado estadual. Participou dos governos de Cid Gomes, Camilo Santana e atualmente está como assessor de relações insitucionais da Casa Civil do governador Elmano de Freitas (PT).

Tomaz de Aquino – Presidente do Sindicato no período de 1994-2003. Funcionário do Banco do Nordeste, participou ativamente da luta contra a privatização dos bancos públicos na era FHC. Atualmente é diretor jurídico do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB.

Vaumik Ribeiro – Presidente eleito para o período 2003/2006. Em 2004, se licenciou para assumir cargo no planejamento estratégico da Caixa Econômica Federal.

Marcos Saraiva – Empregado da Caixa, terminou o mandato de Vaumik Ribeiro e, em seguida, foi eleito presidente do Sindicato para o período 2006-2009. Foi vice-presidente da Fenae e hoje é diretor de administração e finanças da entidade dos empregados da Caixa.

Carlos Eduardo – Funcionário do Banco do Brasil, foi eleito presidente do Sindicato pela primeira vez em 2009 e comanda a entidade até os dias atuais (2023). É também presidente da Fetrafi/NE, desde 2011, com mandato até 2025.

Arquivo/SEEBCE

Chapa 1 – Unidade e Renovação que venceu a eleição para diretoria do Sindicato para o triênio 2009/2012.

reeleito para o período 1991/1994 (ampliando-se a frente de esquerda que dirige o Sindicato, incorporando novamente militantes do PCdoB). A partir daí, assume Tomaz de Aquino (BNB), reeleito por duas vezes (1994/1997 – 1997/2003). Em seguida, assume o comando da entidade o empregado da Caixa Econômica Federal, Vaumik Ribeiro, eleito para a gestão 2003/2006. Licenciado para integrar a Gerência Nacional de Planejamento Estratégico da Caixa Econômica Federal em 2004, assume a presidência do Sindicato em seu lugar, o também empregado da Caixa, Marcos Saraiva, que termina o mandato iniciado por Vaumik.

Na eleição para o triênio 2006/2009[20], uma única chapa, Bancários em Ação – encabeçada por Marcos Saraiva –, concorreu ao pleito, reunindo no-

20. As informações sobre o resultados das disputas eleitorais nesse período foram consultadas no site do Sindicato dos Bancários do Ceará – www.bancariosce.org.br, através de consultas às edições antigas da edição online do jornal da entidade, Tribuna Bancária (link: www.bancariosce.org.br/jornal_capas.php?cod_jornal_secao=1).

vos dirigentes e experientes sindicalistas. A chapa teve aceitação de 93,46% dos votantes.

Já para o triênio 2009/2012, duas chapas disputaram o comando do Sindicato: a Chapa 1 – Unidade e Renovação – representava o grupo político que estava à frente da entidade. Já a Chapa 2 era composta por militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), ligados às Centrais Sindicais Intersindical e CSP-Conlutas. Ao final do processo eleitoral, a Chapa 1 saiu vencedora (e seguiu conduzindo o Sindicato dos Bancários) com 62,06% dos votos (3.237 votos) contra 37,94% (2.001 votos) da Chapa 2. A Chapa vencedora era encabeçada pelo funcionário do Banco do Brasil, Carlos Eduardo Bezerra Marques.

Nas duas eleições seguintes para a disputa do comando do Sindicato dos Bancários do Ceará, os dois grupos seguiram em disputa, saindo o grupo de dirigentes ligados à CUT e à CTB vitoriosos nos dois pleitos. Em 2012 (para o triênio 2012/2015), a Chapa 1 – Vamos! – obteve 3.265 votos (55,75%) contra 2.591 (44,25%) votos da Chapa 2. Uma diferença de 674 votos. O bancário do Banco do Brasil, Carlos Eduardo, seguia encabeçando a chapa vencedora, iniciando assim seu segundo mandato à frente da entidade.

Para a disputa em 2015, uma mudança no estatuto do Sindicato dos Bancários do Ceará alterou o mandato da entidade para quatro anos. Assim, quem vencesse o pleito naquele ano estaria à frente da entidade até 2019. Novamente os dois

Para a disputa em 2015, uma mudança no estatuto do Sindicato dos Bancários do Ceará alterou o mandato da entidade para quatro anos. Assim, quem vencesse o pleito naquele ano estaria à frente da entidade até 2019.

Arquivo/SEEBCE

Atual diretoria do Sindicato dos Bancários do Ceará

grupos entraram em disputa: a Chapa 1 – O Sindicato é dos Bancários – obteve 3.515 votos (57,13%) contra 2.638 votos (42,87%) da Chapa 2 – Resgatar o Sindicato para os Bancários. A Chapa 1 novamente foi encabeçada pelo bancário do Banco do Brasil, Carlos Eduardo, que completou em 2019, o seu terceiro mandato à frente da entidade. Para o período 2019/2023 foi construído um consenso e apenas uma chapa disputou a eleição – Unidade Pra Lutar. A chapa reuniu militantes ligados às centrais CUT, CTB, Intersindical e CSP-Conlutas (e aos partidos PT, PCdoB, Psol e PSTU)[21] , numa unidade inédita. A chapa obteve 95,06% dos votos válidos e comanda a entidade quando o Sindicato completa 90 anos de lutas.

21. É importante destacar que as centrais CUT, CTB e Intersindical também compõem o Comando Nacional dos Bancários.

As greves e a construção da unidade nacional da categoria bancária

Contraf-CUT

Esdras Martin

Primeira diretoria eleita do DNB/CUT, encabeçada por Ricardo Berzoini

A unidade da luta da categoria bancária, construída ao longo de quase 34 anos, transformou os bancários em referência para as demais categorias de trabalhadores no Brasil. A organização nacional foi também um passo determinante na mobilização e participação expressiva alcançadas nas greves da categoria, bem como foram predominantes para os direitos conquistados, mesmo durante os difíceis anos 90 (sob a égide do neoliberalismo), quando os servidores de bancos públicos eram duramente perseguidos.

A construção da unidade começou a ser feita a partir de 1985. Às vésperas da primeira grande greve dos bancários pós-ditadura, em 6 de junho de 1985, e com a necessidade de se articular o movimento grevista

em todo o país, representantes de sindicatos de 16 estados fundaram o Departamento Nacional dos Bancários da CUT (DNB/CUT). A primeira greve organizada pela nova entidade mobilizou 700 mil bancários em todo o Brasil[22] e durou dois dias (11 e 12 de setembro de 1985), sendo a maior greve nacional de uma única categoria até aquela data.

Em 1987, pela primeira vez, o DNB/CUT, entregou uma pauta nacional de reivindicações à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e apenas em 1991 apresentou uma minuta unificada para todos os bancos.

O movimento foi extremamente vitorioso conquistando reivindicações econômicas e sociais além da unificação da data base da categoria. Os bancários conquistaram com essa greve 12,63% de aumento real de salário, elevação do piso salarial, adicional de insalubridade, aumento do adicional de hora-extra para 30%, gratificação de função para 50% e incorporação dos 25% de antecipação salarial em março de 1986. O sucesso do movimento deveu-se, principalmente, à formação de um comando nacional com a participação da CUT. Além disso, havia uma conjuntura política favorável aos movimentos sindicais e sociais com as grandes mobilizações pelas Diretas-Já e com a redemocratização do país e o fim da ditadura militar. O ano de 1985 marcou ainda uma importante conquista para os bancários da Caixa Econômica Federal que, com o movimento nacional grevista de 24h em 30 de outubro, conquistaram ainda o direito à sindicalização (passaram oficialmente a integrar a categoria bancária, pois antes

22. Apesar da lei 4.330/1964, que proibia greves e do Decreto-Lei 1.932/1978, que proibia as greves no setor bancário por considerá-lo serviço "essencial".

eram chamados de "economiários") e a redução da jornada de trabalho de 8h para 6h. Nesse período alcançou-se ainda a liberação de dirigentes sindicais, que no Ceará chegou a atingir a totalidade da diretoria facilitando a organização da categoria e a estruturação interna dos sindicatos.

Mesmo com as vitórias conquistadas, a organização nacional da categoria ainda era muito frágil nesse período. Em 1987, pela primeira vez, o DNB/CUT, entregou uma pauta nacional de reivindicações à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e apenas em 1991 apresentou uma minuta unificada para todos os bancos. Em 1989, durante o I Congresso do DNB/CUT, foi eleita a primeira diretoria da entidade, encabeçada pelo funcionário do Banco do Brasil, Ricardo Berzoini.

Em 1990 inicia-se o debate sobre a transformação do DNB em Confederação, com o objetivo de fortalecer ainda mais a organização da categoria bancária. O processo só foi finalizado durante o III Congresso do DNB, em 1992, quando o Departamento se transformou em Confederação Nacional dos Bancários (CNB/CUT) e Berzoini foi eleito seu primeiro presidente.

A partir de 1993, com a chegada do governo Itamar Franco, o vice que assumiu a presidência após o impeachment de Collor, o cenário ficou difícil para os funcionários de bancos públicos. Nomeado para ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (que venceu as próximas duas eleições para presidente) iniciou um período duro para esse segmento de bancários: implantou planos de demissões voluntárias e de incentivo à aposentadoria, fechou agências, demitiu servidores e iniciou processos de reestruturação, terceirização e de informatização de setores, diminuindo o tamanho da categoria. O cenário endureceu chegando, inclusive, a descontar o ponto dos servidores que faziam greve até culminar numa realidade de reajuste zero.

Entretanto, a organização e mobilização da categoria seguiram fortes e outras pautas passaram a fazer parte das reivindicações dos bancários: complementação do salário por doença, requalificação profissional na demissão, criação das comissões permanentes de saúde e de raça, gênero e orientação sexual, programa de prevenção e reabilitação da LER/Dort.

Os anos 2000 foram um período de transição em vários aspectos e foi

quando a organização e mobilização dos trabalhadores bancários atingiu o seu ápice. Durante esse período também, o projeto neoliberal foi derrotado e, em 2003, com a eleição de um governo do campo progressista (a eleição de Lula), a abertura do diálogo com o patronato (privado e, principalmente, público) favoreceram a mobilização da categoria, a organização das greves em nível nacional quando do impasse das negociações e a conquista de uma série de direitos. Isso se refletiu também em outras categorias de trabalhadores.

Em 2006, a Confederação Nacional dos Bancários (CNB) se transformou em Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT)

Findo o primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Lula, dissiparam-se as incertezas no meio empresarial em relação à condução da política macroeconômica que, no essencial, preservou um manejo mais conservador das políticas monetária e fiscal, baseado na geração de superávits primários, no aumento das reservas cambiais e no controle da inflação por meio da manutenção de taxas de juros elevadas. A partir de 2004, a economia começou a dar sinais de recuperação mais consistentes, em face das boas condições da economia internacional, da gradativa retomada do fomento estatal ao desenvolvimento econômico e da ampliação dos programas públicos de geração e distribuição de renda, entre os quais a política de recuperação do salário mínimo constituiu-se em uma das peças centrais. Ademais, o ambiente político tornou-se mais favorável à interlocução entre o Estado e o movimento sindical, sendo a

política de reajuste do salário mínimo objeto de negociação entre o governo e as centrais sindicais.

Em 2003 tivemos a primeira campanha nacional da categoria e, com a greve daquele ano, os bancários de bancos públicos conquistaram a mesma PLR dos bancos privados. A unificação da campanha se fortalece em 2004. Uma greve difícil, mas vitoriosa, de 28 dias, conquista aumento real de salário, o que se repetiria pelos anos posteriores, até os dias atuais. A greve de 2004 foi a maior dos últimos 15 anos até aquela data.

Em 2005 houve um elemento a mais na greve nacional dos bancários: a intervenção jurídica através de um instrumento denominado interdito proibitório[23], que impedia a greve, sobretudo nos bancos privados. Mesmo com as liminares, a greve teve uma grande adesão da categoria e conquistou aumento real por mais um ano.

A Confederação Nacional dos Bancários (CNB) se transformou em Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) em 2006, passando a representar, além dos bancários, os trabalhadores de financeiras e afins. A greve daquele ano durou seis dias e mobilizou a categoria, apesar dos interditos proibitórios, conquistando aumento real, adicional de PLR e a criação de um grupo de trabalho para debater assédio moral, entre outras conquistas.

A greve de 2007, com mais uma campanha unificada, trouxe além do aumento real, a conquista de um novo direito: a 13ª cesta alimentação. Em 2008 foi a vez da conquista do primeiro censo da diversidade com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho. Já em 2009, com uma greve de cerca de 15 dias, as bancárias conquistaram a ampliação da licença-maternidade para 180 dias e os casais homoafetivos passaram a ter o direito de incluir o(a) parceiro(a) no plano de saúde. Em

23. Mecanismo processual de defesa utilizado para impedir agressões iminentes que ameaçam a posse de alguém. É um instrumento ágil e rápido que a Justiça Comum utiliza principalmente contra ocupações de imóveis ou propriedades rurais. A partir desse ano, os banqueiros, sobretudo de bancos privados, passam a utilizar esse artifício na justiça do trabalho para tentar barrar a greve dos bancários. Através dele, os sindicatos são proibidos de barrar a entrada de clientes e submetidos a pesadas multas em caso de descumprimento.

2010, a Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários passou a ter uma cláusula com mecanismo de combate ao assédio moral.

Em 2011, após uma greve de 21 dias, os bancários conquistaram aumento real pelo oitavo ano consecutivo, valorização do piso salarial, fim da divulgação de ranking de produtividade, novas contratações na Caixa Econômica, proibição do transporte de numerário e avanços na igualdade de oportunidades. Em 2012, uma greve de oito dias trouxe como conquistas o II Censo da Diversidade, além da execução de um projeto piloto sobre segurança bancária e avanços na saúde e condições de trabalho.

Em 2011, após uma greve de 21 dias, os bancários conquistaram aumento real pelo oitavo ano consecutivo, valorização do piso salarial, fim da divulgação de ranking de produtividade, novas contratações na Caixa Econômica, proibição do transporte de numerário e avanços na igualdade de oportunidades.

Em 2013, fora da campanha salarial, os bancários unidos a outras categorias de trabalhadores impediram a votação do PL 4330 – da terceirização – na Câmara dos Deputados. Após uma greve de 27 dias, os bancários completaram dez anos de aumento real conquistado, além da proibição de cobrança de metas via SMS e a conquista do vale cultura, correspondente a R$ 50,00 por mês para utilizar em espetáculos, cinema, livraria, ou qualquer outro meio cultural.

Já no ano de 2014, com uma greve forte, a categoria conquistou além das cláusulas econômicas, avanços no combate às metas abusivas, ao assédio moral, na igualdade de oportunidades e na segurança bancária. Em 2015, uma das maiores greves da categoria, com 21 dias de mobilização, a categoria assegurou aumento real pelo 12º ano consecutivo, além de manter conquistas

Arquivo/SEEBCE

Ato em Defesa da Democracia
e Contra o Golpe, março/2016

importantes como o vale-cultura, abono-assiduidade, licença maternidade ampliada, igualdade de direitos para casais homoafetivos e a assinatura de um termo de entendimento entre os seis maiores bancos do país e o movimento sindical bancário para tratar condições de trabalho com o objetivo de reduzir as causas do adoecimento.

O golpe institucional de 2016 tirou muito mais do que a presidente Dilma Rousseff do poder. Os trabalhadores brasileiros passaram a amargurar inúmeras ameaças aos direitos historicamente conquistados desde a Era Vargas. Nesse ano, os bancários fizeram uma das mais fortes greves da categoria, que chegou aos 31 dias de resistência e mobilização. Ao final, os bancários assinaram uma Convenção Coletiva de dois anos, garantindo os direitos conquistados historicamente. Foi a mais longa greve desde 2004. A CCT bianual garantiu aumento real para o ano de 2017 e se

mostrou uma estratégia acertada quando em novembro daquele ano foi aprovada a Reforma Trabalhista do governo Temer no Congresso Nacional trazendo uma série de prejuízos e perdas de direitos para os trabalhadores que não estavam assegurados por uma Convenção Coletiva. Em 2018, novamente é assinada uma Convenção de dois anos, com vigência até 2020, garantindo aumento real e a manutenção de todos os direitos previstos na Convenção anterior. A novidade desse ano foi a ausência da greve.

Os resultados positivos das sucessivas campanhas salariais dos bancários, mostram que a organização nacional e campanha unificada foram os principais responsáveis por construir uma categoria forte e mobilizada, hoje referência para outros trabalhadores.

Em 2020, com o mundo assolado pela pandemia do novo coronavírus, a luta teve de ser reinventada. A urgência do movimento sindical bancário era proteger a vida e os direitos da categoria, que não parou de trabalhar durante a pandemia. O Comando Nacional dos Bancários, através de intensas negociações virtuais com os banqueiros, conseguiu colocar boa parte da categoria em home office e tiveram, posteriormente, de fechar acordos específicos relativos a essa modalidade de trabalho. Em seguida, veio a hora de organizar a campanha salarial daquele ano, e a organização dos bancários, de maneira virtual, investindo nas reuniões e encontros através de plataformas virtuais e usando o poder das redes sociais, sobretudo o Twitter, como forma de mobilização. Ao final, os bancários conseguiram manter todos os direitos em mais uma convenção bianual, com vigência até 2022.

Em 2022, a luta pela manutenção de todos os direitos continuou e, num cenário extremamente

adverso, conseguiu-se novamente uma convenção bianual, com vigência até 2024.

Os resultados positivos das sucessivas campanhas salariais dos bancários, mostram que a organização nacional e campanha unificada foram os principais responsáveis por construir uma categoria forte e mobilizada, hoje referência para outros trabalhadores. A greve, deflagrada sempre nacionalmente para iniciar em uma única data em todo o país mostra que, apesar do processo permanente de negociação entre bancários e banqueiros, é uma das mais importantes estratégias para conquistar novos direitos e garantir a manutenção daqueles já conquistados.

Campanha Salarial de 1992: Desafios de uma mudança histórica

Em abril de 1992, os bancários lançaram uma campanha nacional de emergência devido à alta velocidade das perdas salariais provocadas pela inflação galopante da época, que ao final daquele ano chegaria a 1.149%. Na minuta mínima unificada, a então Executiva Nacional dos Bancários reivindicava reajuste mensal de salário com base no ICV do Dieese[24], reposição das perdas e aumento real de 26% (aumento de produtividade), defesa do emprego, ampliação do horário de atendimento (das 9h às 17h) com dois turnos de trabalho e uma antiga reivindicação: contrato coletivo nacional de trabalho.

Durante a campanha de 1991, a categoria havia dado um passo importante nessa direção. Após uma greve de três dias, além da reposição das perdas, da produtividade e da formação de uma comissão de segurança

24. O Índice do Custo de Vida do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICV-DIEESE) abrange todos os domicílios e faixas de renda e busca mensurar a variação dos preços dentro do município de São Paulo. Ele é calculado com base na cesta de bens e serviços definida pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), para que o cálculo acompanhe as mudanças de consumo das famílias paulistanas ao longo do tempo. Os grupos utilizados para este cálculo são: Alimentação, Habitação, Equipamentos Domésticos, Transporte, Vestuário, Educação e Leitura, Saúde, Recreação, Despesas Pessoais e Despesas Diversas.

Tribuna Bancária

CUT

20/07/92
Nº 235

Jornal do Sindicato dos Bancários no Estado do Ceará - Fone: 252.42.66

SEMANA DE ARTE E POESIA

20 a 24 de julho, no BB - Cesec Castelão (artes plásticas, fotografias, desenhos, esculturas e poesias de funcionários).
Promoção: CIPA/Cesec Castelão.

COMEÇA A CAMPANHA SALARIAL DE SETEMBRO

Fotos: Ricardo Dantas

A Campanha Salarial foi oficialmente aberta na semana passada com as atividades realizadas na sexta-feira e no sábado, pelo Sindicato dos Bancários. Na sexta a programação foi de festa. Pela manhã o Sindicato realizou uma passeata pelo Centro da Cidade. À noite o Bar das Seis abriu o Encontro Estadual dos Bancários que ocorreu no Novotel, sábado. A festa do Bar das Seis contou com apresentação da Banda Aquarius. Nessa Tribuna Bancária você tem as fotos dessas atividades, tudo sobre o reajuste de setembro e nossas reivindicações.

Arrastão pelo Centro da cidade, realizado sexta-feira, 17, com palhaços, pernas-de-pau e Grupo de Teatro do Sindicato

Festa com a Banda Aquárius, na sede 2, sexta-feira, abrindo o Encontro Estadual da categoria

Encontro Estadual dos Bancários, realizado dia 18, no Novotel. Aprovada a minuta da Campanha Salarial. Nelson e Henrique Ellery foram eleitos representantes na Executiva Nacional. Participação de Luís Oswaldo (diretor do BB) e Francisco Teixeira (economista do Sine-CE)

Veja qual o reajuste necessário

bancária, os bancários conquistaram ainda a unificação nacional dos pisos salariais e a não utilização da Justiça do Trabalho no confronto entre patrões e empregados nos bancos privados. Embora, nos bancos públicos federais, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) tenha mais uma vez interferido nas negociações aplicando multas pela greve e suspendendo direitos sociais.

Ao final da campanha de 1992, os bancários conquistaram aumento real de 5%, recomposição bimestral de parte da inflação, ampliação do auxílio creche de 72 para 83 meses, unificação do auxílio alimentação e uma comissão de segurança bancária.

Mas a mais importante conquista desse ano foi a Convenção Coletiva

Nacional de Trabalho, assinada pela então recém criada CNB-CUT (Confederação Nacional dos Bancários), por sete federações e 120 sindicatos, que representavam mais de 85% da categoria. A partir daí, os bancários passaram a ter um instrumento legal que garantia os mesmos direitos a todos os trabalhadores da categoria em todo o país, fruto de muitas décadas de luta.

Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) é o conjunto de cláusulas que regulamentam a relação de trabalho quando a negociação e a celebração do acordo se dão entre os sindicatos de uma categoria econômica e profissional.

Para explicar direitinho: a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) é o conjunto de cláusulas que regulamentam a relação de trabalho quando a negociação e a celebração do acordo se dão entre os sindicatos de uma categoria econômica e profissional. No caso dos bancários, por se tratar de convenção de âmbito nacional assinada entre a Fenaban e a Contraf-CUT e demais sindicatos da categoria, tem aplicação para toda a categoria, não havendo qualquer diferenciação, seja por banco ou por região geográfica.

O conceito de Convenção Coletiva é mais amplo do que o de Acordo Coletivo, quando a negociação e a assinatura do acordo se dão entre uma determinada empresa e os sindicatos representantes de uma categoria profissional, como aqueles que assinamos com Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Bradesco, Santander, Itaú etc. Já a minuta ou pauta de reivindicações é o documento que contém as reivindicações dos trabalhadores apresentadas à empresa.

PARTE 2

• UNIDADE E LUTA

A década de 90 não foi fácil para os trabalhadores, incluindo, a categoria bancária. Com a chegada do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2003) e sua adesão ao Consenso de Washington[25] são implementadas diversas reformas neoliberais que já eram hegemônicas na maioria dos países e que tem entre seus pilares a redução do estado, privatizações, ataques aos direitos dos trabalhadores e desregulamentação do sistema financeiro.

Após o golpe de 1964, que desmantelou o movimento sindical intervindo e controlando as entidades, o sindicalismo voltou a renascer no final

25. Realizado em 1989, em Washington (EUA), o encontro de instituições como Fundo Monetário Mundial (FMI), Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos ficou popularmente conhecido como o Consenso de Washington. Por meio da sugestão de várias medidas econômicas, todas voltadas para uma globalização dos mercados, o Consenso de Washington serviu, durante muito tempo, como a base de orientação do funcionamento de várias economias ao redor do mundo. São basicamente dez políticas econômicas liberais que passaram a ser sugeridas (e aplicadas) para acelerar o desenvolvimento. No ano seguinte, as medidas foram adotadas como políticas do FMI. Assim, diversos países em desenvolvimento passaram a implementar programas de ajustamento financeiro e reformas nos modelos econômicos. As políticas do Consenso eram voltadas basicamente para diminuir a regulação e controle da economia, aproximar do livre mercado, reduzir o tamanho do estado (privatizações) e aumentar a abertura para o exterior. Em 2004, o FMI reviu a forma a partir da crise enfrentada por vários países que seguiam as medidas. As críticas apontavam que as medidas poderiam estar direcionadas para atender aos interesses dos Estados Unidos e que elas colaboravam com a concentração de renda. Essa definição pode ser acessada no link: https://www.suno.com.br/artigos/consenso-de-washington/

da década de 70, quando o Sindicato dos Metalúrgicos no ABC Paulista deflagrou uma campanha salarial que iria deflagrar as greves que aconteceram nos anos seguintes. Essa estrutura de confronto continua pelos anos 80 incentivada pelas liberdades conquistadas e pelas perdas salariais dos planos econômicos. Nesse período, o movimento sindical brasileiro atingiu o seu auge, assumindo uma nítida postura de confronto tanto em relação ao patronato quanto ao governo federal.

Com a posse do governo Collor, no início dos anos 90, o Brasil começa a adotar uma política neoliberal, introduzindo novas formas de gerenciamento e de organização do trabalho, terceirizações e inovações tecnológicas que começam a produzir um exército de desempregados. Essas medidas começam a enfraquecer a atuação dos sindicatos e a precarização do trabalho mostra-se cada vez mais evidente.

Todas essas modificações no processo produtivo e na economia mundial trouxeram grandes consequências para a classe trabalhadora e para o movimento sindical, como a diminuição do trabalho, aumento do desemprego, expansão da economia informal e a terceirização. Esses últimos não possuem representação sindical e seus salários são menores, fragmentando a classe trabalhadora, causando um arrefecimento do movimento sindical como instrumento de pressão.

No caso do Brasil, no início da década de 80, os banqueiros já vinham se identificando com a plataforma neoliberal[26]. Desde o governo Figueiredo, a Fenaban e a Febraban vinham defendendo os processos de privatização, abertura comercial e outros pontos do neoliberalismo como solução para o Brasil. Aliás, foram os banqueiros que lançaram o argumento de que os problemas econômicos do país, sobretudo a taxa inflacionária, eram causadas porque havia um déficit público elevado. Nessa época, a América

26. A doutrina neoliberal advoga a desregulamentação do mercado de trabalho, aumentando absurdamente a taxa de desemprego no início da década de 90, com considerável aumento da taxa de rotatividade. Cresceram também as taxas da informalidade e do trabalho infantil. Houve até um impacto inicial positivo com a chegada do Plano Real, mas que não se refletia no poder de compra dos salários.

Latina presenciou uma intensa adesão às ideias neoliberais.

Entretanto, nesse período havia uma grande onda de industrialização e o movimento sindical se manteve forte e resistiu, pois já vinha em destaque desde a luta contra a ditadura no final da década de 70. A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e legalização dos partidos de esquerda fazem parte desse período.

No entanto, com a vitória de Fernando Collor na eleição para presidente em 1989, houve o campo perfeito para o início da implementação do neoliberalismo no Brasil. A composição do Congresso Nacional eleita nesse ano também colaborou para essa virada à direita, ao mesmo tempo em que a política econômica de Collor botou o movimento sindical na defensiva. De 1990 a 1992 caíram a produção, o emprego e os salários e a recessão contribuiu para que o movimento grevista caísse consideravelmente. E então veio o impeachment e o governo seguiu com Itamar Franco, vice de Collor.

Foi então que surgiu o Plano Real e Fernando Henrique Cardoso (então ministro da Fazenda de Itamar, na implantação do Plano Real[27] e eleito

Com a vitória de Fernando Collor na eleição para presidente em 1989, houve o campo perfeito para o início da implementação do neoliberalismo no Brasil. A composição do Congresso Nacional eleita nesse ano também colaborou para essa virada à direita, ao mesmo tempo em que a política econômica de Collor botou o movimento sindical na defensiva.

27. Programa brasileiro com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da medida provisória número 434, implantado no governo Itamar Franco. Tal medida provisória instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o real, moeda até hoje vigente. A plano foi um dos principais "cabos eleitorais" de FHC, eleito presidente em 1995.

presidente em seguida, por dois mandatos), que realmente trouxe o neoliberalismo no Brasil.

A reestruturação produtiva dos bancos, com a introdução de novas tecnologias e novos modelos de gestão, as privatizações de bancos estaduais, as fusões de bancos, as terceirizações, reduziram a categoria bancária de quase um milhão em 1987 para 392 mil em 1999. O Banco do Brasil e a Caixa passaram por um processo de desmonte, com demissões em massa nos planos de demissões voluntárias (PDV's) e congelamentos salariais. O governo FHC também iniciou o enfraquecimento dos bancos públicos federais visando depois privatizá-los, conforme compromisso assumido com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A categoria bancária foi uma das pioneiras na luta em defesa das empresas públicas, contra as privatizações, lutando contra o sucateamento dos bancos públicos e pela valorização do funcionalismo e do papel dos bancos públicos como fomentadores do desenvolvimento em prol de um ambiente de trabalho sadio e decente para os bancários e de uma sociedade mais justa para todos.

As mudanças no modo de produção do trabalho bancário

É bom lembrar que, até 1960, o bancário tinha como principal meio de trabalho a moeda. Por isso, nesse período, as transformações ocorridas no trabalho bancário foram lentas, porém caracterizadas pela busca da racionalização e mecanização do trabalho bancário. Até a Reforma Bancária de 1964, os bancos atuavam de maneira segmentada e regionalizada, a maioria de pequeno porte. A partir daí, o trabalho bancário começou a sofrer mudanças graduais na sua forma essencial, sempre com o objetivo de proporcionar ao patronato uma maior produtividade no setor, oferecendo novos serviços e produtos aos clientes e, ao mesmo tempo, in-

Imagens da Internet

tensificando processos de terceirização, flexibilização do trabalho e a exteriorização dos clientes das agências.

O trabalho realizado na década de 60 era feito por um trabalhador que exercia total controle sobre a execução do seu trabalho. Nesse período, o trabalho bancário era mais tradicional, cercado de status, e se resumia a atividades realizadas dentro das agências, como: contabilizar depósitos, recolher tributos, pagamentos, descontos de títulos, executar empréstimos e aplicações financeiras. Era um trabalho essencialmente burocrático e de confiança técnica.

Já por volta da década de 80, predomina o padrão de produção taylorista-fordista[28], com rotinas pré-definidas por programas de computadores, o que iniciou o processo de desqualificação do bancário, à medida que o conhecimento exigido no passado foi descartado. Já nessa fase, parte das atividades da categoria começaram a ser repassadas aos clientes, como o oferecimento de um novo serviço: os equipamentos de autoatendimento. Já nos anos 90, houve o aumento da automação e, consequentemente, uma acentuada redução de postos de trabalho. Seguindo uma lógica do sistema financeiro internacional, as estratégias de reestruturação incutem no bancário atividades mais ligadas à consultoria financeira e comercialização de novos produtos e serviços. O modo de trabalhar atual requer um bancário com uma concepção mais generalizada, detentor de habilidades para lidar com situações imprevistas, subjetivas e diversificadas, apto para manejar máquinas com rapidez e destreza, que cumpra as metas de produtividade estabelecidas pelos bancos.

Com todas essas transformações, esses novos bancários não consideram mais essa profissão como única, para a vida inteira. O emprego como bancário passou a ser visto, em muitos casos, como uma situação temporária para a concretização de outros projetos pessoais. Perde-se, assim, o status que antes existia nessa profissão.

28. Caracterizam-se principalmente pela divisão do trabalho, produção sob premência de tempo, tarefas repetitivas, direito de expressão reduzido, e até nulo, divisão entre concepção e execução e sistemas de controle elaborados.

Essas mudanças para uma era mais tecnológica e para um trabalho mais automatizado e diversificado acarretou também mudanças na organização e nas condições das relações de trabalho. A adoção dessas novas tecnologias, assim como as novas formas de gestão do trabalho bancário, gerou não só a diminuição abrupta da categoria, mas também resultaram em intensificação de ritmo de trabalho, sobrecarga de tarefas, aumento da pressão e controle sobre os trabalhadores, o que refletiu também na saúde dos bancários, uma das categorias com alguns dos maiores índices de adoecimento.

A adoção dessas novas tecnologias, assim como as novas formas de gestão do trabalho bancário, gerou não só a diminuição abrupta da categoria, mas também resultaram em intensificação de ritmo de trabalho e sobrecarga de tarefas, o que refletiu também na saúde do bancário

Em reportagem exibida pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, dia 28 de abril de 2019, o pesquisador Ricardo Antunes, da Universidade de Campinas-SP (Unicamp) considera que com o advento das novas tecnologias, sobretudo o uso cada vez mais constante dos smartphones, rompeu-se o que ele chama de "muralha entre o trabalho e o não trabalho", destacando que, com isso, certas categorias de trabalhadores estão sempre à disposição do patrão.

A partir dos estudos do grupo de pesquisa Metamorfose do Mundo do Trabalho, os pesquisadores Ricardo Antunes, Luci Praun e Cláudia Mazzei Nogueira, apontam ainda a mudança nas formas de adoecimento dos trabalhadores. Enquanto antes da automação os trabalhadores adoeciam de doenças repetitivas, perdas auditivas, problemas de coluna, acidentes e outras de origem mais física. Hoje adoecem de ansiedade,

depressão e outras doenças mais psíquicas, devido à pressão e cobranças constantes que sofrem diariamente.

Os pesquisadores criaram o termo "infoproletário" para definir um novo perfil de trabalhador, que seria todo e qualquer trabalhador que necessita de uma máquina para exercer seu trabalho, que necessariamente será de ordem digital. Esse tipo de produção se caracteriza por intensidade do trabalho, pouca criatividade, pouca capacidade de controle e nenhuma estabilidade. São exemplos de infoproletários motoristas de aplicativos, operadores de telemarketing, técnicos da indústria de software, vendedores do comércio digital e, claro, bancários.

Antes da automação os trabalhadores adoeciam de doenças repetitivas, perdas auditivas, problemas de coluna, acidentes e outras de origem mais física. Hoje adoecem de ansiedade, depressão e outras doenças mais psíquicas, devido à pressão e cobranças constantes que sofrem diariamente.

O Sindicato dos Bancários de São Paulo analisou a reportagem exibida no Fantástico sob a ótica dos trabalhadores bancários. Na sua matéria, o Sindicato de São Paulo destacou pontos da pesquisa dos estudiosos como ambientes e organização dos trabalhos precarizados e adoecedores dos trabalhadores, com mais trabalho, menos operários, trabalho invadindo o ambiente familiar, pressão por metas cada vez mais altas, desvalorização do trabalhador, humilhações, uso de remédios tarja preta. "Essa mudança se reflete com força no setor financeiro. Entre 2009 e 2017, segundo dados do INSS obtidos pelo Sindicato, o total de bancários que tiveram benefícios acidentário ou previdenciário cresceu 30%. Mais de 50% dos casos

referem-se a transtornos mentais (aumento de 61,5%)", diz a reportagem.

Por fim, a reportagem finaliza que a luta sindical deve ser no sentido de proteger esses trabalhadores, com a defesa do emprego formal com garantias para a classe trabalhadora. Enfim, o problema não está na tecnologia, mas no uso que se faz dela, pois o uso dos avanços tecnológicos não pode ser meramente maximizar os lucros a qualquer custo. A matéria condena ainda o que chama de "uberização do trabalho", que é colocar o trabalhador como patrão de si mesmo: jogar nas costas do trabalhador toda a responsabilidade laboral e até mesmo suas consequências para a saúde deste, sem qualquer garantia trabalhista isso seria penalizar o lado mais fraco dessa relação.

Gradativamente, os bancários foram se transformando em "bancários vendedores", tendo de estar capacitados para atender clientes de forma individualizada, personalizada, para cumprir metas, a ele impostas, de vendas de títulos, seguros, aplicações e outros serviços e produtos bancários. Diante desse cenário, pode-se constatar a mudança do perfil do bancário: do contador com conhecimento sobre todo o processo de trabalho no banco, com perspectiva de carreira, detentor de um status social, a um funcionário pouco qualificado, fragmentado em tarefas simples e repetitivas.

Diante desse cenário, pode-se constatar a mudança do perfil do bancário: do contador com conhecimento sobre todo o processo de trabalho no banco, com perspectiva de carreira, detentor de um status social, a um funcionário pouco qualificado, fragmentado em tarefas simples e repetitivas.

Entre 1994 e 2003, o lucro das instituições financeiras aumentou 578% segundo o Dieese.

Por sua vez, o setor que contava com cerca de 730 mil bancários no início dos anos 90 passou a 393 mil em 2001, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa nova configuração do sistema financeiro brasileiro acabou facilitando a criação de categorias profissionais mais fragmentadas, o que acabou impactando a representação e o poder sindical.

O bancário como vendedor: a mercantilização do trabalho

Nos últimos anos, os bancos têm investido em novos recursos para diminuir custos e aumentar a produtividade e, consequentemente, seus lucros. O trabalho bancário que era valorizado, principalmente, por seu nível de conhecimento, passou gradativamente a ser substituído por máquinas e até por tecnologia utilizada pelos próprios clientes, dispensando a intermediação do trabalhador bancário e desvalorizando sucessivamente a sua função.

Segundo dados do Dieese, em 2016, as transações bancárias realizadas através de meios digitais representaram 57% do total das operações financeiras; em 2009 elas foram 31% do total, segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Esse aumento na diversificação dos negócios e na utilização das novas tecnologias propiciou aos bancos um aumento significativo nos seus lucros. Se em 2009, o setor financeiro lucrou R$ 54,8 bilhões, em 2016 passou para R$ 60,5 bilhões, um crescimento de 10,4% em sete anos.

As instituições estão investindo pesadamente em Analycts (Big Data)[29], computação cognitiva e implantação de Blockchain[30]. Tudo isso voltado a um maior desenvolvimento e expansão do uso dos canais de internet e mobile banking pelos seus clientes, retirando o atendimento das agências e levando para instalações e equipamentos pertencentes aos próprios clientes.

A partir da união dos bancos com as Fintechs[31], os modelos de trabalho que se apresentam para o bancário sugerem, na prática, trabalhadores sem vínculo com a empresa ou com vínculos bem mais frágeis do que a categoria apresenta atualmente: são trabalhadores contratados por projetos, que incorporam profissionais de diversas áreas e as próprias fintechs, centralizados em "células ágeis", para desenvolverem produtos e projetos.

Outra tecnologia que os bancos já estão se apropriando é a chamada Machine Learning (Aprendizado da máquina), que cria algoritmos extraindo regras e padrões de grande volume de dados. É a mesma tecnologia utilizada por anúncios e promoções enviados aos clientes via smartphone ou redes sociais. Apesar da aparente liberdade que esse modelo pode apresentar aos trabalhadores envolvidos, na prática, o controle exercido pelo patronato é bem maior, pois a grande acessibilidade, de onde o trabalhador esteja, acaba ultrapassando os limites da jornada de trabalho e da vida profissional, além de tornar muito mais frágil a relação empregador x trabalhador.

O perfil do bancário do futuro é o que já se vê trabalhando nas agências digitais. Ele deve estar disponível para todos os canais de comunicação para realizar o atendimento e deverá interagir com "robôs" (inteligência

29. Big Data Analytics é o trabalho analítico e inteligente de grandes volumes de dados, estruturados ou não-estruturados, que são coletados, armazenados e interpretados por softwares de altíssimo desempenho.

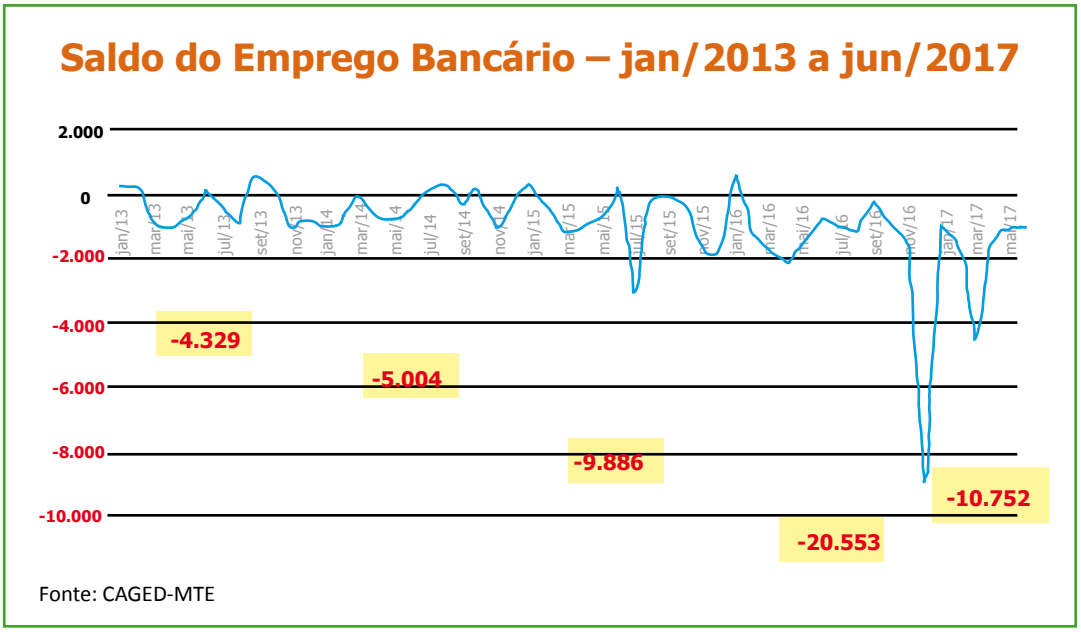
30. Blockchain (também conhecido como "o protocolo da confiança") é uma tecnologia de registro distribuído que visa a descentralização como medida de segurança. A blockchain é vista como a principal inovação tecnológica do bitcoin visto que é a prova de todas as transações na rede.

31. Fintech é um termo que surgiu da junção das palavras financial (financeiro) e technology (tecnologia). Fintech é uma startup que trabalha para inovar e otimizar serviços do setor financeiro. Essas empresas possuem custos operacionais muito mais baixos que de bancos tradicionais.

artificial), de modo a poder recomendar atendimento personalizado, apontando para os investimentos certos para cada perfil e para cada momento da vida do cliente.

A análise dos cinco eixos estratégicos do banco digital destacados pela Febraban leva à identificação de três principais tendências que afetarão fortemente o mundo do trabalho nos bancos: a redução da quantidade de trabalhadores nas funções diretamente ligadas às transações; a redução de trabalhadores nas áreas de apoio; a mudança no conteúdo do trabalho bancário, uma vez que a agência tradicional se tornará, cada vez mais, um ambiente para realização de negócios voltados aos clientes de alta renda.

O emprego bancário é realmente a parte mais afetada nessa relação de expansão. Durante os anos 2000 até 2012, houve um considerável crescimento da categoria, embora numa velocidade bem inferior ao conquistado pelo sistema financeiro. A partir de 2013, o emprego bancário, mensurado pelo Cadastro de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (Caged/MTE) veio apresentando queda, como mostra o gráfico abaixo.



De acordo com pesquisas realizadas pela Contraf-CUT, em parceria com o Dieese, é expressivo o corte de postos de trabalho a cada ano nos bancos. Em 2018, por exemplo, foram fechados 2.929 postos. Nos últimos anos, planos de incentivo à aposentadoria e reestruturações dentro dos bancos (como BB, CEF, BNB e até Bradesco) reduziram drasticamente a categoria.

Essa redução no número de trabalhadores nos bancos está aliada à redução do número de agências físicas, algumas sendo substituídas por agências digitais. Já existem no Sistema Financeiro Nacional instituições completamente digitais, sem falar no número crescente de correspondentes bancários, que fazem várias funções de uma agência, mas sem dar gastos aos banqueiros e sem as mesmas condições de segurança de uma unidade bancária normal.

Essa redução nos empregos e de postos de atendimento é resultado de uma mudança na estratégia de atuação dos bancos. Essa mudança se baseia em dois pilares: o mobile banking e os correspondentes bancários. O mobile banking consiste na utilização da tecnologia para a realização de operações bancárias, através de smartphones e outros canais online, sem a intermediação de um trabalhador bancário. Segundo a Contraf-CUT, essa intermediação só foi regulamentada apenas em 2013, mas em 2016 já concentrava 34% das transações bancárias, de acordo com a Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2016. Essa realidade tem sobrecarregado ainda mais os trabalhadores.

As operações e as formas de atendimento, também, estão mudando rapidamente e afetando profundamente a rotina dos bancários trabalhando em sistemas de home office ou, por escala, em prédios administrativos, para o atendimento de clientes digitais. Trabalhadores que ficam disponíveis por meio de todos os canais de comunicação possíveis – telefone, chat, e-mails, entre outros. Sendo monitorados constantemente. Por outro lado, os correspondentes bancários já estão consolidados no país, em funcionamento desde o início dos anos 2000. Eles são formados por parcerias entre instituições financeiras e empresas do setor do comércio para a "comer-

cialização" de produtos e serviços bancários sem a intermediação de um trabalhador bancário. O número de estabelecimentos desse tipo aumentou 1.475% entre 2001 e 2015, segundo dados do Banco Central do Brasil.

OCUPAÇÕES EXPRESSIVAS NOS BANCOS – 2012 A 2015

OCUPAÇÃO	2012	2013	2014	2015	VARIAÇÃO 2015/2012
Escriturário de Banco	15.597	8.701	6.849	4.708	-10.889
Caixa de Banco	47.419	45.640	43.491	41.518	-5.901
Assistente Administrativo	14.344	10.982	9.771	10.011	-4.333
Supervisor Administrativo	17.828	16.120	14.943	14.343	-3.485
Chefe de Serviços Bancários	11.018	9.845	7.658	7.547	-3.471
Gerente de Contas – Pessoa Física e Jurídica	45.239	40.389	40.409	42.008	- 3.231
Analista de Desenvolvimento de Sistemas	8.191	7.848	6.174	5.509	- 2.682
Gerente de Agência	13.723	13.468	13.260	13.298	-425
Gerente Administrativo	24.038	23.686	23.342	23.852	-186
Analista Financeiro	5.155	4.951	6.023	5.900	745
Administrador	7.154	5.607	8.751	9.251	2.097
Atendente de Agência	4.959	5.823	10.231	10.350	5.391

FONTE: RAIS – MTE. Elaboração: DIEESE – Rede Bancários

Essa estratégia, aliada ao mobile banking, está esvaziando as funções que tradicionalmente concentram grande volume de trabalhadores nos bancos, como caixas e escriturários. Segundo o Dieese, para as instituições financeiras, a nova onda tecnológica representa expressiva redução

de custos operacionais com papéis, arquivos físicos, postagem, impressão, transporte de valores e, principalmente, força de trabalho.

Essas alterações no mundo do trabalho têm tido grande repercussão no mundo sindical: os trabalhadores de uma mesma instituição passam a estar fragmentados (financiários, securitários, terceirizados, bancários). Assim, a taxa de sindicalização no setor também sofreu impactos. Tanto com essa fragmentação como com a diminuição da categoria via desligamentos voluntários e antecipação de aposentadoria. Por isso, a defesa do emprego é uma pauta constante nas mesas de negociação permanente entre banqueiros e bancários e nas campanhas nacionais anuais.

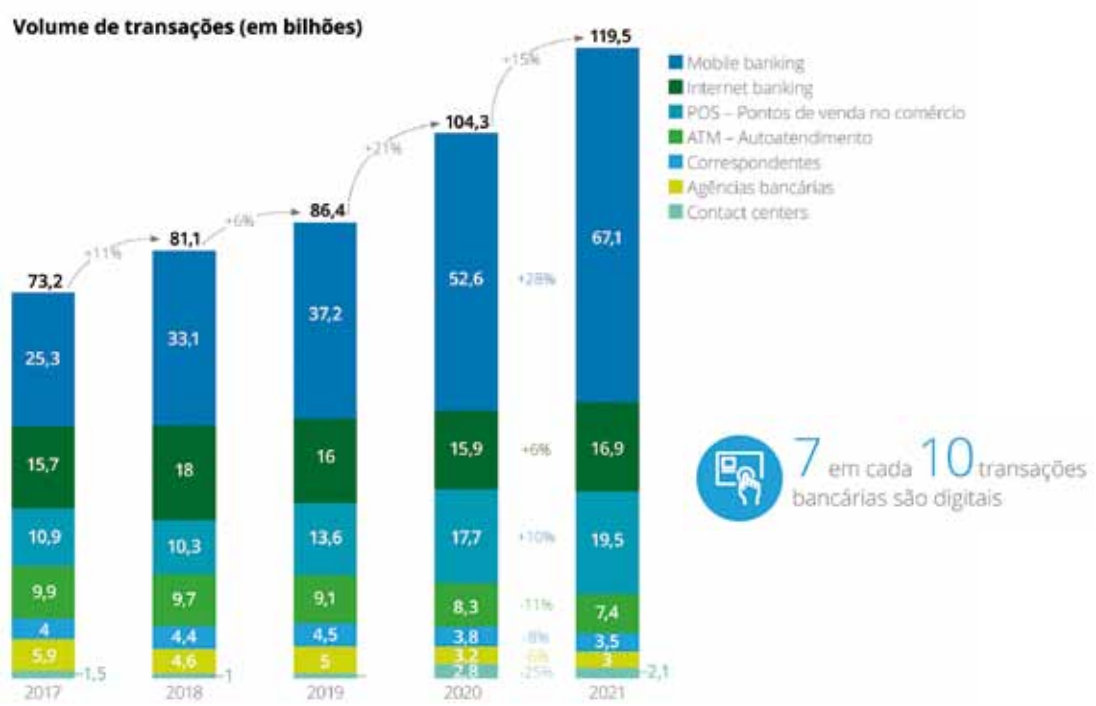
Agências Bancárias versus Agências de Negócios

À medida que avança o esvaziamento das atividades tradicionais das agências bancárias, ocorre também a mudança na rotina de trabalho que se transforma, basicamente, para as áreas de consultoria e relacionamento. Dessa forma, não só os postos de trabalho são reduzidos como aqueles que permanecem nas agências têm de lidar com o aumento da intensidade do trabalho e com a exigências de novas habilidades, principalmente relacionadas à venda de produtos e serviços financeiros.

Com as transações cada vez mais sendo realizadas em ambientes externos às agências bancárias, os trabalhadores tendem a se fragmentar, dividindo-se em categorias distintas: bancários, comerciários (correspondentes), processamento de dados (setores de tecnologia da informação) etc. A situação afeta fortemente o sindicalismo, que encontra agora desafios crescentes para representar e defender os direitos dos trabalhadores, que tendem a ficar cada vez mais isolados, dificultando o sentimento de pertencimento, de identidade coletiva de classe. Diante desse cenário, o movimento sindical bancário tem debatido e buscado novas estratégias para enfrentar as mudanças em curso.

A partir disso, a atuação sindical não se restringe à negociação cole-

tiva, englobando também uma série de mobilizações junto ao poder público para que as novas formas de trabalho sejam regulamentadas de uma maneira favorável aos trabalhadores. No momento, o movimento sindical bancário, reconhecendo os imensos desafios e as dificuldades, busca reinventar as formas de organização, ação sindical, greves, paralisações e a própria negociação, em um contexto de fragmentação, pulverização dos trabalhadores e de crise das entidades de representação coletiva.



Fonte: Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2022

A derrocada do neoliberalismo, o governo Lula e o sindicalismo brasileiro

Voltando à influência do cenário político na luta dos trabalhadores, a década de 90 e início dos anos 2000 foi uma época de resistência do movimento sindical. Graças à unidade da categoria bancária, que lutou contra as privatizações e conseguiu preservar seus direitos, tanto em bancos públicos como em privados, diferentemente do que aconteceu em outras categorias.

Após um período nebuloso, a conjuntura mudou com a derrota do projeto neoliberal em 2002 e a chegada ao poder do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Já no ano seguinte, 2003, a campanha nacional unificou os bancários de instituições públicas e privadas, consolidando a unidade nacional da categoria que permitiu, a partir de 2004, com grandes mobilizações e greves, a conquista de aumentos reais de salários e outros importantes avanços. Vejamos como chegamos a esse ponto.

Já no primeiro ano do governo Lula, os bancários conquistaram, durante a campanha salarial de 2003, um reajuste de 12,6%, abono de R$ 1.500,00 e PLR de R$ 650,00 acrescidos de 80% do salário como resultado da campanha unificada. Essa conquista serviu como base para o piso de reivindicações das instituições públicas. Além das negociações diretas com

Arquivo/SEEBCE

Campanha Salarial de 2004

a Fenaban, os dirigentes sindicais iniciaram uma mobilização política com os principais entes do governo Lula com o objetivo de inserir na Convenção Coletiva da categoria os principais bancos estatais. O sentimento, entre os bancários de bancos públicos, era que o saldo da mobilização grevista daquele ano tinha sido positivo já que os bancos toparam seguir o oferecido pela Fenaban alguns dias depois desses bancários terem deliberado pela greve por tempo indeterminado. Apesar da negociação salarial finalizada com o mesmo reajuste salarial para toda a base, o saldo foi favorável diante da política de reajuste zero do governo FHC. Os canais de negociação entre governo e bancários no setor público, deixava clara a viabilidade da mesa de negociação básica unificada com bancos públicos e privados como estratégias para as mesas dos anos seguintes.

Já a chamada "greve dos 30 dias" de 2004 pode ser considerada o despertar reivindicativo da categoria bancária, notadamente do setor público. Esse movimento grevista rompeu um grande hiato reivindicativo, diante do intenso processo de reestruturação dos bancos ao longo

dos anos 1990. Foi também o primeiro movimento grevista de relevância após a eleição de Lula. Apesar da força de mobilização grevista deste ano, ocorreram alguns problemas ao longo do processo, dificultando ganhos maiores para a categoria.

A Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Crédito), cuja representatividade no sindicalismo bancário era mínima, abordou o ajuizamento da greve dos bancos públicos no Tribunal Superior do Trabalho (TST), como forma de finalizar as negociações junto a BB e CEF. A proposta oferecida pelo TST era de reajustes escalonados (entre 8,5% e 12,5%), de acordo com a faixa salarial, abono de R$ 1.000,00 e compensação dos dias parados. Tendo como base a proposta de dissídio do TST, banqueiros e bancários retomam as negociações reiterando o disposto no ajuizamento, o que, posteriormente, foi aprovado em assembleias da categoria, mediante compromisso de reabertura de mesas específicas por cada banco para debater temas não contemplados pela decisão do TST.

Mesmo com esses percalços, o maior valor da campanha salarial de 2004 foi o aprendizado pelo qual passou o movimento sindical bancário nacional e para a categoria no tocante de como tratar os debates e de como conduzir as mesas de negociações a partir daquele ano.

Em 2005, a estratégia foi fortalecer a mesa única de negociação. O reajuste reivindicado pelos bancários era de 11,77%, mas os banqueiros sinalizaram com apenas 4% mais abono de R$ 1.000,00, rechaçado pela categoria. Sem grandes novidades, no dia 6 de outubro daquele ano, a categoria delibera pela greve. Após nova proposta da Fenaban, os bancários aceitam encerrar a greve no dia 11 de outubro, aprovando a proposta de 6% de reajuste, abono de R$ 1.7000,00 e PLR de 80% do salário mais parcela fixa de R$ 800,00. Nos bancos públicos, a proposta é aprovada no dia 13 de outubro, encerrando a campanha daquele ano. Apesar de morna, a campanha de 2005 acaba sendo considerada pelas lideranças sindicais como positiva, pois foi a terceira campanha salarial consecutiva no governo Lula em que os trabalhadores conquistavam aumentos salariais acima da inflação e participação nos lucros.

Arquivo/SEEBCE

Lançamento da Campanha Nacional dos Bancários 2005

Em 2006, em paralelo com o período eleitoral, os bancários reivindicaram 7,05% de aumento real, enquanto os banqueiros ofereciam acordo de dois anos, sem reajuste, recuando da proposta anterior de 2%. A campanha deixa de ser comandada pela CNB (Confederação Nacional dos Bancários) e passa a ser conduzida pela Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro), recém fundada em janeiro de 2006. O objetivo era ampliar a base de representação da categoria. A nova confederação não representa apenas bancários, mas todos os trabalhadores do ramo financeiro.

A partir da proposta rebaixada da Fenaban, assembleias por todo o país foram rejeitando a proposta e decretando greve por tempo indeterminado a partir de 5 de outubro daquele ano. Novas propostas foram feitas

pelos banqueiros de 2,85% e posteriormente, 3,5% de reajuste, além de 80% de PLR mais valor fixo de R$ 828,00, limitando-se a R$ 5.496,00. Essa foi a proposta aceita pela categoria no dia 10 de outubro. A greve nos bancos públicos durou mais dois dias, mas ao final, estes também aceitaram a proposta.

As seguidas mobilizações grevistas a partir de 2003 serviram para que os bancários de bancos públicos saíssem do limbo para onde foram forçados a permanecer durante os anos 90. A consolidação da unificação da negociação salarial foi uma das principais estratégias do movimento sindical bancário no primeiro governo Lula, fortalecendo a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, conquistada pela primeira vez em 1992, agregando de vez a participação dos bancos públicos nesse processo.

Durante o governo Lula, as negociações das campanhas salariais da categoria ficaram a cargo, especificamente, do Comando Nacional dos Bancários, após deliberações iniciais nos sindicatos e em Conferências Regionais, para construção da minuta de reivindicações da categoria na Conferência Nacional dos Bancários, a ser entregue a cada ano aos banqueiros. No Comando Nacional incluem-se a maioria dos sindicatos de bancários do país, filiados ou não à CUT, mas sob a direção da Confederação cutista (CNB até 2005 e Contraf a partir de 2006).

O período de 2003-2010 (Era Lula) foi um momento de avanços para o sindicalismo bancá-

O período de 2003-2010 (Era Lula) foi um momento de avanços para o sindicalismo bancário, marcado por crescimento expressivo dos postos de trabalho, aumento real e fortalecimento dos bancos públicos.

Arquivo/SEEBCE

Ato da Campanha Nacional 2010

rio, marcado por crescimento expressivo dos postos de trabalho, aumento real e fortalecimento dos bancos públicos. Nesse período, os trabalhadores bancários saltaram de 399 mil para 483 mil, com contratações massivas nos bancos públicos federais, que se tornaram importantes agentes na execução de programas governamentais. No que diz respeito aos aumentos reais, os bancários acumularam 7,56% durante a era Lula. Nos bancos públicos, o índice foi superior em função dos maiores reajustes dos pisos e dos realinhamentos dos planos de cargos e salários, além da retomada de direitos retirados durante o período FHC, como recebimento da PLR e cesta-alimentação, já assegurados junto aos bancos privados. Em relação à saúde e condições de trabalho, houve avanços quanto ao combate ao assédio moral, apontado como responsável pelos crescentes índices de adoecimento psíquico, assegurando, em 2010, uma cláusula na CCT que compromete os bancos a adotar mecanismos de combate à essa questão. Quanto à igualdade de oportunidades, reafirmou-se conquistas como a licença-maternidade de 180 dias e a inclusão de parceiros do mesmo sexo nos planos de saúde para todos os bancários, entre outros avanços.

Bancários são a única categoria com os mesmos direitos em todo o país

Contraf-CUT

Assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários em 2015

A categoria bancária é a única no Brasil a possuir uma Convenção Coletiva de Trabalho nacional que garante a todos os bancários e bancárias, em qualquer lugar do país, os mesmos direitos e conquistas. A busca pela unidade nacional e pela Convenção Coletiva sempre foi uma bandeira de luta dos bancários, desde as primeiras mobilizações da categoria no início do século passado.

Essa tentativa de unificação nacional se fortaleceu durante o final da década de 70, com os movimentos em defesa da redemocratização do país, por volta de 1979. Nessa época, os sindicatos ainda eram frágeis politicamente, muitos ainda eram pelegos, comandados por interventores ligados à ditadura militar e fechavam acordos em bases inferiores àquelas pretendidas por sindicatos mais fortes. Muitas vezes, as negociações eram judicializadas, que privilegiava acordos rebaixados e prejudicava a categoria. Para consolidar essa negociação coletiva nacional foram necessárias muitas greves, que custaram muitas demissões de bancários e muitas punições e perseguições aos dirigentes sindicais.

Com esse histórico de luta, os bancários foram alcançando o posto de uma das categorias mais organizadas e mobilizadas do país, mostrando-se um exemplo para outras categorias de trabalhadores. No entanto, essa unidade foi construída ao longo de décadas de luta, adequando e construindo novas estratégias e alavancando um processo com conquistas para os trabalhadores.

Bancários na linha de frente das lutas da sociedade

A luta da categoria bancária também vai além do corporativismo e, além de primar pela defesa dos seus direitos, sempre esteve vinculada às principais bandeiras de luta da sociedade como um todo. Partindo desse princípio, os bancários sempre tiveram participação ativa em todos os grandes momentos de mobilização popular na busca da construção de uma sociedade melhor e mais justa para todos.

Foi assim durante a ditadura do Estado Novo quando os bancários organizaram campanhas pela anistia política e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, além de participar da campanha O Petróleo É Nosso, que resultou da criação da Petrobrás.

No início da década de 60, com a crise política da renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e com os setores conservadores tentando impedir a posse do vice-presidente João Goulart, os bancários participaram ativamente da organização de resistência ao golpe que, infelizmente, foi oficializado pelos militares em 1964.

Esse foi um período quase fatal para toda a sociedade civil organizada, incluindo o movimento sindical, que precisava ser forte e corajoso para lutar contra os militares. Apesar das intervenções nos sindicatos e da dura

Tribuna Bancária

CUT

22/06/92
Nº 231

Jornal do Sindicato dos Bancários no Estado do Ceará - Fone: 252.42.66

Bancários votam pelo "impeachment" de Collor

O Encontro Nacional dos Bancários, realizado nos dias 20 e 21, em Brasília, definiu a estratégia e o plano de lutas da campanha salarial de setembro. Outra decisão importante foi sobre as denúncias de corrupção que envolvem o governo. Os bancários pediram o "impeachment" de Collor de Mello. Participaram do Encontro 428 delegados e 33 observadores, representando 100 entidades (563 mil bancários).

A estratégia aprovada pelo Encontro é de uma campanha salarial unificada nos bancários e com outras categorias de trabalhadores. O Contrato Coletivo de Trabalho será o nosso instrumento de acordo nas negociações. O dissídio coletivo não será ajuizado, conforme o que aconteceu na campanha do ano passado. A direção política de campanha de setembro será da Executiva Nacional dos Bancários que negociará a minuta unificada.

"Basta de corrupção, CPI pra valer e "impeachment" foi um dos principais eixos políticos aprovados pelo Encontro Nacional. A decisão foi tomada após uma avaliação da conjuntura nacional e das denúncias de corrupção que envolvem o empresário PC Farias e o presidente Collor.

Todas as decisões do Encontro precisam da mobilização da categoria para que possam ter efeito na luta dos bancários. Sua participação nas assembléias e nos encontros que serão realizados até setembro é fundamental para que a nossa vitória seja garantida. Luta com unidade!

Encontro Nacional dos Bancários, dias 20 e 21, em Brasília

Contec não aparece

Plano de lutas
JULHO

Os eixos da campanha

Internet

repressão da ditadura, os bancários sempre lutaram pela democracia, muitas vezes sendo alvo dos militares. Participaram da campanha pela anistia no final da década de 70, ajudaram a organizar a campanha das Diretas Já, no início dos anos 80, pelas eleições diretas para presidente e defenderam a convocação da Constituinte, instalada em 1987.

A categoria também esteve presente ativamente na campanha pelo impeachment do presidente Collor, em 1992, integrou-se à Campanha contra a fome criada pelo sociólogo Betinho, criando mais de 1.500 comitês em agências bancárias de todo o país.

Além disso, os bancários também se engajaram em campanhas em defesa dos direitos da sociedade, como a campanha em defesa dos direitos do consumidor, elaborando manuais de orientação, em parceria com o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

A categoria participou também do Fórum Social Mundial e se integraram em 2002 à campanha que elegeu, pela primeira vez, um ex-dirigente sindical e trabalhador à Presidência da República.

Arquivo/SEEBCE

Manifestação contra a Reforma Trabalhista em 2017

Em 2015 e 2016, as mobilizações foram em defesa do governo Dilma, que mesmo eleita democraticamente, foi vítima de um golpe institucional e sofreu impeachment no dia 31 de agosto de 2016. O golpista Michel Temer tomou posse e iniciou um processo de reformas extremamente prejudiciais à classe trabalhadora, o que ele chamava de "ponte para o futuro", incluindo aí uma reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, que retirou vários direitos e uma proposta de reforma da previdência, só aprovada durante o governo Bolsonaro. É importante destacar que durante a tramitação dessas duas reformas, os bancários estiveram nas ruas para protestar contra esses projetos extremamente negativos para os trabalhadores.

Essa é uma breve história de quem sempre lutou contra o projeto neoliberal, contra a extrema direita, contra o fascismo e contra a retirada de direitos, por mais democracia e por um país mais justo e digno para todos, com desenvolvimento econômico e distribuição da riqueza que os trabalhadores produzem.

Conquistas importantes da categoria desde a assinatura da primeira CCT

1992 – Assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho, válida para todo o país.

1994 – Conquista da Cesta-Alimentação.

1995 – Bancários são a primeira categoria a conquistar a Participação nos Lucros e Resultados.

1997 – Complementação salarial para afastados por doença ou acidentes, além da conquista de verba de requalificação profissional na demissão. Criada ainda uma comissão permanente de saúde.

Contraf-CUT

Assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários, 1992

Arquivo/SEEBCE

Durante a greve da Campanha Salarial 2009, no Edifício Sede da Caixa, o presidente do Sindicato, Carlos Eduardo, chegou a ser agredido por seguranças

1998 – Implementação do Programa de Prevenção, Tratamento e Readaptação da LER/Dort.

2000 – Inclusão de cláusula sobre igualdade de oportunidade na CCT.

2003 – Primeira campanha salarial unificada. Com greve, os bancários de bancos públicos conquistam a mesma PLR dos bancos privados.

2004 – Com greve, categoria conquista aumento real de 1,7% no salário (o que se repetiria nos anos seguintes) e 5,7% sobre o piso.

2005 – Após greve vitoriosa, bancários conquistam 0,9% de ganho real no salário. O Banco do Brasil assina, pela primeira vez, a CCT da categoria. Empregados da Caixa conquistam equiparação no valor da cesta-alimentação da Fenaban.

2006 – Conquista do valor adicional de PLR e de 0,6% de aumento real. Pela primeira vez, a Caixa Econômica Federal assina a CCT. Implantação de grupo de trabalho para debater assédio moral.

2007 – A categoria conquista 1,1% de ganho real e a 13ª cesta-alimentação.

2009 – Licença maternidade de 180 dias; aumento real de 1,5%; mudança no modelo de cálculo e melhorias da PLR adicional; inclusão dos parceiros de mesmo sexo nos planos de saúde; avanços na igualdade de oportunidade; 15 mil contratações no BB e na Caixa; programa de reabilitação profissional; criação de mecanismos de combate ao assédio moral.

2010 – Ganho real de 3,1% no salário e de 11,6% no piso. Inclusão na CCT, pela primeira vez, de cláusula com mecanismo de combate ao assédio moral.

2011 – Aumento real de 1,5% no salário e de 4,3% no piso; fim da divulgação de rankings individuais de produtividade; avanços no combate ao assédio moral e no PCMSO[32]; ampliação do aviso prévio proporcional; 5 mil novas contratações na Caixa; proibição do transporte de numerário por bancários; avanços na igualdade de oportunidade.

2012 – Ganho real de 2% no salário e 2,95% no piso, no auxílio refeição, na cesta-alimentação e na 13ª cesta.

2013 – Vale Cultura de R$ 50,00; abono assiduidade; proibição de envio de torpedos (SMS) para cobrança de metas; não devolução do adiantamento de salário para afastados e realização do segundo Censo de Diversidade em 2014.

---

32. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional é regulamentado pela norma nº 07 do Ministério do Trabalho e Emprego. Ela estabelece a obrigatoriedade de criação e implementação, por parte das empresas empregadoras, do PCMSO com a finalidade de promover e preservar a saúde de seus funcionários. Portanto, as empresas devem encarregar o setor de RH para providenciar exames médicos admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais. Tudo isso para que seja possível prevenir, monitorar e controlar possíveis danos à saúde dos colaboradores. O PCMSO é obrigatório e pode, ainda, exigir a fiscalização do ambiente de trabalho para verificar possíveis riscos que possam afetar a saúde dos trabalhadores. Sobretudo, ele procura identificar especificamente as doenças diretamente relacionadas ao trabalho.

Arquivo/SEEBCE

Ato da Campanha Nacional dos Bancários 2013, CEF Praça do Ferreira

2014 – Após greve que durou uma semana, os bancários conquistaram 8,5% de reajuste (2,02% de aumento real) nos salários; 9% de reajuste no piso (2,49% de ganho real); reajuste diferenciado nos auxílios refeição e cesta-alimentação: 12,2% de reajuste (5,5% de ganho real); melhorias na regra da PLR; avanços no combate às cobranças de metas abusivas.

2015 – Depois de uma greve de 21 dias, os bancários conseguiram arrancar um reajuste de 10% para salários, pisos e PLR e outras verbas, além de 14% de reajuste nos vales (refeição, alimentação e 13ª cesta). Os bancários também conquistaram o compromisso de discussão permanente, através das comissões de empresa, das condições de trabalho.

2016/2018 – Diante de uma conjuntura política adversa, os bancários fecharam, em 2016, uma CCT de dois anos. Após uma greve forte em todo

o país, a categoria conquistou reajuste de 8% em 2016, mais abono de R$ 3.500,00, com garantia de ganho real de 1% para 2017, além da garantia de manutenção de todos os direitos previstos na CCT. Além disso, os bancários conquistaram 15% de aumento nos vales em 2016 e ganho real de 1% em 2017, melhorias na PLR, abono dos dias parados e criação de um centro de realocação e requalificação profissional para combater as demissões.

2018/2020 – Após exaustivas dez rodadas de negociação, os bancários conseguiram arrancar novamente um acordo de dois anos, que garantia a manutenção de todos os direitos previstos na CCT pelos dois anos seguintes, além de reajuste de 5% (aumento real de 1,18%) e a inclusão na Convenção dos trabalhadores que são considerados hipersuficientes pelas novas leis trabalhistas aprovadas pelo golpista Temer em 2017. Para 2019 ficou garantido o aumento real de 1% em todas as verbas. Numa conjuntura extremamente adversa politicamente, os trabalhadores bancários conquistaram um reajuste salarial superior à média dos acordos celebrados naquele ano.

Arquivo/SEEBCE

Campanha Nacional dos Bancários – 2016
#sóalutategarante

2020/2022 – Em plena pandemia da Covid-19, os trabalhadores bancários tiveram que reinventar a sua organização e mobilização, bem como as formas de negociar com os banqueiros. Com o isolamento social para se preservar vidas, tudo passou a ser feito à distância, e foi uma das negociações mais duras que o movimento sindical bancário teve de enfrentar. Ao final, a categoria garantiu a manutenção de todos os direitos por mais dois anos, além do reajuste de 1,5% mais R$ 2.000,00 de abono, correção dos benefícios pela inflação e para 2021, aumento real de 0,5% em todas as verbas. A categoria ainda garantiu a negociação de cláusulas específicas por banco para o home office.

Arquivo/SEEBCE

Lançamento da Campanha Nacional dos Bancários 2022,
Ato conjunto com entidades da UNI América

2022/2024 – Em 2022, a CCT dos bancários completou 30 anos. Novamente, os bancários garantiram a manutenção de todos os seus direitos previstos em Convenção por mais dois anos. Nessa campanha, a categoria garantiu 8% de reajuste salarial, 10% de reajuste nos vales (aumento real de 1,08%), abono em 14ª cesta alimentação de R$ 1.000,00, 13% de reajuste na parcela adicional da PLR, ajuda de custo para teletrabalho. Em 2023 ficou garantido aumento real de 0,5% em todas as cláusulas econômicas.

A construção da organização nacional dos bancários – 100 anos de lutas e conquistas

A categoria bancária sempre teve presença marcante nas principais lutas sindicais e sociais do país há mais de um século. Os direitos que a categoria tem hoje são fruto de muita luta de várias gerações de trabalhadores do sistema financeiro nacional.

Como já dissemos anteriormente, os bancários iniciaram sua organização nos anos 20 formando associações. Na década de 30 surgem os primeiros sindicatos de origem classista que iriam construir a identidade nacional da categoria de trabalhadores em bancos. As primeiras lutas já vêm dessa época.

1933 – A conquista da jornada de seis horas: Nos anos 30, a jornada de trabalho da categoria bancária era das 7h às 19h30 (zonas suburbana e rural) e das 7h às 18h30 (zona urbana). As principais bandeiras dessa época eram a criação de uma caixa de aposentadoria, salário mínimo profissional, jornada de seis horas e fiscalização do trabalho. Pressionada pela ameaça de uma greve da categoria, o governo federal fixou a jornada em 6h, inclusive aos sábados.

1934 – Primeira greve nacional dos bancários: Deflagrada dia 6 de julho, a greve paralisou quase todas as capitais do país, durou seis dias e foi vitoriosa. No dia 9 de julho, o governo criou o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), que foi extinto em 1966 pela ditadura militar.

Restante dos Anos 30 – Luta pela criação do salário mínimo: Os bancários se engajaram ainda nas lutas sociais da época, organizando a Confederação Sindical Unitária do Brasil, que foi dirigida por um bancário, Spenser Bittencourt. A Confederação liderou a luta pela instituição do salário mínimo, negociando com o governo, pressionando políticos e organizando atos e paralisações por todo o país.

1941 – Luta para manter bancários do BB sindicalizados: Getúlio Vargas implantou o Estado Novo em 1937 e, em 1939 criou nova lei regulamentando os sindicatos, com várias restrições à ação sindical. Entre elas, o direito de sindicalização dos funcionários do Banco do Brasil. Os sindicatos venceram essa disputa em 1941, quando em novo estatuto de enquadramento é mantida a representação dos bancários do BB pelos sindicatos.

1946 – Salário profissional: Em 1946, os bancários deflagraram greve nacional por salário profissional e quadro de carreira. Foram 19 dias de paralisação. Quando voltaram ao trabalho, os bancários haviam conquistado garantia no emprego, pagamento dos dias parados, aumento salarial e o compromisso do governo de convocar comissão paritária para prosseguir os estudos sobre salário profissional e quadro de carreira.

Anos 50 – Construção da identidade nacional: Em 1953, durante o V Congresso Nacional dos Bancários, em São Paulo, foi aprovada a constituição da Comissão Permanente Nacional dos Bancários, sob a presidência do Sindicato do Rio de Janeiro. Esse foi o embrião da nossa identidade nacional com a posterior criação da Confederação Nacional dos Trabalhado-

res em Empresas de Crédito (Contec), em 1958, que passou a dirigir as lutas nacionais da categoria. O Congresso Nacional aprovou ainda o Dia Nacional do Bancário, a ser comemorado todo dia 28 de agosto, em homenagem à greve histórica de 69 dias dos bancários paulistas em 1951.

1961 – Unificação da data-base: O início da década de 60 foi marcado pelo crescimento das lutas de massa e pela politização dessas lutas. Nesse ano, os bancários organizaram uma greve nacional de 9 dias, considerada a maior e mais importante paralisação da categoria até aquela data. Ao final, os bancários conquistaram a unificação da data-base em 1º de setembro, salário profissional, comissão de função, anuênio, reajuste salarial, pagamento dos dias parados e nenhuma punição aos grevistas.

1962 – Fim do trabalho aos sábados: Os bancários participaram em 1962 da criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e em julho daquele ano participaram de uma greve geral conquistando o 13º salário. Já em 21 de agosto, depois de muita pressão, um acordo com os banqueiros extinguiu o trabalho aos sábados.

1964 – Golpe militar massacra sindicatos: O golpe militar impôs o fechamento de diversos sindicatos, prisão, destituição e demissão das principais lideranças do país, tomada de sindicatos e nomeação de interventores no lugar de suas diretorias destituídas. A luta dos trabalhadores passou a ser feita de forma clandestina.

1979 – Renascimento do movimento sindical: Oposições passaram a vencer as eleições nos sindicatos e retomá-los das mãos dos interventores. A partir daí, os bancários decretam greve por reajuste de salário sob violenta repressão policial e intervenção do Ministério do Trabalho em vários sindicatos.

1981 – Retomada da luta: Trabalhadores se reúnem durante a pri-

meira Conferência das Classes Trabalhadoras (Conclat), em São Paulo, em plena ditadura. Independente das divergentes visões políticas e sindicais, os trabalhadores definiram como luta central o fim da ditadura, democratização do país e construção de uma central única de trabalhadores. Os bancários indicaram representantes para a comissão pró-CUT.

1983 – Nasce a CUT: Os bancários tiveram participação importante na fundação da CUT.

1985 – Comando Nacional dos Bancários: Um Encontro Nacional dos Bancários realizado em São Paulo aprova greve nacional da categoria e é formado o primeiro Comando Nacional. A greve durou dois dias e os bancários da Caixa conquistaram a jornada de seis horas e o direito à sindicalização. Nasce o Departamento Nacional dos Bancários (DNB/CUT).

Internet

Ato pelas Jornada de 6 Horas e o Direito à Sindicalização para os empregados da Caixa Econômica Federal, 1985

1986 – Auxílio Creche: Após mais uma greve nacional, que parou cerca de 500 mil bancários em todo o país, foi conquistado o auxílio-creche.

1987 – Temos uma pauta: Pela primeira vez, em agosto de 1987, o DNB apresenta uma pauta de reivindicações da categoria aos banqueiros. Uma greve nacional termina com a recuperação de parte das perdas inflacionárias.

Início dos anos 90 – Período de conquistas importantes: Em 1990, após uma greve nacional que durou 13 dias, os bancários conquistaram o tíquete-refeição para toda a categoria. Em 1991, houve a unificação nacional dos pisos salariais, uma conquista que veio após uma greve de três dias, que também recuperou perdas salariais e formou a primeira comissão de segurança bancária. Em 1992 é assinada a primeira Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, válida para todo o país.

Era FHC – Arrocho: Os anos do governo FHC foram de intensa luta contra os arrochos salariais e contra as perseguições do governo federal. Foi uma época de planos de demissão voluntária, pressão e até suicídios dentro da categoria. Os bancários entraram na luta pela proteção dos direitos e contra as ameaças de privatização.

TRIBUNA BANCÁRIA

CUT

Nº 443
24/6/96

FORTALEZA SEDIARÁ O SEMINÁRIO REGIONAL DE PLANEJAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL/96, QUE ACONTECE NOS DIAS 2 E 3/7

SEXTA-FEIRA FOI DIA DE GREVE GERAL. DIA DE ...

"NÃO" AO GOVERNO FHC

REPRESSÃO DA POLÍCIA MILITAR

2006 – CCT para todos: Após mais uma campanha unificada vitoriosa, com aumento real pelo 3º ano consecutivo, foi assinada a primeira Convenção Coletiva de Trabalho com a participação do BB e da Caixa.

Golpe institucional – Os protestos contra o governo Dilma se iniciaram em 2014, início do seu segundo governo, movidos por uma direita que não aceitava o resultado das eleições. Os trabalhadores se uniram em protestos nas ruas, com o mote "não vai ter golpe". No entanto, numa manobra interna, o vice presidente, Michel Temer, nomeado por Dilma para apaziguar os ânimos, fez exatamente o contrário e, assim, a presidente Dilma, democraticamente eleita, sofreu impeachment e seguiu então um período de retirada de direitos dos trabalhadores.

Arquivo/SEEBCE

Ato conjunto em Defesa da Democracia e Contra o Golpe Institucional, 2015

Arquivo/SEEBCE

Entre 2016 e 2018 houve uma série de protestos da classe trabalhadora pedindo a saída do golpista

Governos inimigos dos trabalhadores – Durante o governo Temer (2016-2018) houve uma série de protestos da classe trabalhadora pedindo a saída do golpista. Outras manifestações surgiram contra a proposta de reforma trabalhista que retirou uma série de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. Os bancários se envolveram intensamente nessa luta, pois uma das propostas da reforma liberava a terceirização até para a atividade-fim, além de criar uma categoria de trabalhadores hipersuficientes[33] que não seriam abrangidos por acordos coletivos. Com o Con-

33. Segundo a Reforma Trabalhista, de 2017, o chamado trabalhador "hipersuficiente" seria aquele que possui: a) diploma de nível superior; e b) receba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Arquivo/SEEBCE

Passeata no Centro de Fortaleza
contra o Governo Bolsonaro
e a favor da Democracia (outubro de 2021)

Arquivo/SEEBCE

gresso na mão, a reforma trabalhista foi aprovada. Entretanto, a lei também trazia que o negociado passava a valer mais que o legislado. Assim, a categoria bancária, uma das mais organizadas do país, encontrou uma forma de resguardar seus direitos duramente conquistados fechando acordos coletivos de dois anos garantindo a manutenção de todas as conquistas da categoria. Restava agora barrar a reforma da previdência, alvo de muitos protestos nas ruas. Essa reforma foi barrada pelos trabalhadores no governo Temer, mas foi aprovada no governo Bolsonaro (2018-2022), trazendo inúmeros prejuízos à classe trabalhadora.

PARTE 3

POR DENTRO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Entendendo a "artesania" das negociações coletivas da categoria

A categoria bancária é a única do país a possuir uma Convenção Coletiva de Trabalho com vigência em todo o território nacional, abrangendo trabalhadores de bancos públicos e privados. Por conta disso, toda a organização da campanha salarial da categoria também segue um viés e um direcionamento nacionais.

Antes de qualquer movimentação da Campanha Nacional da categoria bancária, a Confederação realiza junto aos bancários uma consulta, elaborada a partir de um questionário que é levado às bases pelos sindicatos filiados à Contraf-CUT. Por meio dessa consulta é apresentada à categoria temas importantes e essa elenca aqueles que considera prioritários.

Paralelamente, o Comando Nacional dos Bancários, comissão negociadora que senta à mesa com os representantes dos bancos durante a campanha nacional, traça um calendário de congressos, encontros e conferências

para debater com a categoria os temas importantes para aquele ano.

O Sindicato dos Bancários do Ceará, por exemplo, realiza, de acordo com o calendário nacional, o Encontro Estadual dos Bancários, que define as prioridades dos bancários do Estado e elege delegados que vão representar os bancários cearenses na Conferência Regional da Fetrafi/NE (Federação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro no Nordeste), e representantes para os Congressos Nacionais por Bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil), que elenca prioridades específicas a serem debatidas com o respectivo banco e fará parte de um acordo aditivo daqueles trabalhadores[34]. Por sua vez, a Conferência Regional determina as prioridades de cada região e elege delegados à Conferência Nacional dos Bancários que, geralmente é realizada em São Paulo e delibera sobre a pauta de reivindicações da categoria a ser entregue aos representantes do braço sindical da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

O Sindicato dos Bancários do Ceará, realiza o Encontro Estadual dos Bancários, que define as prioridades dos bancários do Estado e elege delegados que vão representar os bancários cearenses na Conferência Regional da Fetrafi/NE e representantes para os Congressos Nacionais por Bancos

Durante o processo de encontros e conferências realizados entre os bancários, uma comissão se reúne para traçar uma campanha de mídia. A campanha escolhe um mote para aquele ano que vai dialogar com os bancários e a socie-

34. Nos últimos anos, a categoria está realizando também encontros nacionais de bancos privados (Bradesco, Santander, Itaú etc,) e financiários, que são eleitos em assembleias extraordinárias específicas.

dade, traçando peças publicitárias para divulgar a campanha nacional da categoria.

A pauta dos bancários geralmente é entregue, no máximo, no início de agosto, já que a data base da categoria é 1º de setembro. Pauta entregue à Fenaban, o Comando Nacional dos Bancários se reúne novamente para traçar estratégias para a campanha nacional e se reúne inicialmente com os banqueiros para formalizar um calendário de negociação por temas: saúde e condições de trabalho, segurança bancária, remuneração, pautas sociais etc.

Desde a campanha de 2004, a estratégia adotada pelo Comando Nacional dos Bancários para negociar com os banqueiros é uma mesa única de negociação onde, de um lado, estão representantes dos bancários de todo o país e do outro, representantes dos principais bancos que, juntos, tentam chegar a um consenso para a assinatura da Convenção Coletiva dos Bancários.

Em cada reunião, os bancários apresentam os pontos constantes na pauta e ao final, a Fenaban agenda uma data para fazer uma proposta global ou por temas. Essa proposta é levada à categoria em seus respectivos sindicatos para ser analisada. Se satisfatória, ela é aprovada e o acordo fechado. Se não, é nesse momento que geralmente se deflagra a greve dos bancários por tempo indeterminado. Entretanto, esse não é um debate simples. Dentro do próprio Comando Nacional dos Bancários existe uma pluralidade de discursos, onde vários ideários estão representados[35]. Dessa forma, ao receber uma proposta da Fenaban condizente para ser levada a

35. O Comando Nacional dos Bancários representa dez federações de todo o País e cerca de 35 dos maiores sindicatos de bancários no Brasil. A partir daí, dentro dos representantes do Comando existem membros de diversas centrais sindicais, como CUT, CTB, UGT, Intersindical, CSP-Conlutas (a Central se auto-excluiu das últimas negociações), todos representando diversas correntes de pensamentos diferentes. Entretanto, durante a Campanha Salarial, procuram chegar a um consenso para deliberar sobre a orientação a ser dada à categoria durante as assembleias em todo o País, com o objetivo de se construir um mesmo acordo, minimamente satisfatório, para os bancários em nível nacional. Diante disso, as negociações com a Fenaban, principalmente àquelas para se construir uma proposta para encerrar a greve, entram muitas vezes pela madrugada, assim como os debates dentro do próprio Comando para se chegar a uma orientação aos bancários.

uma assembleia, a representação do Comando se reúne e, após uma discussão sobre os prós e os contras, delibera a respeito de uma orientação à categoria durante as assembleias. Mas ao final, quem decide de fato o rumo das negociações ou de uma provável greve é o trabalhador.

Arquivo/SEEBCE

Encontro Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, 2016

Do DNB à Contraf-CUT

A unidade dos trabalhadores bancários não veio de mão beijada. Foram décadas e mais décadas para construí-la, além de muita mobilização e disposição de luta. Hoje, a unidade da categoria bancária garante vitórias importantes em todo o país e é referência para outras categorias.

Essa unidade começou a se concretizar em 1985, em plena redemocratização do país após um longo período de ditadura militar e perseguição aos dirigentes sindicais. No dia 6 de junho daquele ano, representantes sindicais cutistas de 16 estados reuniram-se no Rio de Janeiro para debater, além da campanha nacional, a fundação do Departamento Nacional dos Bancários (DNB-CUT), para comandar a campanha. Na ocasião foi eleita uma coordenação provisória reunindo dirigentes de São Paulo, Rio, Porto Alegre e Londrina (PR). A deliberação dos bancários antecipou o debate da CUT em criar departamentos por categorias profissionais.

No ano seguinte, 1986, durante o Encontro Nacional dos Bancários, em São Paulo, foi aprovado o estatuto do DNB-CUT e eleita a nova coordenação. Nesse mesmo ano, durante o 2º Concut, os participantes deliberam sobre a criação dos departamentos profissionais por ramos de atividades em nível nacional, sob a direção da CUT. Em 1989, acontece o 1º Congres-

Arquivo/SEEBCE

Congresso que criou a Contraf-CUT passando a representar trabalhadores de todo o ramo financeiro

so do DNB, em São Paulo, e é eleita a primeira diretoria do Departamento, tendo o dirigente Ricardo Berzoini como presidente. Já no 2º Congresso do DNB, em 1990, abre-se o debate de transformar o Departamento em Confederação Nacional.

Em 1991, o DNB-CUT avança mais ainda na unificação nacional e apresenta, pela primeira vez, uma minuta unificada é entregue à Fenaban, com reivindicações comuns de todos os bancos.

Em 1992 a Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) foi fundada, durante o 3º Congresso do DNB-CUT, que aprovou a transformação do Departamento em Confederação. Ricardo Berzoini foi eleito presidente da CNB, que foi registrada no dia 20 de junho. Durante a campanha nacio-

Vagner Freitas
primeiro presidente da Contraf-CUT, eleito no I Congresso da entidade, em 2006-2009.

Carlos Cordeiro
presidente da Contraf-CUT por dois mandatos, 2009-2012 e 2012-2015.

Roberto Von Der Osten (Betão)
presidente da Contraf-CUT no período 2015-2018.

Juvândia Moreira
atual presidenta da Contraf-CUT. Foi eleita em 2018 e reeleita em 2021.

nal daquele ano, quando foi assinada a Primeira CCT da categoria bancária, os bancários também foram às ruas pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo.

Durante o 1º Congresso da CNB-CUT, em 1994, em São Paulo, o bancário Sérgio Rosa foi eleito presidente, sendo reeleito no 2º Congresso, e, 1997, no Rio de Janeiro. Em 1999, a CNB-CUT participou da criação da Union Network Internacional (UNI), em um congresso mundial realizado em Sidney, Austrália. Em julho daquele ano foi realizada a 1ª Conferência Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, no Rio de Janeiro.

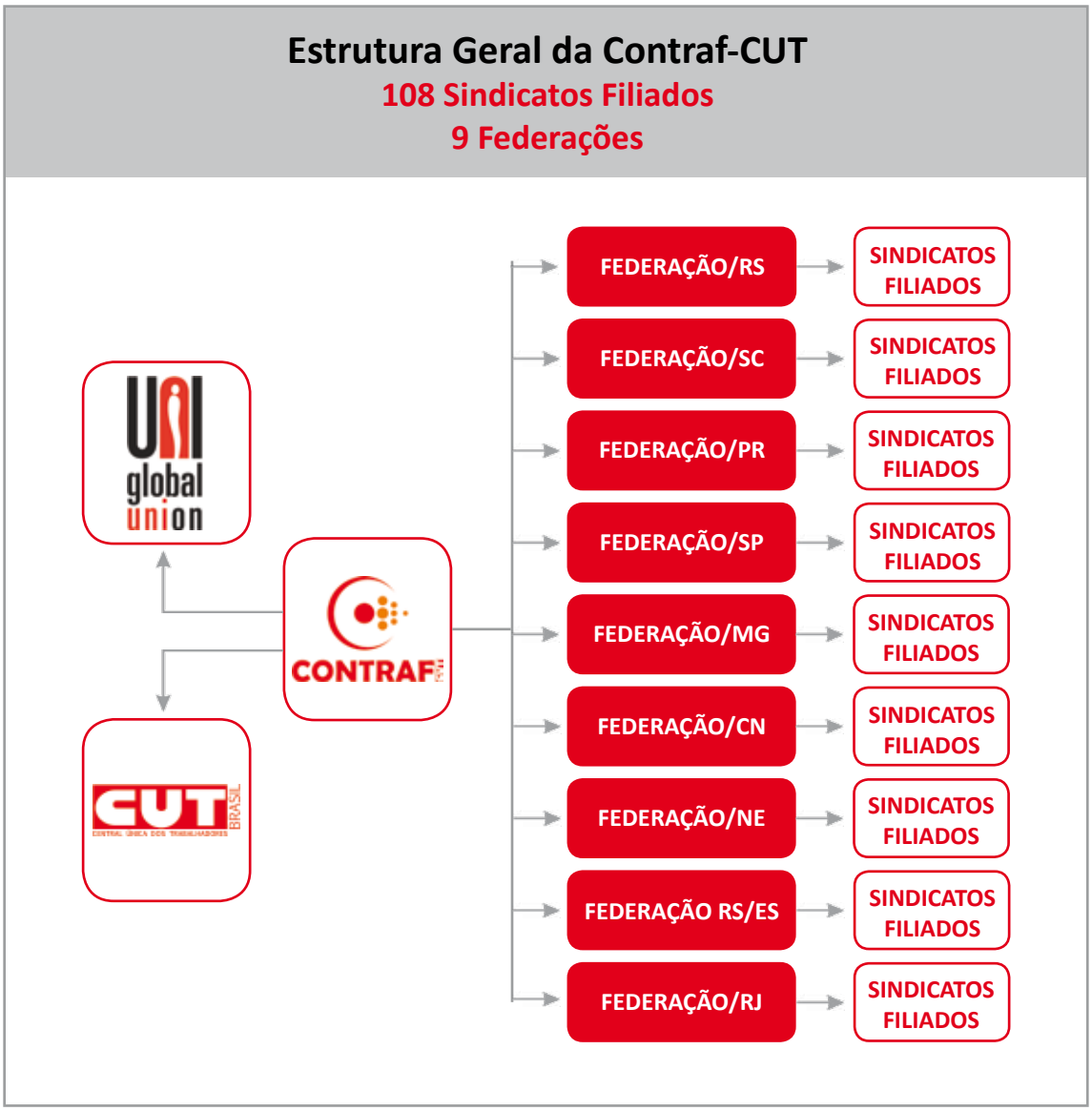
Em 2002 foi realizada a 1ª Conferência Mundial do Setor de Finanças da UNI, seguida da 1ª Conferência da UNI América, no Rio de Janeiro. Em 2003, durante o 4º Congresso da CNB-CUT, o bancário Vagner Freitas foi eleito presidente da entidade.

Em 2006, em janeiro, em uma assembleia realizada em Curitiba, a CNB-CUT se transformou em Contraf-CUT e passou a representar todo o ramo financeiro do país. Luiz Cláudio Marcolino foi eleito o presidente. Durante o 1º Congresso da entidade, em abril daquele ano, Vagner Freitas foi eleito o presidente definitivo. O registro e reconhecimento legal do Mi-

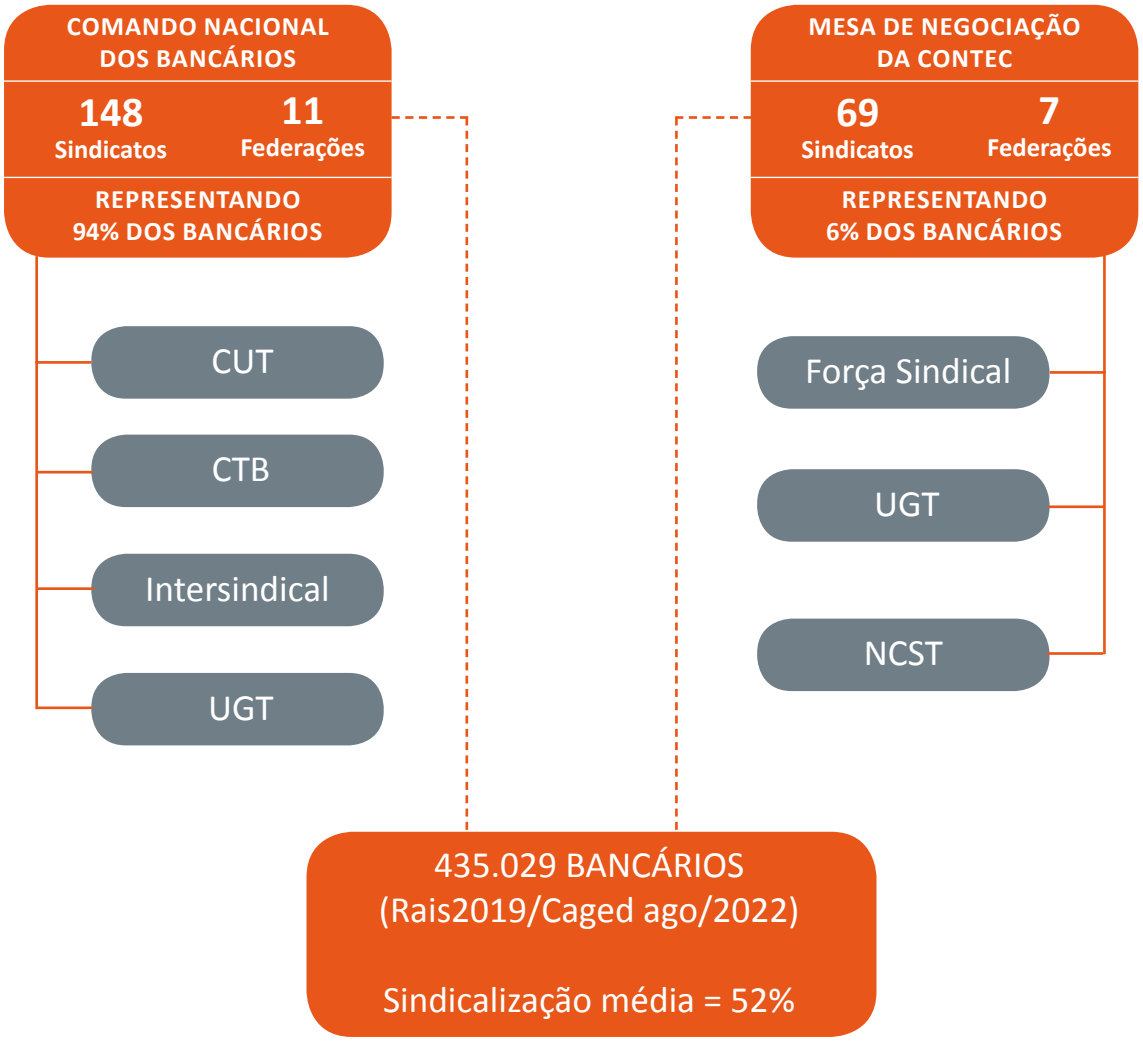
nistério do Trabalho veio em 2008. E em 2009, durante o 2º Congresso da entidade, Carlos Cordeiro foi eleito presidente, sendo reeleito em 2012, no 3º Congresso.

Em 2015, durante o 4º Congresso da Contraf-CUT, Roberto Von Der Osten foi eleito presidente da entidade e em 2018, Juvândia Moreira é eleita presidenta da Contraf-CUT, sendo reeleita em 2021. O bancário cearense Gustavo Tabatinga, ex-diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, também foi eleito secretário geral da Contraf-CUT nas gestões 2018/2021 e 2021/2025.

Entenda a Negociação Coletiva Nacional dos Bancários: um modelo democrático e justo de negociações



Duas Mesas de Negociação com a Fenaban



Observação: Conlutas assina acordo do Comando Nacional dos Bancários, mas não é membro

COMANDO X FENABAN = Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários

MESA TEMÁTICA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
MESA TEMÁTICA SAÚDE DO TRABALHADOR
MESA TEMÁTICA SEGURANÇA

X FENABAN =

- Realiza Campanhas Orientações
- Elabora sugestões de cláusulas para a CCT

COMISSÃO DE EMPRESA por Banco X FENABAN = ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

Composição do Comando Nacional dos Bancários

CONFEDERAÇÃO COORDENADORA
CONTRAF-CUT

FEDERAÇÕES PARTICIPANTES
FEEB BA SE
FEEB RJ ES
FETRAFI RS
FEEB SP MS
FETEC CN
FETRAFI NE
FETEC PR
FETEC SC
FETEC SP
FETRAFI MG

SINDICATOS PARTICIPANTES
SEEB ABC
SEEB ACRE
SEEB ALAGOAS
SEEB AMAPÁ
SEEB BAHIA
SEEB BELO HORIZONTE
SEEB BRASÍLIA
SEEB CAMPINAS
SEEB CAMPO GRANDE
SEEB CEARÁ
SEEB CURITIBA
SEEB ESPÍRITO SANTO
SEEB FLORIANÓPOLIS
SEEB MATO GROSSO
SEEB PARÁ
SEEB PIAUÍ
SEEB PORTO ALEGRE
SEEB RIO DE JANEIRO
SEEB RORAIMA
SEEB RONDÔNIA
SEEB SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO
SEEB SERGIPE
SEEB PERNAMBUCO

SINDICATOS SIGNATÁRIOS DA CCT E ACTS
SEEB MARANHÃO
SEEB RIO GRANDE DO NORTE

COMISSÃO DE EMPRESA OBSERVADORA
CE BANCO DO BRASIL
CEE CAIXA

RESUMO
1 Confederação Coordenadora
10 Federações Participantes
24 Sindicatos Participantes
2 Sindicatos Auto-Excluídos
2 Comissões de Empresa
39 Representações

IMPACTO ANUAL DA CAMPANHA DOS BANCÁRIOS NA ECONOMIA

ANO	IMPACTO ANUAL
2011	R$ 7,2 bilhões
2012	R$ 7,6 bilhões
2013	R$ 8,7 bilhões
2014	R$ 9,0 bilhões
2015	R$ 11,2 bilhões
2016	R$ 12,2 bilhões
2017	R$ 7,9 bilhões
2018	R$ 9,9 bilhões
2019	R$ 10,5 bilhões
2020	R$ 8,1 bilhões
2021	R$ 15,9 bilhões
2022	R$ 14,2 bilhões

Fonte: Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários. Elaboração: Dieese – Rede Bancários

Cronograma de Negociação dos Bancários

Trabalho de preparação das minutas de reivindicações dos bancários:

- Consulta Nacional dos Bancários
- Encontros dos empregados de cada banco privado;
- Congressos dos Bancos Públicos;
- Conferências Estaduais;
- Conferências Regionais;
- Reuniões por locais de trabalho – ocorrem antes, durante e depois das negociações nacionais;
- Assembleias de base – que ocorrem em diversos momentos: eleição de delegados/delegadas para conferências, aprovação da minuta da categoria e avaliação das propostas;
- Conferência Nacional dos Bancários.

Campanha de mídia: o diálogo entre a categoria e a sociedade

Concomitantemente às preparações para a campanha salarial dos bancários, uma outra campanha é preparada: a campanha de mídia. Departamentos de comunicação dos diversos sindicatos e federações, que compõem o Comando Nacional de Comunicação da Contraf-CUT, realizam reuniões onde discutem o slogan, temas e propostas de peças publicitárias e de comunicação para a campanha nacional daquele ano. O objetivo é estimular a união e a participação dos bancários, divulgando ainda as principais bandeiras de luta da categoria para a imprensa e para a sociedade.

Inicialmente, a ideia era criar um slogan para unificar uma identidade à campanha nacional dos bancários. Atualmente, a campanha de mídia dos bancários, além de criar essa identidade, disponibiliza uma série de peças publicitárias a todas as entidades sindicais bancárias, desde artes de camisas, adesivos, faixas (para atividades de rua), até materiais para presskits (destinados à imprensa), banners para sites e cards para redes sociais. O investimento cada vez mais massivo em comunicação tem o objetivo de dialogar com os diversos setores da sociedade, divulgando a campanha dos bancários e tentando tirar o foco do corporativismo sindical.

O Comando Nacional também procura mobilizar e sensibilizar a sociedade. Geralmente publicado durante a Campanha Salarial dos Bancários, o

Jornal do Cliente é editado pela Contraf-CUT e disponibilizado para todos os sindicatos em versões para a internet e gráfica. O objetivo é dialogar com a sociedade, mostrando que a categoria também reivindica benefícios para a população como mais contratações para um melhor atendimento, responsabilidade social dos bancos com tarifas mais baixas, juros menores, uma política de trabalho voltada para um melhor atendimento a todos etc.

Após as diversas reuniões do Comando Nacional de Comunicação, uma proposta de campanha de mídia é apresentada durante a Conferência Nacional dos Bancários. Com o conceito aprovado, as peças são distribuídas às entidades que cuidam da divulgação da campanha nacional dos bancários em níveis locais.

Com a entrega da pauta de reivindicação dos bancários aos representantes dos banqueiros, a Fenaban, a categoria marca uma data nacional para que cada sindicato promova o lançamento da campanha em nível local, quando são divulgados à sociedade o tema da campanha daquele ano, as pautas e as peças publicitárias.

A seguir, um pequeno recorte das campanhas de mídia no período das campanhas nacionais unificadas:

2003 – Bancários Unidos: Que a responsabilidade social vença a ganância. A campanha destacava a alta lucratividade do setor financeiro e o pouco retorno que davam à sociedade e à categoria, apesar das belas propagandas que os banqueiros faziam na TV.

2004 – **Bancários, a hora é agora.** As peças aludiam à campanha unificada e conclamavam os bancários para defender bandeiras como ganho real, mais contratações e aumento do horário de atendimento com dois turnos de trabalhadores.

2005 – **Banqueiro não é flor que se cheire**. Uma referência à data-base da categoria, 1º de setembro, conhecido como mês da primavera.

2006 – **Unidos Conquistamos Mais**. Remetia ao momento em que a categoria bancária iniciava a primeira campanha do ramo financeiro.

2007 – **A gente vale mais.** Uma alusão para cobrar aos banqueiros a valorização de clientes, usuários e bancários.

2008 – **Somos 450 mil – Juntos para avançar.** A campanha enfatizava a luta por mais salários, mais bancários e melhor qualidade de vida.

2009 – **Bancos Abusam – Cadê a Responsabilidade Social?**. O tema destacava que banqueiros contam suas fortunas, bancários e população sofrem dentro das agências. Bancários, com a pressão para cumprir metas absurdas e a ameaça do desemprego, e a sociedade com as filas intermináveis, fruto do não investimento dos bancos em seus quadros de pessoal. E cobravam a responsabilidade social dos bancos que, para os

bancários se faz com geração de empregos, melhores salários, redução das filas, queda dos juros e tarifas, mais segurança e condições dignas de trabalho.

2010 – **Outro banco é preciso: pessoas em 1º lugar** (baseado no tema do Fórum Social Mundial daquele ano "Outro mundo é possível"). O objetivo era mostrar que é possível outro sistema financeiro, que respeite e valorize bancários e clientes e que esteja a serviço da sociedade.

2011 – **Queremos Emprego Decente**. A intenção da marca era retratar a realidade dos bancários e o desrespeito dos bancos.

2012 – **Chega de truques, banqueiro!** A ideia era desmascarar as artimanhas e o ilusionismo dos donos de bancos, mostrando à sociedade as falácias que eles costumam usar para negar conquistas à categoria bancária.

2013 – **Vem Pra Luta!** Em sintonia com as manifestações de rua que aconteceram em junho daquele ano. Foco para dialogar com os bancários e as bancárias e fazer com que se sentissem parte da mobilização.

2014 – **#QueremosMais.** O tema era alusivo ao fato de que, com a alta lucratividade do setor financeiro, ano após ano, era possível oferecer condições mais dignas à categoria: mais salários, mais saúde, mais emprego, mais segurança e mais igualdade de oportunidades.

2015 – Exploração Não Tem Perdão. A proposta previa a utilização de sete eixos chamados de os 7 Pecados do Capital: assédio, discriminação, ganância, irresponsabilidade, mentira, ostentação e terceirização. A ideia era mostrar que os banqueiros são exploradores da categoria bancária. E o lucro exorbitante que os bancos obtêm é o resultado da exploração dos trabalhadores e clientes. A mobilização da categoria bancária seria a arma fundamental para reverter essa situação.

2016 – Só a luta te garante! a arte da campanha era composta por uma rosa vermelha. A cuidadosa escolha da imagem e do mote da campanha dialogaram com a delicadeza da rosa vermelha para lembrar as discriminações que as pessoas sofrem nos bancos. A construção da figura da rosa somou os símbolos da igualdade, resistência, luta e tolerância. O cenário de golpe institucional que resultou na queda da presidente

eleita Dilma Rousseff e as ameaças à classe trabalhadora propostas pelo governo de Michel Temer motivaram a escolha do slogan que enfatizava duas palavras: resistência e luta.

2017 – Só a luta te garante! A assinatura de um acordo de dois anos preservou a categoria da perda de direitos, muitos deles retirados com a reforma trabalhista de Temer. A campanha nesse ano seguiu retratando a resistência e a luta nas discussões das mesas de negociações específicas que ocorrem de forma permanente, banco a banco.

2018 – Todos por tudo. A arte da campanha deste ano, que finalizou com um novo acordo bianual, enfatizava, acima de tudo, a unidade para defender direitos conquistados na Convenção Coletiva da categoria bancária. Com a reforma trabalhista, um mecanismo muito importante caiu por terra: o princípio da ultratividade, que garantia que até o fechamento de um novo acordo, os direitos garantidos na Convenção anterior estavam assegurados. O objetivo da campanha de mídia era mostrar que os bancários não iriam admitir nenhum direito a menos.

2020 – Na Luta Com Você. Esse foi um ano diferenciado e, além de ter de antecipar a campanha por conta do fim da

ultratividade, que veio com a reforma trabalhista de Temer, ainda foi um ano atípico por conta da pandemia do novo coronavírus. A campanha daquele ano teve de ser totalmente virtual e o Twitter foi o carro-chefe dessa virtualização da mobilização dos bancários, pois é uma rede social que facilita a interação entre empresas e usuários, por meio da citação com o @ ou com a #, por isso o Twitter é tão monitorado por empresas e instituições financeiras por ser um balizador do que se discute na internet. O tema Na Luta Com Você é uma alusão ao momento da pandemia, pois mesmo tendo de se engajar sozinho(a), através das redes sociais, o Comando Nacional e os Sindicatos estavam unidos, do outro lado da tela, lutando pela defesa dos direitos da categoria. Ao final, a campanha também resultou num acordo bianual.

2022 – Bora Ganhar Esse Jogo! O conceito da campanha de mídia deste ano foi pensado tomando como base a ideia de um jogo de vídeo game que, para ser vencido, exige estratégia, mobilização e a disposição de luta de cada bancário. O consenso foi por trazer uma proposta leve e jovial, aproveitando o perfil jovem da categoria, com o objetivo de demonstrar o valor das conquistas da categoria, pois muitas vezes elas são vistas como um presente dos banqueiros sem risco de serem perdidas.

DURAÇÃO DAS GREVES DOS BANCÁRIOS 2003-2022	
ANO	NÚMERO DE DIAS
2003	22 dias (BB, CEF, BNB e BEC)
2004	28 dias
2005	6 dias
2006	6 dias
2007	7 dias
2008	17 dias
2009	28 dias
2010	15 dias
2011	21 dias
2012	10 dias
2013	23 dias
2014	7 dias
2015	21 dias
2016	31 dias
2017	Sem greve (Acordo bianual)
2018	Sem greve (com fechamento de acordo bianual)
2019	Sem greve (Acordo bianual)
2020	Sem greve (Com fechamento de Acordo bianual)
2021	Sem greve (Acordo bianual)
2022	Sem greve (Com fechamento de Acordo bianual)

Fonte: www.bancariosce.org.br

A greve de 2004

Arquivo/SEEBCE

Passeata no Centro de Fortaleza da Campanha Nacional 2004

A greve dos bancários em 2004 foi a maior em 15 anos até aquela data. A campanha daquele ano superou o viés econômico e consolidou um momento de unificação da categoria. O movimento grevista durou 28 dias.

"A decisão pela unificação da campanha teve como objetivo firmar um acordo que valesse para os setores público e privado. A minuta de reivindicações foi entregue ainda em junho. Com isso, a Executiva Nacional

Arquivo/SEEBCE

Assembleia realizada na sede do Sindicato dos Bancários, greve 2004

dos Bancários tencionava fechar o acordo mais cedo, antes da data-base da categoria. Entretanto, logo na primeira negociação, os banqueiros alegaram dificuldade em conceder aumento real. Nas rodadas que se sucederam até o final de agosto, a última evolução do índice foi de 6% para 8,5%. Em outubro, 198 agências dos bancos públicos estavam paradas". (Trecho do jornal TRIBUNA BANCÁRIA, edição 950).

Foi a consolidação da mesa única de negociação, mas esse desenho organizativo da categoria foi duramente atacada pela interferência jurídica, que através de determinações judiciais e multas, tentou inviabilizar o movimento grevista. Apesar disso, esse foi o primeiro ano com a conquista de aumento real de salário: a inflação ficou em torno de 6,64% e o reajuste conquistado foi de 8,5%, representando 1,74% de aumento real. "A greve de 2004 representou não somente a paralisação das atividades trabalhistas, mas sobretudo uma oportunidade de encontro e de participação dos bancários na luta por melhores remunerações e condições de emprego". (Trecho do jornal TRIBUNA BANCÁRIA Nº 950).

A greve de 2004 representou um marco para a categoria bancária não somente porque foi a primeira a conquistar aumento real após um longo

período de arrocho salarial, mas sobretudo, por seus avanços sociais e políticos. Foi a consolidação da unidade na mesa de negociação, foi uma greve longa (28 dias) que unificou a categoria novamente em prol de um objetivo em comum e também porque representou a retomada da disposição de luta dos bancários.

O lado negativo ficou por conta da "judicialização" do processo. Durante o movimento grevista, diversos interditos proibitórios (instrumento jurídico que protege a propriedade privada) foram utilizados de forma distorcida, sobretudo nos bancos privados, para tentar barrar o movimento da categoria e impedir a realização de piquetes nas portas das agências ou qualquer tipo de operações "tranca-banco". A estratégia dos bancos era em nível nacional. No Ceará, a OAB-CE e a Procuradoria Regional do Trabalho discutiram, inclusive, o funcionamento mínimo das agências bancárias

Arquivo/SEEBCE

Passeata no Centro de Fortaleza, Campanha Nacional 2004

no Estado, exigindo um mínimo de bancários para realizar o atendimento ao público, mesmo que a greve da categoria estivesse protegida pela Lei de Greve[36]. Por sua vez, o movimento sindical no Ceará usou do típico humor cearense para realizar protestos pitorescos nas portas das agências de bancos, onde eram concedidos os tais interditos, como distribuição de cachorros quentes, almoços, café da manhã e até simplesmente apresentações teatrais para denunciar a situação à população e à grande imprensa local.

Após uma década de 90 muito difícil e dura para a categoria e para a nossa organização, em 2004 conseguimos implantar, mesmo que de forma bem iniciante, a mesa única de negociação. E conseguimos uma proposta de reajuste acima da inflação.

À época, estava à frente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o ministro Vantuil Abdala, que desde o início se disponibilizou a intermediar uma conciliação razoável para resolver a questão da greve dos bancários. Ao final, em julgamento daquele tribunal referente aos acordos da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, foi determinado o reajuste proposto inicialmente pela Fenaban: 8,5%, abono de R$ 1.000,00 e outros R$ 30,00 fixos por mês para bancários com renda até R$ 1.500,00. A determinação da justiça do trabalho determinou ainda o pagamento de 50% dos dias parados e os outros 50% foram compensados pelos trabalhadores.

Por fim, levada aos tribunais, a greve de 2004 até conquistou avanços, mas a proposta final foi inferior àquela que estava sendo oferecida

36. Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, artigo X, inciso XI, determina como serviço essencial apenas o serviço de compensação bancária.

na mesa de negociação[37]. Para os bancos, também o desfecho não foi positivo: uma greve de quase um mês gerou um desgaste com a sociedade, além, obviamente, de perdas financeiras. No fim, foi uma decisão judicial que não atendeu nem um, nem outro.

"Após uma década de 90 muito difícil e dura para a categoria e para a nossa organização, em 2004 conseguimos implantar, mesmo que de forma bem iniciante, a mesa única de negociação. E conseguimos uma proposta de reajuste acima da inflação. Na assembleia convocada para deliberar sobre essa proposta, nós dos sindicatos orientamos a sua aprovação, mas a categoria rejeitou e deflagrou a greve e, nós do Sindicato a acatamos e fomos para a greve. O trabalhador, talvez por ainda não compreender aquela estratégia de mesa única, queria mais, queria greve. E foram 30 dias. Sem rodada de negociação, sem proposta nova e ainda enfrentando os ataques do judiciário. O resultado foi judicializar a campanha e nós fomos aos tribunais para ajuizar dissídio coletivo e conquistar lá menos do que já tínhamos conquistado em mesa de negociação. No fim, não foi bom para ninguém (MARCOS SARAIVA, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará)[38]. A partir daí, essas estratégias viraram uma tendência da categoria nos anos seguintes, quando os bancários se deparavam com situações similares.

---

37. Cabe mencionar que em 2005 entrou em vigor no país a Emenda Constitucional nº 45, que determina que os dissídios coletivos só podem ser instaurados na Justiça do Trabalho mediante comum acordo entre trabalhadores e empresários. Tal condição virtualmente impede a solução de conflitos trabalhistas coletivos mediante a arbitragem estatal e tem suscitado fortes críticas no meio sindical, entre elas a de que a Emenda 45 teria enfraquecido o poder de negociação das entidades, que já não mais poderiam contar com o recurso ao dissídio como forma de pressão diante da intransigência patronal nos processos de negociação. De fato, a Emenda 45 tende a trazer prejuízo aos trabalhadores, na ausência de outros mecanismos de fortalecimento do poder sindical, como a ultratividade dos instrumentos normativos uma vez findo seu prazo de vigência; a existência de uma Lei de Greve menos restritiva e formalista; a garantia contra a dispensa imotivada; o reconhecimento da organização nos locais de trabalho e a garantia contra condutas antissindicais por parte das empresas. Não obstante, os resultados das negociações salariais apurados pelo DIEESE para o período pós Emenda 45 não indicam que o movimento sindical tinha tido dificuldades adicionais para recompor o poder de compra dos salários. (DIEESE, 2012, p. 295)

38. O diretor do Sindicato, Marcos Aurélio Saraiva Holanda, assumiu a presidência da entidade em 2004, quando o então presidente Vaumik Ribeiro se licenciou para assumir cargo na Caixa Econômica Federal. Ele nos concedeu essa breve análise sobre o que foi a greve de 2004. Depoimento colhido em maio de 2019.

O que surgiu após a greve de 2004

A principal novidade da campanha nacional dos bancários de 2005 foi a criação do Comando Nacional dos Bancários, que negocia diretamente com o braço sindical dos banqueiros, a Fenaban. Assim, esse foi o primeiro ano que realmente todos os bancos nacionais, públicos e privados, assinaram o mesmo acordo. A partir daí, se adota como uma das prioridades das campanhas salariais da categoria a política de aumento real.

Segundo dados da Contraf-CUT, de 2004 a 2019, o ganho real acumulado foi de 23% nos salários e 44,7% no piso da categoria. Além disso, até o início dos anos 2000, a pauta de reivindicação da categoria bancária era, predominantemente, de ordem econômica. A partir desse período, os bancários agregaram em sua pauta cláusulas sociais: ganhos que relacionam sobretudo melhores condições de trabalho, defesa do emprego, mais contratações, ampliação das licenças maternidade e paternidade, direitos homoafetivos, combate ao assédio moral nas agências, entre outras reivindicações. As sucessivas greves anuais, as campanhas salariais organizadas nacionalmente com a criação de uma comissão nacional de negociações com o patronato e os sucessivos ganhos da categoria transformaram os bancários em uma referência para os demais trabalhadores.

Toda a dinâmica do diálogo, organização da categoria bancária, cam-

Arquivo/SEEBCE

Passeatas no Centro de Fortaleza, setembro/2004

panha nacional de comunicação durante a campanha salarial – criando um diálogo com a sociedade – forte mobilização, grande representação dos sindicatos, negociação da estratégia prevendo impasses e greve, a superação do movimento grevista pelo processo de diálogo, de mobilização da greve para garantir direitos econômicos e sociais fazem parte da fórmula que o movimento sindical bancário desenvolveu a partir de 2004/2005 que pôs a categoria em posição de destaque no movimento operário nacional.

Cumpre destacar que metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, dentre outros, vêm procurando se espelhar nos bancários para organizar-se, negociar e firmar contratações coletivas em nível nacional. Da mesma forma, o desenvolvimento recente de 'novas' agendas de atuação, a exemplo das lutas contra o assédio moral e por igualdade de oportunidades, vem repercutindo sobre outras categorias e influenciando suas práticas.

De 2005 a 2015 – período de lutas e conquistas

Como já citamos, a partir de 2003 a categoria passou novamente a utilizar a greve como instrumento de luta para conquistar direitos e garantir ganho real. Os dois primeiros anos desse período foram bem controversos, mas a partir daí, em 2005, a categoria bancária pôde se organizar de forma mais concreta, e construiu um *modus operandi* específico de greve.

Aproveitando-se de conjunturas político-econômicas que se revelaram mais favoráveis que as vividas em governos anteriores, os bancários conseguiram realizar greves mais fortes e colocarem em prática um repertório de ação coletiva diversificado, em favor de uma agenda plural, apresentando inclusive algumas inovações. Com uma rede de práticas que articulam sindicalismo, política e direitos de diferentes modos, os bancários obtiveram alguns ganhos dignos de nota. A criação do Comando Nacional dos Bancários foi uma das principais estratégias para essa "artesania", pois unifica a luta da categoria, principalmente, no momento onde se estabelece o conflito. Antes, mesmo com a existência desde 1992 de uma Convenção Coletiva de Trabalho, cada banco negociava individualmente com a representação dos bancários e os bancos públicos não subscreviam a CCT.

A transformação da Confederação Nacional dos Bancários (CNB) em

Arquivo/SEEBCE

Assembleia de Greve da Campanha Nacional dos Bancários de 2008

Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), em 2006, aumentou a representatividade legal englobando, a partir de então, a categoria dos financiários. A aposta na mesa única de negociação e a adesão dos bancos públicos à Convenção Nacional da categoria também foram importantes conquistas de todo esse período.

Por outro lado, a manifestação da greve é uma interrupção de serviços que impacta a sociedade, os bancos e os próprios trabalhadores. Mas diante da alta lucratividade do setor financeiro, crescente a cada ano, a categoria não tem aberto mão de reajustes sem aumento real e isso deve vir acompanhado de outros ganhos como melhorias no piso salarial, na participação nos lucros, conquistas sociais[39] e de condições de trabalho. Quando esgota-

39. Por exemplo: licença maternidade de 180 dias, licença paternidade de 20 dias, mesmos direitos para casais homoafetivos, melhores condições de segurança nas agências, igualdade de oportunidades, estabelecimentos de protocolos de combate ao assédio moral, entre outras conquistas sociais.

Arquivo/SEEBCE

Assembleia de Greve da Campanha Nacional dos Bancários de 2008

das as negociações no início da campanha, antes da data-base da categoria (1º de setembro), e os bancos não apresentam uma proposta que atenda minimamente esses pontos que a categoria considera já como essenciais, a mobilização é feita e o Comando Nacional dos Bancários indica aos sindicatos de todo o país a deflagração da greve por tempo indeterminado. Diante de propostas consideradas rebaixadas pela categoria, os trabalhadores entendem que os bancos empurram os bancários para a greve.

Nesse período, também se fortaleceu o conceito de unidade, quando os próprios sindicalistas de sindicatos por todo o país começaram a assimilar a importância de entrarem (assim como também saírem) todos juntos do movimento grevista. O fortalecimento desse processo de unidade também foi uma importante conquista desse período.

Arquivo/SEEBCE

Assembleia de Greve da Campanha Nacional dos Bancários de 2011, específica Banco do Nordeste do Brasil

Arquivo/SEEBCE

Assembleia de Greve da
Campanha Nacional dos Bancários de 2018

A adesão ao movimento grevista também foi um processo crescente. Por volta de 2003, 2004, a greve começava com uma adesão mais participativa em Fortaleza e, só com o passar dos dias, ia se estendendo para o interior do Estado. Se observarmos dez anos depois, por volta de 2014, 2015, percebemos uma greve mais consolidada já nos primeiros dias por todo o Estado. Os avanços das comunicações e da organização do movimento sindical bancário contribuíram para dinamizar o processo.

A dinâmica da realização das assembleias também foi mudando com o tempo. Inicialmente, nos primeiros anos da década de 2000, quando se deflagrava a greve, assembleias diárias eram realizadas na sede do Sindicato para avaliar e organizar o movimento do dia seguinte. Ao longo dos anos e, principalmente diante de movimentos grevistas mais longos, os sindicalistas perceberam que a quantidade de trabalhadores nas assembleias começava a diminuir diante da falta de novidades e de uma certa previsibilidade que ficava óbvia com o passar dos dias. Assim, nos últimos anos, as

assembleias deixaram de ser diárias e passaram a ser periódicas – uma ou duas por semana – não mais para tratar de novidades da negociação, mas para realmente organizar o movimento e traçar estratégias de luta. Com a pandemia e o perigo sanitário de se reunir grandes grupos na sede do Sindicato, a partir de 2020, introduziu-se ainda a realização de assembleias e votações virtuais, através de aplicativos de conferência, que se fortaleceram durante a pandemia.

Geralmente quando se tem uma proposta, e uma avaliação do Comando Nacional, para se aceitar e encerrar a greve, têm sido as mais participativas da categoria. Ressalte-se que, apesar da orientação do Comando para se aceitar ou recusar a proposta a ser apresentada, a decisão da assembleia é sempre soberana. A decisão é sempre do trabalhador. Um exemplo foi em 2004, quando a orientação de se aceitar a proposta feita pelo Comando Nacional foi recusada na maioria das assembleias e a greve se prolongou por 30 dias, e acabou sendo inclusive levada aos tribunais, como vimos anteriormente.

Os sindicatos têm suas demandas, que passam às federações, que chegam até a Confederação, que negocia em nome de todos uma determinada pauta. Ou tenta negociar. Depois de fechada a pauta, a tentativa de negociação, o que temos observado em várias campanhas nacionais dos bancários, é que a categoria foi à greve não pela greve, mas pelo momento de impasse negocial. E aí a greve se dá quando um índice não é conseguido, quando não há avanços na pauta geral como um todo. O impasse negocial é que leva à greve. Assim como, quando se avança nas negociações, como nas últimas campanhas, não tem havido greve.

A greve é, assim, um meio de pressão (instrumento de luta) e um modo de expressão de um grupo de trabalhadores que pode tomar formas diversas de acordo com a conjuntura em que é realizada.

A política de aumento real

A conquista de aumento real durante todo o período dos anos 2000 foi um dos principais destaques das campanhas nacionais dos bancários. A rotina que vem acontecendo desde 2004 é um diferencial da luta operária no Brasil nesse período, onde as diversas categorias de trabalhadores no país não lutavam mais apenas por reposição salarial, mas com o desenvolvimento econômico em alta, a conquista de ganho real tornou-se uma tendência que, atrelada à política de valorização do salário mínimo, conquistada pelas centrais sindicais junto ao governo Lula/Dilma, ajudou a valorizar também o piso salarial dos trabalhadores.

Apenas no ano de 2003, primeiro ano do governo Lula, a categoria

bancária não conquistou aumento real. A partir de 2004, ao final de todas as campanhas (e greves), os bancários somaram ganhos reais e valorização dos pisos e benefícios. Mesmo em 2016 e 2018, com os acordos bianuais, o princípio do ganho real foi garantido.

ANO	INPC IBGE*	BANCOS PRIVADOS		BANCO DO BRASIL		CAIXA ECONÔMICA		BANCO DO NORDESTE	
		AUMENTO	GANHO REAL	AUMENTO	GANHO REAL	AUMENTO	GANHO REAL	AUMENTO	GANHO REAL
2003	17,52%	12,6%	**: -4,19%	12,6%	**: -4,19%	12,6%	**: -4,19%	7%	**: -8,95%
2004	6,64%	8,5%	1,74%	8,5%	1,74%	8,5%	1,74%	8,5%	1,74%
2005	5,01%	6%	0,94%	6%	0,94%	6%	0,94%	6%	0,94%
2006	2,85%	3,5%	0,63%	3,5%	0,63%	3,5%	0,63%	3,5%	0,63%
2007	4,82%	6%	1,13%	6%	1,13%	6%	1,13%	6%	1,13%
2008	7,15%	10%	2,66%	10%	2,66%	10%	2,66%	10%	2,66%
2009	4,44%	6%	1,60%	6%	1,60%	6%	1,60%	6%	1,60%
2010	4,29%	7,5%	3,08%	7,5%	3,08%	7,5%	3,08%	7,5%	3,08%
2011	7,39%	9%	1,5%	9%	1,5%	9%	1,5%	10%	2,43%
2012	5,39%	7,5%	2%	7,5%	2%	7,5%	2%	7,5%	2%
2013	6,07%	8%	1,82%	8%	1,82%	8%	1,82%	8%	1,82%
2014	6,35%	8,5%	2,02%	8,5%	2,02%	8,5%	2,02%	9%	2,02%
2015	9,88%	10%	0,12%	10%	0,12%	10%	0,12%	10%	0,12%
2016	9,62%	8% + R$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios (***)		8% + R$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios (***)		8% + R$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios (***)		8% + R$ 3.500,00 + aumento real nos benefícios (***)	
2017	1,73%	2,75%	1%	2,75%	1%	2,75%	1%	2,75%	1%
2018	3,64%	5%	1,31%	5%	1,31%	5%	1,31%	5%	1,31%
2019	3,28%	4,31%	1%	4,31%	1%	4,31%	1%	4,31%	1%
2020	2,74%	1,5% Abono R$ 2 mil		1,5% Abono R$ 2 mil		1,5% Abono R$ 2 mil		1,5% Abono R$ 2 mil	
2021	10,42%	10,97%	0,5%	10,97%	0,5%	10,97%	0,5%	10,97%	0,5%
2022	8,83%	8% VA/VR 10% + VR extra de R$ 1.000,00		8% VA/VR 10% + VR extra de R$ 1.000,00		8% VA/VR 10% + VR extra de R$ 1.000,00		8% VA/VR 10% + VR extra de R$ 1.000,00	
2023	Acordo de 2 anos fechado na Campanha Nacional de 2022. Aumento: Inflação do período + 0,5%								

Fontes: IBGE, Contraf-CUT, SEEB/CE, convenções e acordos coletivos do setor bancário e TST. Elaboração minha. *O índice INPC considerado corresponde ao acumulado de setembro do ano anterior a agosto do ano de referência. ** GR = ganho real. (***) Aumento de 15% no vale-alimentação e de 10% no vale-refeição e auxílio-creche/babá em 2016.

Os acordos de dois anos

O ano de 2016 se destacou na história brasileira como o ano em que mais um mandatário do Brasil foi deposto via impeachment. Entretanto, diferente da primeira vez em que isso ocorreu[40], a presidente eleita, Dilma Rousseff (PT), não tinha contra ela qualquer crime concreto de responsabilidade, tratando-se claramente de um golpe político-institucional.

Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016 isso se repete no país. A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas que tentam mostrar como lícito um processo controverso mobilizado entre uma parte do Jurídico e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras.

Quando o vice-presidente Michel Temer (MDB) assumiu a presidência, todo o cenário político, econômico e sindical mudou. Já não era o governo com viés popular, e que valorizava o diálogo com os sindicalistas, que havia vencido, pela terceira vez seguida, as eleições. Dono de uma plataforma

40. O processo de impeachment de Fernando Collor de Mello aconteceu em 1992 e foi o primeiro do Brasil e da América Latina. Collor renunciou ao seu mandato em dezembro daquele ano, transferindo o cargo para seu vice, Itamar Franco. Collor era acusado de corrupção pelo próprio irmão, Pedro Collor de Mello.

Arquivo/SEEBCE

Assembleia que encerrou a greve na Caixa Econômica Federal na Campanha Nacional dos Bancários de 2016

Assembleia que encerrou a greve no Banco do Brasil na Campanha Nacional dos Bancários de 2016

neoliberal, através de um programa de governo conhecido como Ponte para o Futuro, o MDB – partido de Temer – e seus aliados passaram a impor uma agenda que tendia para o privatismo e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

A campanha nacional deste ano atravessou por este cenário de caos e instabilidade política, social e econômica. Passou por violentos ataques aos trabalhadores e pela falência da democracia, que foi golpeada com o início do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Em meio a essa conjuntura tumultuada, os bancários iniciaram mais uma campanha salarial nacional e uma negociação com o setor que mais lucra na economia do país.

O mote da campanha salarial dos bancários naquele ano foi "Só a luta te garante", apropriado ao cenário de resistência e luta que os trabalhadores estavam enfrentando. A campanha era representada por uma rosa que trazia a simbologia da igualdade, resistência, luta e tolerância. A luta é representada por uma espiral crescente; a tolerância e o respeito representados num coração; a igualdade, na simbologia do "∞" que tem a ideia do infinito e a resistência está representada no galho e nos espinhos do caule, o que mantém e sustenta toda a luta.

A minuta de reivindicações da categoria foi entregue aos banqueiros no dia 9 de agosto de 2016 e as negociações iniciaram nos dias 18 e 19 daquele mês. Entretanto, após várias rodadas, os banqueiros apresentaram, no dia 29 de agosto, a proposta de reajuste de 6,5% ante uma inflação de 9,62%. Um dia depois dessa proposta, Dilma Rousseff foi impedida e Temer assumiu o poder.

Diante da proposta considerada insuficiente, o Comando Nacional dos Bancários informou que iria levá-la às assembleias de trabalhadores, mas que iria defender a sua rejeição. E assim aconteceu: as assembleias deliberam, por quase unanimidade, que os bancários entrariam em greve a partir do dia 6 de setembro. Dessa forma, os bancários seriam a primeira grande categoria a entrar em greve após a posse de um governo golpista, privatista e neoliberal. E assim se iniciou a mais longa greve da categoria: 31 dias.

Diante do cenário político e econômico, a greve foi duríssima e, ao final, a categoria fechou em 2016 o primeiro acordo sem aumento real, após um longo período de ganho.

Diante do cenário político e econômico, a greve foi duríssima e, ao final, a categoria fechou em 2016 o primeiro acordo sem aumento real, após um longo período de ganho. Os banqueiros ofereceram para aquele ano 8% de reajuste, complementados por R$ 3.500,00 de abono (política abandonada após a adoção do modelo de ganho real), e do perdão dos dias parados. Além disso, a proposta era de um acordo de 24 meses, garantindo à categoria 1% de aumento real no ano seguinte, 2017, e garantindo também para este ano todas as conquistas garantidas em Convenção Coletiva para 2016.

A legislação permite que você faça negocia-

Arquivo/SEEBCE

Passeata no Centro de Fortaleza, contra a Reforma Trabalhista e em Defesa da Previdência, junho/2017

ções coletivas com, no máximo, 24 meses. Numa conjuntura absolutamente desfavorável, o acordo de dois anos não visou avanços, mas garantir os direitos, porque isso defendia o trabalhador num cenário de conjuntura desfavorável, como era o caso.

Em 2017, o principal debate que aglutinou sindicatos e trabalhadores se deu em torno do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, mais conhecido como Reforma Trabalhista. A discussão veio num cenário que já era caótico para a população brasileira, diante do golpe institucional e de um governo golpista que só governava para empresários e para a elite. O PLC alterava cerca de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e derrubava várias súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que continham interpretações favoráveis aos trabalhadores. Entre elas, uma que previa a prorrogação do prazo de vigência dos acordos e convenções coletivas até que novos contratos fossem celebrados – a chamada ultratividade.

Mesmo com duros protestos das centrais sindicais, movimentos sociais e diversos setores da população, a reforma foi aprovada no Congresso e entrou em vigor em 11 de novembro de 2017 (lei 13.467/17).

Com a aprovação da reforma, o acordo de dois anos assinado pela categoria bancária mostrou-se ainda mais acertado, pois diante de um cenário totalmente controverso para a classe trabalhadora, os bancários garantiram reposição total da inflação em 1º de setembro de 2017 (data-base da categoria) e ainda 1% de aumento real nos salários e todas as verbas. Além disso, numa política declarada de retirada de direitos, com a reforma e a terceirização irrestrita aprovadas, os bancários asseguraram, através da Convenção Coletiva válida até 31 de agosto de 2018, todos os direitos contratados, independente do desmonte da CLT promovido pelo governo.

Mesmo assim, o Comando Nacional dos Bancários tentou negociar com a Fenaban um documento que garantisse à categoria proteção contra a reforma trabalhista, após o vencimento da Convenção. Os bancários desejavam construir um termo de compromisso que protegesse empregos, resguardasse direitos históricos e que delimitasse os efeitos nocivos que poderiam advir diante das leis aprovadas no Congresso. Apesar da boa intenção do Comando, nada de concreto chegou a ser assegurado pela Fenaban para o ano seguinte.

2018 – A luta pela manutenção dos direitos

O principal mote da Campanha Nacional dos Bancários em 2018 foi a manutenção de todos os direitos já conquistados pela categoria e assegurados na Convenção Coletiva de Trabalho. O tema da campanha desse ano – Todos por Tudo – retratou esse pensamento.

Desde o golpe de 2016, o cenário veio ficando cada vez mais difícil para as negociações da classe trabalhadora. A aprovação da reforma trabalhista, que retirou a garantia de vários direitos dos trabalhadores, foi

um dos fatores determinantes para esse quadro. A categoria bancária até então estava protegida dos efeitos da reforma por conta da assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho com validade de dois anos em 2016, o que resguardou os direitos da categoria até 31 de agosto de 2018. Essa, portanto, seria a primeira campanha nacional dos bancários que aconteceria após a reforma.

Um item presente na reforma trabalhista preocupava os dirigentes sindicais: o fim da ultratividade – princípio que garantia todos os direitos assegurados na Convenção Coletiva até se houvesse a contratação de um novo acordo.

Entretanto, um item presente na reforma trabalhista preocupava os dirigentes sindicais: o fim da ultratividade – princípio que garantia todos os direitos assegurados na Convenção Coletiva até se houvesse a contratação de um novo acordo. Havia o temor de que os bancos promovessem um esfacelamento de nossa Convenção Coletiva (CCT), com a consequente perda de direitos. Além disso, as demais categorias não estavam obtendo sucesso em suas negociações (CONTRAF-CUT, Revista dos Bancários, jan/2019).

Por conta disso, a campanha nacional dos bancários nesse ano foi antecipada, com a expectativa de que à época da data-base da categoria, 1º de setembro, ela já estivesse concluída. Uma forma de resguardar os direitos dos bancários. Sendo assim, os congressos, encontros e conferências relativas à campanha salarial também foram antecipados, fechando também antes uma pauta de reivindicações da categoria para ser discutida com a representação dos banqueiros, a Fenaban. A pauta foi entregue no dia 13 de junho, quando costumeiramente é entregue apenas em agosto. Na ocasião, os bancos haviam assumido

o compromisso de encerrar a campanha antes da data-base.

Foram dez rodadas, sendo que a última tomou toda a semana entre os dias 21 e 27 de agosto. Todos os integrantes do Comando Nacional permaneceram em São Paulo para pressionar por uma proposta decente que pudesse ser apresentada aos trabalhadores. Sem uma proposta decente, os bancos estariam rompendo o compromisso assumido.

Foram dez rodadas, sendo que a última tomou toda a semana entre os dias 21 e 27 de agosto. Todos os integrantes do Comando Nacional permaneceram em São Paulo para pressionar por uma proposta decente que pudesse ser apresentada aos trabalhadores.

Nas primeiras rodadas de negociação, a Fenaban trouxe uma proposta com a retirada de vários direitos da categoria[41]. Na primeira negociação, o Comando Nacional dos Bancários propôs a assinatura de um pré-acordo que garantisse os direitos da categoria, mas os representantes patronais não concordaram. Além disso, inicialmente, os banqueiros ofereciam uma proposta de reajuste que não recuperava sequer a inflação do período. Entretanto, após dez duras rodadas de negociação, no dia 31 de agosto de 2018, um dia antes da data-base, quando encerrava a vigência da CCT 2016/2018, os sindicatos assinaram uma nova Convenção, também com validade de dois anos – até 31 de agosto de 2020. A categoria conquistou aumento real de 1,31% em 2018 e garantiu 1% de ganho real para 2019, além da manu-

41. Os bancos propuseram pagar PLR menor para bancárias em licença-maternidade e PLR proporcional aos trabalhadores afastados por licença-saúde; diminuir de 120 para 90 dias para o adiantamento emergencial em casos de recursos junto ao INSS; retirada da proibição de ranking individual para reduzir a pressão por metas; fim do salário do substituto; redução do prazo de apresentação de recibos para reembolso do auxílio-creche de 30 para 10 dias; fim do adicional de insalubridade e periculosidade; mudanças nas regras da gratificação de função com prejuízos para os trabalhadores.

tenção de todos os direitos da Convenção anterior. Em tempo de ataques às entidades sindicais e à organização dos trabalhadores, promovida pelo governo Temer, a Convenção Coletiva dos Bancários 2018/2019 também garantiu um modelo de organização sindical e de financiamento que ajudaram às entidades a preservar a luta em defesa dos trabalhadores[42].

Conquista de 2018 – quando precisamos negociar a nossa subsistência

A reforma trabalhista de 2017, aprovada durante o governo Temer, além de retirar direitos também prejudicou o movimento sindical ao alterar o financiamento das entidades. Esse corte abrupto no financiamento dos sindicatos causou uma preocupação com a própria atuação sindical das entidades, pois toda atividade tem um custo. Com a reforma, a contribuição sindical e a contribuição assistencial sofreram severas restrições.

A Contribuição Sindical – conhecida também como Imposto Sindical – correspondia ao desconto, no mês de março de cada ano, de um dia de trabalho de todos os trabalhadores, com recolhimento compulsório. Depois da reforma, passou a depender da expressa autorização dos trabalhadores. Já a Contribuição Assistencial é aquela negociada em acordos e convenções coletivas. Segundo o Dieese (Nota técnica 200, de dezembro/2018), o fim da obrigatoriedade do imposto sindical impôs aos sindicatos uma perda média de receita de 35%. Para as federações e confederações essa perda foi ainda

42. Ficou garantido, a partir de um aditivo específico de Relações Sindicais, presente na Convenção Coletiva, compromissos como: taxa negocial (uma porcentagem sobre o pagamento da PLR) e o desconto em folha das mensalidades associativas, como forma de garantir a manutenção das entidades e a organização dos trabalhadores. Ficaram garantidas ainda a estabilidade dos dirigentes sindicais, seu acesso aos locais de trabalho, a facilidade para campanhas de sindicalização, liberações para delegados sindicais, entre outras conquistas. Isso foi determinante após o governo Bolsonaro tomar posse e baixar diversas Medidas Provisórias, mesmo que controversas, buscando claramente o enfraquecimento das entidades sindicais, como foi visto na MP 873 – que proibiu o desconto em folha às entidades, mas acabou sendo alvo de diversas liminares dos sindicatos de bancários, e de outras categorias, por ser inconstitucional e porque, de acordo com a CCT dos Bancários, esse direito estava assegurado. Posteriormente, a MP perdeu a validade. (Fonte: CCT Relações Sindicais, disponível em http://www.sintecto.org.br/wp-content/uploads/2018/11/CCT-Rela%C3%A7%C3%B5es-Sindicais-CONTEC-Fenaban-2018.pdf, consulta em 17 de novembro de 2019).

maior, aproximando-se de 100%. Esse corte abrupto colocava em risco a própria existência da representação sindical.

A partir disso, os sindicatos tiveram de negociar junto aos patrões, além dos direitos dos seus representados, uma forma de subsistência. Foi o caso da categoria bancária, que negociou junto aos bancos uma forma de garantir as ações sindicais e a defesa dos direitos da categoria.

É importante ressaltar que, no âmbito da categoria bancária, as negociações coletivas são nacionais e articuladas, abrangendo todo o território nacional e o acordo, celebrado por todos os bancos, públicos e privados. Além disso, antes de firmada e assinada a Convenção e os Acordos Coletivos específicos por banco, estes são submetidos à assembleia, fórum soberano da categoria, que aprovou essas novas formas de contribuição.

CONQUISTAS 2018

MANUTENÇÃO E RECONHECIMENTO →
- **ESTABILIDADE DOS DIRIGENTES**
- **FREQUÊNCIA LIVRE**
- **DURAÇÃO DOS MANDATOS**

Financiamento Sindical: Construindo um modelo autônomo, aprovado em assembleia e negociado em mesa nacional.

Veja esse detalhamento das contribuições nos gráficos a seguir:

Modelo de Financiamento Sindical (Anterior a Reforma Trabalhista)

Imposto Sindical

3,3% do salário de março

Formato: compulsório, determinado via legislação

+

Taxa Assistencial

91 regras locais distintas

Chegavam até 6,66% do salário

Formato: Acordos Aditivos

Modelo Atual de Financiamento Sindical (Após a Reforma Trabalhista)

Desconto de 1,5% no salário

Valor Médio = R$ 118,00

Valor Mínimo = R$ 50,00

Valor Máximo = R$ 250,00

+

Desconto de 1,5% na PLR

Valor Máximo:
R$ 210,00

Arquivo/SEEBCE

Ato da Campanha Nacional dos Bancários, 2018

Trabalhadores hipersuficientes

Uma pauta específica para os trabalhadores bancários que se tornou um tema importante nessa campanha foi relativa à hipersuficiência. A reforma trabalhista determinou que empregados com remuneração superior a duas vezes o teto de benefícios do INSS (equivalente, na época, a cerca de R$ 11.000) e ensino superior estabeleceriam individualmente suas condições de trabalho diretamente com o empregador, ainda que prevejam condições de trabalho inferior às da CCT. A determinação atingia à época das negociações cerca de 20% da categoria em todo o País (92 mil de um universo de 500 mil bancários). No Ceará, cerca de 3 mil bancários estavam situados nesse patamar (mais de 30% dos bancários no Estado).

Em mesa de negociação, o Comando Nacional dos Bancários procurou deixar claro que não é porque parte dos bancários preenchiam esses requisitos (salários e escolaridade mais elevados) que ele se tornava "hipersuficiente" e capacitado a negociar com o patronato. Como qualquer outro empregado de bancos, esse trabalhador estava submetido a uma relação de emprego (patrão x empregado) e não deixava de ser economicamente dependente de seu empregador. Os dirigentes alertaram que essa medida concedia ainda mais autonomia ao capital para estabelecer relações trabalhistas desfavoráveis a esse nicho de trabalhadores.

Após intenso debate durante várias rodadas de negociação com a Fenaban, o Comando Nacional garantiu a inclusão dos trabalhadores considerados hipersuficientes na Convenção Coletiva da categoria, garantindo a eles todos os direitos contratados.

Campanha 2020 – luta contra o retrocesso e contra a pandemia

No dia 12 de março de 2020, um dia após a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretar status de pandemia da Covid-19, o Comando Nacional dos Bancários enviou ofício à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) com as primeiras reivindicações da categoria, seguido de um pedido de reunião de negociação, que aconteceu no dia 16/3, quando foi criado o Comitê de Crise, formado pelas duas entidades – Comando e Fenaban.

Durante o mês de março, o Comando articulou, negociou, enviou ofícios e conseguiu várias conquistas devido à emergência sanitária: redução do horário de atendimento nos bancos, compromisso de alguns bancos privados de não demitirem na pandemia e o compromisso de manter trabalhadores em casa, mesmo com a publicação da MP 927[43], do governo Bolsonaro, incentivando a retomada das atividades.

43. A MP 927 previa a possibilidade de redução da indenização devida aos trabalhadores em caso de demissão sob a alegação de força maior decorrente da calamidade pública provocada pela Covid-19. A possibilidade de empregado e o empregador celebrarem acordo individual abrindo mão de direitos, sem a participação de sindicatos. A suspensão de exames médicos ocupacionais. A limitação de atuação da Fiscalização do Trabalho, com a ampliação das regras sobre dupla visita e impedimento de que autuem empresas infratoras. Prorrogava contratos coletivos que vencessem no período da calamidade, sem a negociação com os sindicados. Na forma proposta, quaisquer medidas, ainda que contrárias a outros dispositivos da CLT, mas não à própria MP, poderiam ser consideradas válidas.

Arquivo/SEEBCE

Ato em Defesa dos Bancos Públicos na Campanha Nacional dos Bancários, 2020

Em abril de 2020, as negociações entre bancários e Fenaban conquistaram o fornecimento de máscaras para os trabalhadores e a colocação de biombos nos locais de atendimento e começaram as primeiras negociações sobre banco de horas negativo para quem estava trabalhando em sistema de home office.

Durante as negociações do Comitê de Crise foram conquistadas ainda medidas como protocolos de sanitização das agências em casos de contaminação por Covid-19, suspensão das cobranças de metas em alguns bancos durante a pandemia, acordos específicos sobre Covid por bancos, testes de Covid gratuitos para os bancários, negociação sobre retorno do home office, além de uma campanha nas redes sociais, do Sindicato dos Bancários do Ceará, #APandemiaNãoAcabou, ocasionada por uma nova onda do vírus.

Em dezembro de 2020, uma reunião da mesa de saúde dos bancários reativou o Comitê de Crise quando se passou a discutir o agravamento da pandemia, volta do home office e o adiamento do início dos acordos de

Tribuna BANCÁRIA

APENAS EM FORMATO DIGITAL

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1616 | 4 A 9 DE MAIO DE 2020

COMITÊ DE CRISE

BANCÁRIOS GARANTEM MEDIDAS PROTETIVAS E MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

Em videoconferência, no dia 28/4, o Comando Nacional garantiu junto à Fenaban que qualquer alteração nas medidas já conquistada será antes negociada com os bancários (pág. 3)

CONQUISTA!

Comando Nacional garante manutenção da negociação permanente durante pandemia

Em meio à pandemia do coronavírus, governo Bolsonaro insiste em retirar direitos (pág. 6)

COE Itaú negocia condições de trabalho e Santander renova contrato aditivo (págs. 4 e 7)

compensação dos bancos de horas negativos, já que a pandemia ainda não havia terminado.

É importante destacar que, mesmo com a pandemia, em fevereiro de 2021, os bancos começaram a divulgar seus balanços, com lucros exorbitantes, além de fechamento de agências e demissões, apesar do acordo firmado de não demitir durante a pandemia. Fundamental destacar também que, durante a pandemia, os bancos não fecharam um único dia e os bancários seguiram atendendo à população, mesmo com horário e quadros reduzidos, mas com o empenho e a dedicação de sempre.

Em março de 2021, o Comando Nacional dos Bancários cobrou a inserção da categoria bancária como uma das prioritárias no Plano Nacional de Imunização, já que foi considerada como essencial durante a pandemia. Em negociação do Comitê de Crise, bancários cobraram ainda mais rigor nos protocolos de segurança e de sanitização das agências.

Em nível estadual, o Sindicato dos Bancários do Ceará enviou ofícios ao governo do Estado, Assembleia Legislativa e Secretaria de Saúde do Estado pleiteando a inclusão da categoria no plano estadual de vacinação. Após cobrança do Comando, vários bancos decidiram antecipar a vacinação da H1N1, enquanto a vacina contra o coronavírus não chegava para todos.

Claro que num cenário sanitário crítico como esse, a campanha nacional de 2020 não foi fácil. Primeiramente, a representação da categoria teve de se adaptar à nova realidade e, diante da pandemia e da possibilidade

Arquivo/SEEBCE

Ato da Campanha
Nacional dos Bancários, 2020

de estar frente a frente com os representantes da Fenaban, as negociações passaram a ser virtuais. Entretanto, a categoria bancária aprendeu rápido a utilizar a tecnologia a seu favor e conseguiu sair vitoriosa de mais uma campanha em um contexto extremamente difícil.

Se a conjuntura já era desfavorável aos trabalhadores – já que os ataques, desde o governo Temer, se intensificaram no governo Bolsonaro –, tornaram-se ainda pior com a chegada da pandemia. E foi nesse cenário que os bancários tiveram de reinventar a mobilização e usar a tecnologia como forma de superar o distanciamento social obrigatório. Alguns nem sabiam utilizar o Twitter, ou sequer tinham conta na rede social, mas diante da necessidade de se engajar, passaram a utilizá-la massivamente para tentar colocar nos

Arquivo/SEEBCE

Ato em Defesa do Banco do Brasil, fevereiro/2020

trending topics[44] as principais reivindicações da categoria e, assim, atingir a direção dos bancos, que acompanham os possíveis ferimentos à sua imagem na rede social.

A Caixa e o Banco do Brasil, geridos então por um governo antitrabalhista, também iniciaram as negociações tentando retirar direitos, mas

44. No Twitter, uma palavra, frase ou tópico mencionado em uma taxa maior do que outros é considerado um "trending topic" ou simplesmente uma "tendência". Trending topics tornam-se populares por meio de um esforço conjunto dos usuários ou por causa de um evento que leva as pessoas a falar sobre um tópico específico. (Wikipedia)

a união dos trabalhadores de bancos públicos e privados foi novamente fundamental na correlação de forças, e essas tentativas coordenadas pelo governo Bolsonaro também foram revertidas na mesa e com a mobilização de toda a categoria.

Foram 15 rodadas exaustivas de negociação com a Fenaban e, nas primeiras 10, os bancos propuseram a retirada de vários direitos como PLR menor, reajuste zero, retirada da 13ª cesta alimentação e redução da gratificação de função. Os dirigentes fortaleceram a mobilização nas redes e, mesmo à distância, a categoria se engajou na luta, participou de lives, assembleias virtuais e, assim, conseguiu-se que os bancos recuassem da retirada de direitos, com um acordo bianual mantendo todos os direitos presentes na Convenção Coletiva. Além disso, a categoria garantiu um reajuste de 1,5% mais abono de R$ 2 mil e reposição da inflação mais aumento real de 0,5% em todas as verbas em 2021.

Campanha 2022 – o jogo foi duro, mas a recompensa veio!

O ano em que a categoria bancária celebrou 30 anos de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) foi um ano desafiador em meio a uma crise política, econômica e social, gerada pela péssima gestão de todos os entes públicos e pela catastrófica condução do governo Bolsonaro diante da pandemia. Como se não bastasse, às vésperas das negociações com a Fenaban, foram divulgados escândalos de assédio sexual envolvendo a alta cúpula da Caixa. Diante de todo esse cenário, não foi uma tarefa fácil estabelecer avanços para a categoria bancária.

Após 19 rodadas de negociação, os bancários avançaram em importantes cláusulas e se tornaram, mais uma vez, referência para os acordos trabalhistas de outras categorias. Entre essas conquistas, podemos citar acordos inéditos em convenções coletivas como a regula-

mentação do teletrabalho, direito à desconexão e ajuda de custo; cláusula que prevê o tratamento rigoroso em casos de assédio sexual; combate às metas abusivas (e ao assédio moral) a partir de discussões em mesas permanentes nas Comissões de trabalhadores (COE's). Tudo visando ambientes de trabalho mais saudáveis.

Diante de propostas rebaixadas da Fenaban, que insistia em um aumento abaixo da inflação, os bancários voltaram, inclusive, a entrar em estado de alerta e de assembleia permanente, ventilando até a possibilidade de uma greve da categoria, o que não acontecia desde 2018.

Resistimos e nos mobilizamos novamente nas redes, realizamos negociações presenciais e virtuais, assembleias e plenárias virtuais para esclarecer a categoria, fincamos pé contra qualquer proposta de retirada de direitos e conquistamos novamente a manutenção de todos os nossos direitos previstos em CCT até 2024, em novo acordo bianual.

Além disso, os bancários conquistaram reajuste de 8% nos salários e demais verbas, 10% nos vales alimentação e refeição, abono de R$ 1 mil na forma de 14ª cesta alimentação e reajuste de 13% na parcela adicional da PLR. Para 2023, os bancários garantiram ainda a reposição da inflação mais 0,5% de aumento real nos salários, em todos os valores fixos da PLR, vales e em todas as demais verbas.

A CCT dos bancários é uma referência para todos os trabalhadores. Avançamos a cada cam-

Arquivo/SEEBCE

Ato na agência da Caixa na Av. Bezerra de Menezes durante a Campanha Nacional dos Bancários, 2022

panha salarial da categoria porque estamos unidos nacionalmente em sindicatos fortes, combativos e comprometidos com a defesa dos direitos da categoria ao longo de toda a sua história. Em cada negociação, partimos do princípio de que os trabalhadores têm de receber sua parte nos lucros do setor financeiro, com garantia de direitos.

Nossa luta é diária e é importante que cada trabalhador tenha consciência do fortalecimento das entidades de classe. Nossa mobilização, nossa unidade, nossa força e a celebração desses 30 anos de CCT foram possíveis com a participação de cada bancário e bancária, nas ruas, nas redes sociais, todos mobilizados contra a retirada de direitos e os banqueiros nos respeitam e recuam porque sabem da nossa força. Nossa categoria é um exemplo de união e conquistas. Avançamos e vamos avançar ainda mais!

A seguir, apresentamos um panorama sobre a categoria bancária, incluindo os destaques da negociação da campanha nacional 2022/2024, coletados a partir do site da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), acessados em fev/2023.

CAPILARIDADE DO SETOR BANCÁRIO NO BRASIL

435.029
EMPREGADOS*

175
BANCOS**

17.332
AGÊNCIAS**

35.458
AGÊNCIAS**

27 UFs
26 ESTADOS
+ DF**

* RAIS 2019 / CAGED AGO/2022
** BACEN (BANCO COMERCIAL; BANCO COMERCIAL ESTRANGEIRO - FILIAL NO PAÍS; BANCO DE CÂMBIO; BANCO DE DESENVOLVIMENTO; BANCO DE INVESTIMENTO; BNDES; E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

PERFIL DOS BANCÁRIOS

COM CURSO SUPERIOR*

79%

RAIS 2020

HOMEM*

52%

MULHER*

48%

RAIS 2019 / CAGED AGO/2022

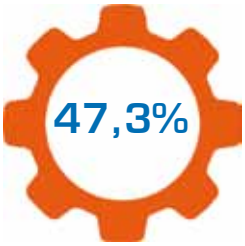
MÉDIA SALARIAL*

2,8

VEZES SUPERIOR À DO PAÍS

BANCÁRIOS: RAIS 2019 E REAJUSTE
SET 2020 BRASIL: RAIS 2020

TAXA DE SINDICALIZAÇÃO*



3 VEZES SUPERIOR À MÉDIA NACIONAL

RAIS 2018

TAXA DE ROTATIVIDADE ANUAL**

9,2%

média nacional = 49,8%

* BANCÁRIOS: RAIS 2019 (ESTOQUE) / CAGED 2020 - 2021 (MOVIMENTAÇÕES)
** BRASIL: CAGED 2020 (ESTOQUE) - 2021 (MOVIMENTAÇÕES)

PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

2

MESAS DE NEGOCIAÇÕES

+ de 130 negociações

COMANDO NACIONAL DOS BANCÁRIOS

Coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da CUT CONTRAF-CUT

REPRESENTANDO

160

ENTIDADES SINDICAIS

(1 confederação,
11 federações e
148 sindicatos profissionais)

CONTEC

Coordenação da Confederação dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito

REPRESENTANDO

77

ENTIDADES SINDICAIS

(1 confederação,
7 federações e
69 sindicatos profissionais)

CENTRAIS SINDICAIS PARTICIPANTES

CUT - UGT - NCST - CTB - Intersindical
Conlutas - Força Sindical

IMPACTO DA NEGOCIAÇÃO NA ECONOMIA

INJEÇÃO DE

R$ 59 bi

NA ECONOMIA EM 2 ANOS*

BANCÁRIOS: PERFIL DOS RENDIMENTOS

REMUNERAÇÃO MÍNIMA INICIAL

R$ 3.946,75

A partir de 90 dias de contratação

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E REFEIÇÃO

R$ 22.564,98/ano

REMUNERAÇÃO MÉDIA

R$ 9.821,96*

3,7 vezes a média do País = R$ 2.652,00**

AUXÍLIO CRECHE / BABÁ

R$ 7.233,72 /ano/filho

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS (PLR) – MÉDIO

R$ 26.817,88/ano

Conforme salário individual e lucro líquido de cada banco

* BANCÁRIOS: RAIS 2019 E REAJUSTE SET/2020/2021/2022
** BRASIL: IBGE / PNAD CONTÍNUA 2º TRIM/2022

CARGOS DE CONFIANÇA BANCÁRIA

GRATIFICAÇÃO

55%
DO SALÁRIO

Exceção: 50% no Rio Grande do Sul

GANHO ADICIONAL DOS TRABALHADORES

CERCA DE
R$ 9,3 bi%

Exceção: 50% no Rio Grande do Sul

CONTRAPARTIDA

8 h

diárias de jornada

AMPLIAÇÃO DAS PRINCIPAIS LICENÇAS ADICIONAIS

Licença maternidade
120 para 180 dias

Casamento
3 para 5 dias

Licença paternidade
5 para 20 dias

Levar dependente do médico
1 para 2 dias

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS

JORNADA DE TRABALHO

Manutenção em 30 horas por semana para funções específicas

AUXÍLIOS MENSAIS

R$ 1.014,42
Refeição

R$ 799,38
Alimentação

R$ 602,81
Creche/Babá

R$ 602,81
Filho com deficiência

OUTROS EXEMPLOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS BANCÁRIOS

Folga assiduidade

Acompanhamento de internação do cônjuge, filho, pai e mãe

Licença em dia de prova escolar

DIVERSIDADE

Benefícios da Convenção extensivos às relações homoafetivas

SAÚDE

Complemento do auxílio INSS durante o afastamento (até 2 anos, observando o salário mensal)

ADIANTAMENTO EMERGENCIAL

Até 4 meses de empréstimos no valor do salário para quem receber alta no INSS, sem estar apto para retornar ao trabalho

ESTABILIDADES

Pré-aposentadoria (até 24 meses)

Gestante: até 60 dias após o término da licença-maternidade

Pai: 60 dias após o nascimento do filho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O QUE QUEREMOS CONSTRUIR

A automação do trabalho, terceirização, privatização de bancos públicos e enxugamento do quadro funcional nos bancos privados devido às mudanças tecnológicas no ambiente de trabalho, modificaram também a atuação sindical, assim como influenciaram nas pautas de reivindicação dos bancários.

A conjuntura política, como já dissemos, também tem influenciado nesse processo. Durante os anos 1980, com a abertura política no Brasil depois de mais de duas décadas de ditadura, as greves tinham um contexto de reposição salarial diante de um severo período inflacionário. Nos anos 1990, podemos observar que houve um significativo decréscimo no número de greves, coincidindo com o advento da política neoliberal no país e juntando-se a um cenário de perseguição política nos bancos federais, de reajuste zero e política de abono. Já nos anos 2000, com a vitória política de um governo progressista e a abertura de um canal de diálogo entre governo e movimento sindical, houve um novo fortalecimento do movimento grevista, inclusive, se percebendo uma mudança significativa no cerne da pauta de reivindicações dos trabalhadores: que passaram de um viés de-

fensivo de reajuste salarial e defesa de direitos à luta por novas conquistas de cunho social e uma política de aumento real de salário, fortalecendo a estratégia de unidade da categoria e reforçando a recomposição do poder de compra do bancário.

No que diz respeito ao movimento sindical bancário, o destaque é a organização nacional da categoria, que dispõe de uma Convenção Coletiva de Trabalho válida em todo o país desde o ano de 1992, há 30 anos, embora, apenas em 2005 todos os bancos tenham se tornado signatários dela. Os direitos contratados junto à representação dos bancários são vigentes para todos os estados do Brasil, assim como todos os reajustes e benefícios. Também dessa forma, a movimentação realizada em torno da organização da campanha salarial anual da categoria bancária também obedece à uma estrutura nacional.

A data base da categoria é 1º de setembro, entretanto já no início do ano se organiza um calendário nacional de evento voltados à construção da pauta de reivindicações da categoria: encontros locais por estado, conferências regionais, encontros nacionais por bancos e conferência nacional da categoria. Paralelamente, se discute também a campanha de mídia daquele ano que vai dialogar com a categoria, com a imprensa e com a sociedade, mostrando a todos os principais eixos da campanha para aquela ocasião. Esse ritual é seguido ano após ano.

Apesar do caráter nacional do movimento sindical bancário, os sindicatos locais têm importância fundamental nesse processo, pois esses também seguem um ritual no comando da greve. A deflagração da greve é orientada nacionalmente seguindo a estratégia da unidade, procurando passar para o patronato uma importante demonstração de força e mobilização. A partir daí, cada sindicato conduz a greve da maneira que acreditar, de acordo com o que determinar a categoria em assembleia.

Baseado também em um conhecimento empírico, temos participado desse processo, colaborando para a elaboração dessa "artesania", sobretudo no Sindicato dos Bancários do Ceará. Mais especificamente nos anos 2000, temos observado greves ano a ano, com características específicas.

Inicialmente nesse período, por exemplo, as assembleias avaliativas da greve eram realizadas diariamente, onde se avaliava o movimento daquele dia e se traçava estratégias para o dia seguinte: possíveis manifestações, pontos críticos onde se precisava de mais apoio, análise da progressão da adesão ao movimento grevista etc. Entretanto, desde 2016, temos procurado proteger ainda mais fechando acordos de dois anos que garantem todos os nossos direitos conquistados em Convenção Coletiva.

Com o passar dos anos na década de 2000 e o advento dos meios de comunicação digitais, as assembleias avaliatórias passaram a ser realizadas um ou duas vezes por semana, apenas, onde se tratavam as estratégias para os próximos dias. Exemplo disso, a categoria delibera, para além dos comitês de esclarecimento espalhados pelas agências bancárias, pela realização de passeatas, atividades lúdicas e bem-humoradas, como distribuição de bananas, cachorros quentes, almoço coletivo, atividades pontuais em unidades onde a categoria encontra dificuldades de se organizar, entre outras movimentações. Tudo isso aliado ao calendário de luta nacional. Quando necessário, como durante a pandemia, fizemos plenárias e atividades virtuais.

E mesmo diante de sucessivos artifícios adotados pelo patronato, como uso arbitrário de alguns instrumentos jurídicos e diversas práticas antissindicais para burlar o movimento grevista, as greves dos bancários conquistaram importantes vitórias para a categoria.

Além da conquista sucessiva de aumentos reais nos anos 2000 (com estratégia de modelos mais vantajosos para o pagamento da PLR), a categoria conquistou ampliação da licença maternidade e paternidade, igualdade de direitos para homoafetivos e seus dependentes, inclusão de bancários de bancos públicos e privados na mesma Convenção Coletiva, instrumentos de combate ao assédio moral e sexual nas agências, melhorias no cálculo da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), valorização do piso salarial, melhoria na segurança bancária, avanços em programas de reabilitação após afastamentos por licença saúde, combate às metas abusivas e, nos últimos acordos, de vigência bianual, a

proteção e garantia de direitos diante das ameaças concretas da nova legislação trabalhista.

Independente das mudanças na legislação – reforma trabalhista, lei da terceirização etc. – os acordos bianuais também se mostraram estratégias acertadas, na medida que garantiram direitos históricos da categoria conquistados ao longo dos anos, num cenário totalmente adverso para os trabalhadores.

Além disso, todo esse histórico demonstra ainda o amadurecimento do processo de organização da categoria bancária que saiu de um cenário privatista e ameaçador na década de 90, com uma restrita atividade sindical, por motivos óbvios, a um fortalecimento e valorização do processo de mesa única de negociação, nos anos 2000, quando se valorizou o diálogo na busca por melhores condições de trabalho, pautas sociais e, claro, reajustes, sempre acima da inflação. Mesmo com greve, o canal do diálogo e da mesa de negociação continuava aberto, até que os impasses que levaram à greve fossem superados e a categoria unida em assembleia pudesse deflagrar o fim do movimento grevista, aceitando uma proposta construída em mesa de negociação entre representantes dos banqueiros e dos bancários. E a própria CCT vem servindo como balizador patronal, na medida em que estabelece direitos mínimos assegurados aos trabalhadores do setor financeiro.

E daí vem a questão: qual o setor financeiro que queremos?

O movimento sindical bancário tem lutado por um sistema financeiro voltado para o desenvolvimento, com mais crédito, e mais barato para dar suporte ao desenvolvimento econômico e social do país. Desde a criação da Contec (em 1958) que a categoria bancária vem lutando por uma reforma bancária. Entre as primeiras medidas tomadas pela ditadura estava a Reforma Bancária, a Reforma do Mercado de Capitais e o Programa de Ação Econômica do Governo (1964/66), que se constituiriam na base do sistema financeiro nacional como o conhecemos hoje. Os governos militares criaram uma série de regulamentações que estimularam a concentração e a oligopolização dos bancos.

Com a redemocratização do país e a nova Constituição promulgada

em 1988 surgiu o artigo 192, que trata do sistema financeiro. Assim, o DNB-CUT criou em 1991 um grupo de estudos para discutir propostas para um projeto de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). No ano seguinte, 1992, a já CNB-CUT realizou um seminário nacional ampliado com representantes de outros segmentos para debater um projeto de lei para regulamentação do SFN. Outros projetos foram apresentados ao longo do tempo, mas nenhum deles foi votado. Foram todos arquivados em abril de 2010.

Hoje, esse tema permanece entre uma das bandeiras de luta dos bancários, que continuam reivindicando do governo federal a convocação de uma Conferência Nacional sobre o Sistema Financeiro, onde a sociedade possa discutir o papel do SFN e qual o modelo de banco que se quer para o país, como ponto de partida para a regulamentação do Artigo 192.

Um dos principais pilares da proposta dos bancários para a regulamentação do sistema financeiro é a defesa dos bancos públicos, que podem, e devem, exercer um papel triplo: de contribuir para o desenvolvimento sustentável de todas as regiões do Brasil, reduzindo as desigualdades; dar suporte ao governo federal nas políticas econômicas visando reduzir juros e spread bancário; além de suprir com crédito acessível os segmentos produtivos da economia, gerando emprego e renda e, consequentemente, o desenvolvimento econômico e social. E com a eleição, novamente, de um governo progressista, em 2022, esperamos, e acreditamos, que esse diálogo seja aprofundado.

Entretanto, é possível aqui apontar alguns outros desafios à categoria bancária: diante da atual conjuntura política e às rápidas transformações no mundo do trabalho, especialmente no universo bancário (automação, novas tecnologias, novos modos de trabalho), a greve tradicional – de fechar banco – é realmente ainda a melhor maneira de se contrapor ao banqueiro?

Funções tradicionais dentro das agências bancárias estão sendo eliminadas, como escriturários e caixas, e novas funções estão surgindo, exigindo mais qualificação e sem remuneração proporcional. A própria ideia de "agência bancária" está sendo questionada pelos bancos, que agora preferem chamá-las de "pontos de atendimento", "pontos de venda", "agência/loja de negócios" etc. Diante dessas mudanças, o movimento sindical ban-

cário deve estudar rapidamente um processo de "reinvenção", no sentido de apontar novas formas de se contrapor a essas empreitadas do patronato.

Atualmente, segundo o Dieese, o movimento sindical bancário enfrenta novos desafios como digitalização das atividades bancárias, com fechamento de pontos físicos de atendimento e criação das chamadas agências digitais e isso resulta também em fechamento de postos de trabalho, diminuindo cada vez mais o tamanho da categoria, o que o Dieese classifica como "Indústria 4.0 nos bancos".

Para especialistas no setor, essas novas formas deveriam buscar a expansão da eficácia da greve, pois só fechar a porta do banco não parece mais ser o suficiente. Hoje, já são apontadas novas estratégias de luta como o trabalho em ritmo lento (a velha "operação tartaruga", tão difundida nos anos 80) e até mesmo greves virtuais, onde os sites dos bancos e seus sistemas fiquem lentos, abrindo um leque de novas possibilidades aos trabalhadores de exercerem seu direito de greve. Além do mais, em muitas situações, os bancos brasileiros têm sido vistos como "vilões da economia", pois mesmo em situações de crise econômica, seguem apresentando lucros exorbitantes, com aplicações de juros e tarifas altíssimas ao consumidor, que muitas vezes, cobrem as suas folhas de pagamento de funcionários e ainda sobra.

Estratégias como mesa única de negociação, nacionalização do movimento grevista e das campanhas salariais e até mesmo a assinatura de acordos bianuais para assegurar direitos se mostraram até aqui decisões acertadas do Comando Nacional dos Bancários como forma de instrumentos de luta fundamentais da categoria bancária e os sindicatos têm desempenhado um papel imprescindível nesse processo.

Entretanto, o cenário político influi sobremaneira sobre a organização e atuação do movimento sindical bancário. Diante da situação política e econômica recente no Brasil, após a eleição para a presidência de um representante da extrema-direita, Jair Bolsonaro (PL), se mostrou um governo desastroso para os trabalhadores: governou basicamente através da edição de decretos presidenciais, burlando o debate de temas importantes no Congresso, com o objetivo de validar suas vontades de forma imediata. Editou

medidas e encaminhou projetos de lei todos com viés contrário às pautas defendidas pelo movimento sindical, como a Reforma da Previdência, que penalizou, sobretudo, os mais pobres, além de outras pautas nefastas desse governo como o sistema de capitalização para a aposentadoria[45], a carteira e trabalho verde-amarela[46] e o fim da unicidade sindical[47], que graças a mobilização da classe trabalhadora não se concretizaram, mas estavam lá e, caso ele tivesse sido reeleito, talvez fossem colocadas em prática.

Bolsonaro também editou medidas concretas para enfraquecer os sindicatos e demais entidades representativas dos trabalhadores, como a Medida Provisória 873 que, entre outras coisas, restringia a contribuição sindical a pagamentos via boletos enviados à residência do associado. Entretanto, diversas entidades sindicais conseguiram liminares na Justiça considerando a MP inconstitucional[48].

Felizmente, a partir de 2023, temos, novamente, um governo progressista, comandado por Luiz Inácio Lula da Silva, onde estamos prontos para negociar novas conquistas para a classe trabalhadora, para os trabalhadores bancários, certos da abertura do diálogo com o governo e na esperança de que nossas pautas sociais se concretizem, gerando um círculo virtuoso de prosperidade, desenvolvimento e reconstrução dos índices sociais no nosso país.

---

45. Na capitalização, o trabalhador faz a própria poupança para sua aposentadoria. Entre 1981 e 2014, 30 países modificaram seu sistema – seja completamente ou uma parte dele – para adotá-la. Até o ano passado, 18 desses países já haviam feito uma nova reforma, revertendo ao menos em parte as mudanças, pois o sistema tem deixado à beira da miséria essa parte da população. A medida vinha sendo discutida dentro da proposta de reforma da Previdência, mas foi retirada pelo Congresso.

46. A ideia era aprofundar a reforma trabalhista, pois para o ex-presidente Bolsonaro, o trabalhador brasileiro tem direitos em excesso. Ele pretendia criar uma carteira de trabalho onde o trabalhador abriria mão de vários de seus direitos, beirando à informalidade. A medida constava do programa de governo do ex-presidente quando candidato.

47. A Unicidade sindical é o princípio de que um só sindicato representa uma categoria em determinada região do país. Segundo rumores dentro do governo, a expectativa é que esse assunto passe a ser debate logo após a tramitação da reforma da Previdência, acabando a unicidade sindical e abrindo a possibilidade de se criar vários sindicatos dentro de uma mesma categoria, enfraquecendo o poder dessas entidades.

48. O artigo 8º da Constituição Federal garante o desconto em folha às entidades sindicais. Além disso, no caso dos bancários, a própria CCT da categoria, traz cláusula autorizando o desconto em folha das contribuições, portanto, além de ferir a Constituição, a MP fere ainda a Convenção Coletiva e a própria Reforma Trabalhista, que assegura que o contratado vale mais do que o legislado. Por isso, as vitórias na Justiça.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC Paulista – Região que compreende as cidades paulistas de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
AI-5 – Ato Institucional nº 5
BB – Banco do Brasil
BEC – Banco do Estado do Ceará
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAGED MTE – Cadastro de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho
CCT – Convenção Coletiva de Trabalho
CEF – Caixa Econômica Federal
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNB – Confederação Nacional dos Bancários
COB – Confederação Operária Brasileira
COE – Comissão de Organização dos Empregados
CONCLAT – Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras

CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
CONTRAF-CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – Central Única dos Trabalhadores
CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular Conlutas
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNB – Departamento Nacional dos Bancários
Febraban – Federação Brasileira dos Bancos
Fenaban – Federação Nacional dos Bancos
FETEC/NE – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Nordeste
FETRAFI/NE – Federação dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Nordeste
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IAPB – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários
ICV – Índice do Custo de Vida
IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
LER/DORT – Lesões por Esforços Repetitivos (LER) – Distúrbios Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT)
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MP – Medida Provisória
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCS – Plano de Cargos e Salários
PDV – Plano de Demissão Voluntária

PL – Partido Liberal
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
Psol – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SFN – Sistema Financeiro Nacional
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UNI – Union Network Internacional (Rede Internacional de Sindicatos de Trabalhadores)

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, João Batista. **Documentário: Greve!**. Canal Regina Egger. 1979. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8p8Bwdnsooc. Acesso em 13 de abril de 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo.** 7ª edição. São Paulo: ed. Brasiliense, 1982.

ANTUNES, Ricardo, Da Silva, Jair Batista. **Para onde Foram dos Sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial.** Caderno CRH, Salvador, v.8, n. 75, pag. 511-528. Set/Dez 2015.

BARELLA, Murilo. **Remuneração Bancária: Conceitos, composição e orçamento familiar aproximado**. São Paulo: DIEESE. Junho de 2005.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores – ainda há lugar para os sindicatos?.** São Paulo: editora Boitempo. 2000.

BOITO JR., Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã. 1999.

BRAGA, Ruy. **Os Sindicatos e o Governo Lula**. São Paulo: 2010. Disponível em: http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Os-sindicatos-e-o-governo-Lula-Ruy-Braga.pdf. Acesso: em 13 de outubro de 2022.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Mota. **Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**. 2013. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/226/Brandao%2c%20Rafael-Tese-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: em 13 de outubro de 2022.

CAMARGO, Sonia de. **Economia e Política na Ordem Mundial Contemporânea.** Contexto Internacional; Rio de Janeiro Vol. 19, Ed. 1, (Jan-Jun 1997): 7-39. Disponível em: https://www.proquest.com/openview/ad0bdd622f9af73fbb10afbe0bda4b8c/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339. Acesso: em 15 de setembro de 2022.

CARNEIRO, Camila Pereira, FILIPPI, Eduardo Ernesto, VALENTI, Luiza Pecis. **O Cenário Político Econômico Pós-Guerra e a Onda Neoliberal na América Latina: Um estudo de caso do Brasil, do Chile e da Argentina.** Revista Conjuntura Austral. Porto Alegre, v.9, n. 47, p. 29-45, jul/set. 2018. Disponível em file:///C:/Users/IMP02/Downloads/82347-Texto%20do%20artigo-357350-1-10-20180925.pdf. Acesso: em 15 de setembro de 2022.

CHESNAIS, François. **Mundialização: o capital financeiro no comando.** Revista Outubro, edição 05, 2001. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf. Acesso: em 06 de maio de 2019.

CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (org.). **Por que gritamos golpe. Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo. Boitempo, 2016. Edição Kindle. Sem paginação.

CONTRAF. **Caderno de Subsídios para a 19ª Conferência Nacional dos Bancários**. São Paulo: 2017. Disponível em: https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-caderno-de-subsidios-para-a-19-conferencia-nacional-dos-bancarios-301f/. Acesso: em 23 de abril de 2019.

CONTRAF. **Convenção Coletiva Nacional dos Bancários – 20 anos de unidade, lutas e conquistas**. São Paulo: 2012.

CONTRAF. **Revista dos Bancários 2015**. Disponível em: https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2015-9697/. Acesso em: 07 de abril de 2019.

CONTRAF. **Revista dos Bancários 2016.** Disponível em: https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2016-0406/. Acesso em 07 de junho de 2019.

CONTRAF. **Revista dos Bancários 2018.** Disponível em: https://contrafcut.com.br/publicacoes/publicacoes-revista-dos-bancarios-2018-1ca7/. Acesso em: 11 de junho de 2019.

COSTA, Walber Carrilho da. **Sindicalização e greves: história recente do movimento sindical brasileiro.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/1walbercarrilho_artigo.pdf. 2012. Acesso: em 01 de abril de 2019.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **Terceirização Bancária no Brasil: Direitos Humanos violados pelo Banco Central.** São Paulo. LTR Editora: 2011.

DIAS PADILHA, Ana Paula. **A Política Neoliberal no Brasil e as Classses Trabalhadoras.** Espaço Plural, vol. XVII, núm. 34, enero-junio, 2016, pp. 182-203. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, Brasil. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445946790010. Acesso: em 13/10/22.

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos anos 2000**. São Paulo: 2012. Disponível em: https://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.html. Acesso: em 29 de outubro de 2019.

DIEESE. **A Inovação Tecnológica Recente no Setor Financeiro e os Impactos nos Trabalhadores**. Nota Técnica nº 184. Julho de 2017. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec184TecnologiaBancaria.pdf. Acesso: em 30 de abril de 2019.

DIEESE. **A importância da organização sindical dos trabalhadores.** Nota técnica nº 177. Abril de 2017. Disponível em: www.dieese.org.br/notatecnica. Acesso: em 01 de maio de 2019.

DIEESE. **Balanço das greves 2018**. Estudos e Pesquisas. Abril de 2019. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso: em 09 de abril de 2019.

DIEESE. **Subsídios para o debate sobre a questão do financiamento sindical**. Nota Técnica nº 200. Dez/2018. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec200financiamentosindical.html. Acesso: em 22 de março de 2023.

DIEESE, Associação Brasileira de Vídeo Popular (ABVP). **Documentário: Nossos Bravos. 1983**. Canal TV PUC. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=kiMu7Xscit8. Acesso: em 11 de outubro de 2019.

FANTÁSTICO – REDE GLOBO DE TELEVISÃO. **Revolução digital impacta saúde do trabalhador brasileiro e cria os infoproletários.** Exibição dia 28 de abril de 2019. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/7575115/. Acesso: em 06 de maio de 2019.

GENNARI, Marcos Adilson. **Globalização, Neoliberalismo e Abertura Econômica no Brasil nos Anos 90.** PESQUISA & DEBATE, SP, volume 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/12029/8709. Acesso: em 15 de setembro de 2022.

GIAMBIAGI, Fábio, MOREIRA, Maurício Mesquita. **A Economia Brasileira nos anos 90. BNDES. Biblioteca Digital.** Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A%20economia%20brasileira%20nos%20anos%2090_P.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

GRISCI, Carmem Ligia Iochins; BESSI, Vânia Gisele. **Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária.** Revista Sociologias. Jul-Dez 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000200007. Acesso: em 28 de abril de 2019.

HIRZMAN, Leon. **1979/90 Documentário: ABC da Greve**. 1990. Canal Cao Vida Louca. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2hhFk0cml6Y. Acesso em 12 de abril de 2019.

KAREPOVS, Dainis (Coord.) **A História dos Bancários – lutas e conquistas 1923 – 1993.** Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região, 1994.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes; SILVA, Leonardo B; Medeiros, Leonilde; Bridi, Maria Aparecida. **Sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares.** Fino Traço Editora. Disponível em: https://

www.scielo.br/j/ln/a/VKT9gmb4f5rPjpp89DdpRrx/?format=pdf&lang=pt. Acesso: em 13 de outubro de 2022.

LARANGEIRA, Sônia M.G.. **Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90**. Educ. Soc. [online]. 1997, vol.18, n.61, pp.110-138. ISSN 0101-7330. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73301997000400006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: em 28 de abril 2019.

LEITE, Márcia de Paula. **O movimento grevista no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense.

MACIEL, David. **O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992)**. Revista UFG / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 11. Disponível em: https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390/23725. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

MAGALHÃES, Fabiano Rosa. **ESTRATÉGIAS DE RUA: manifestações político-sindicais do Sindicato dos Bancários na Praça Sete de Belo Horizonte**. Minas Gerais. PUC-MG: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Ciências Sociais. 2008. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_MagalhaesFR_1.pdf. Acesso: em 05 de maio de 2019.

MARTINS, Heloísa de Souza; RODRIGUES, Iram Jácome. **O Sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90**. Tempo Social; Rev. Social. USP: São Paulo. 11 (2). 155-182, outubro de 1999 (editado em fevereiro de 2000). Disponível em: http://www.periodicos.usp.br/ts/article/view/12311/14088. Acesso: em 02 de abril de 2019.

MIRANDA, Maria Bernadete. **Ensaio: História do Sindicalismo no Brasil**. Disponível em: http://www.direitobrasil.adv.br/arquivospdf/revista/

revistav51/ensaios/be1.pdf. Revista Virtual Direito Brasil, volume 5, número 1. 2011. Acesso em: 01 de abril de 2019.

OSORIO. Luiz Felipe Brandão. **A integração econômica via União Europeia: lições para a América do Sul?** Ipea. Brasília: 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6905/1/td_2219.pdf. Acesso: em 19 de setembro de 2022.

PARES, Ernesto Germano. **História do Movimento Sindical no Brasil**. Rio de Janeiro. 1990.

PAULANI, Leda Maria. **Não há saída sem a reversão da financeirização**. Estudos Avançados, n. 31. 2017. Disponível em: https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/FMfcgxwCgVVkWcxpCcTWswKcMBFktrxC. Acesso: em 04 de maio de 2019.

PRIEB, Sérgio, OLIVEIRA, Edson. **A Situação da Classe Trabalhadora e do Movimento Sindical Frente às Transformações no Mundo do Trabalho: Os casos do Brasil e da Argentina nos anos 90**. Economia e Desenvolvimento, nº 13. Agosto de 2001. Disponível em https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3422/1939. Acesso: em 15 de setembro de 2022.

POCHMANN, Márcio. **Desafios atuais do sindicalismo brasileiro. In: Sindicatos y nuevos movimentos sociales en América Latina.** Enrique de La Garza Toledo (compilador). Coleção: Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires: Argentina. 2005. 224p. Disponível em: http://articulacaosindical.com.br/system/uploads/searched/46f739d6140985532699cfc14a39d3fe/file/desafios-sindicalismo-brasileiro-pochmann.pdf. Acesso: em 02 de abril de 2019.

SANTANA, Marcos Aurélio. **O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980 – 2000: do ressurgimento à reorientação**. Rede de Estudos do Trabalho:

ano 5, número 8. 2011. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/11%20_%208%20Articulo%20Marco%20Santana.pdf. Acesso em 02 de abril de 2019.

SANTANA, Marco Aurélio. **Classe Trabalhadora, conflito político e democracia: o ciclo de greves do ABC Paulista e os desafios do sindicalismo atual**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. no.104 São Paulo maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000200019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso: em 06 de maio de 2019.

SANTOS, Frank Ferreira. **O Sindicalismo Bancário Carioca no Governo Lula**. Florianópolis. 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94335/286637.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: em 13 de outubro de 2022.

SEVERO. Ricardo Goncalves. **Apontamentos sobre a greve dos bancários de Pelotas/RS e sua compreensão como ritual político**. Revista Café com Sociologia, v.5, n. 2, 2016. Disponível em: https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/585. Acesso: em 03 de maio de 2019.

SILVA JL, NAVARRO VL. **Organização do trabalho e saúde de trabalhadores bancários**. Ver. Latino-Am. Enfermagem [internet]. Mar-Abr 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692012000200003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso: em 25 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 911**. De 22 a 31 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=93&cod_jornal=14&cod_jornal_secao=1. Acesso: em 07 de abril de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 950**. De 16 a 20 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=583&cod_jornal=52&cod_jornal_secao=1. Acesso: em 17 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 951**. De 23 a 27 de outubro de 2006. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=597&cod_jornal=53&cod_jornal_secao=1. Acesso: em 19 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 999**. De 15 a 19 de outubro de 2007. Disponível em http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=1293&cod_jornal=101&cod_jornal_secao=1. Acesso: em 07 de abril de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1356**. De 20 a 25 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/arquivos/files/tribuna_bancaria_PDF/TB_1356.pdf. Acesso: em 17 de maio de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1463**. De 13 a 18 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=25581&cod_jornal=3448&cod_jornal_secao=1. Acesso: 11 de junho de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1531**. De 2 a 7 de julho de 2018. Disponível em: http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=26900&cod_jornal=3640&cod_jornal_secao=1. Acesso: em 11 de junho de 2019.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ. **Tribuna Bancária Edição 1597**. De 18 a 23 de novembro de 2019. Disponível em: http://www.ban-

cariosce.org.br/jornal.php?cod_jornal=3826&cod_jornal_secao=1. Acesso: em 17 de novembro de 2019.

SOARES, José Luiz. **O que terá acontecido ao sindicalismo no Brasil (2003-2014).** Revista Sociologia & Antropologia; Rio de Janeiro.Vol.6, Ed. 2, (Aug 2016): Disponível em: https://search.proquest.com/openview/595300527d5c0fe235e76a721b3db991/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2029977. Acesso: em 03 de maio de 2019.

Esse livro representa a história de luta da categoria bancária. Nesses 30 anos de Convenção Coletiva dos Bancários é de fundamental importância lembrarmos de como nossos direitos foram arduamente conquistados e que eles não são benesses fornecidas pelos bancos, mas fruto de muita luta.

A Convenção Coletiva dos Bancários é uma conquista histórica e sem precedentes no Brasil, oriunda da organização, da mobilização e da coragem dos bancários. É importante que conheçamos essa história e nos conscientizemos que para alcançar nossos direitos, muitas vezes, foram necessárias greves, atuação forte dos sindicatos, federações e confederação, além de muita mobilização da categoria para arrancarmos dos banqueiros cada um desses benefícios.

Além disso, é preciso destacar que há uma estrutura prévia de negociação com estratégias únicas a cada campanha, para que possamos confrontar os banqueiros, que sempre vêm para a mesa de negociação com a intenção de nos impor retrocessos.

Esse trabalho teve origem na pesquisa de conclusão do curso de Ciências Sociais (UFC) do bancário Carlos Eduardo Bezerra Marques, funcionário do Banco do Brasil, presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará e da Fetrafi-NE, que à época, analisou a importância do movimento grevista, aprofundando aqui sua pesquisa englobando os 30 anos da nossa Convenção Coletiva.

Além disso, esse trabalho faz parte das comemorações dos 90 anos do Sindicato dos Bancários do Ceará, uma entidade que desde 1933 permanece firma na luta em defesa dos direitos da categoria bancária e da sociedade cearense.

APOIO:

Sindicato dos Bancários do Ceará

Fetrafi/NE

FENAE